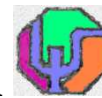




UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

*Carolina Moreira Marquez*

**O sujeito incestuoso e o pacto denegativo:  
considerações afetivas sobre o porta-voz de um  
tempo pós-moderno**

Uberlândia - MG

2010

*Carolina Moreira Marquez*

**O sujeito incestuoso e o pacto denegativo:  
considerações afetivas sobre o porta-voz de um  
tempo pós-moderno**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Anamaria Silva Neves

Uberlândia - MG  
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

- M357s Marquez, Carolina Moreira, 1981-  
O sujeito incestuoso e o pacto denegativo : considerações afetivas sobre o porta-voz de um tempo pós-moderno / Carolina Moreira Marquez. – 2010.  
123 f.
- Orientadora: Anamaria Silva Neves.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.  
Inclui bibliografia.
1. Violência sexual - Teses. I. Neves, Anamaria Silva. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

---

CDU: 301.162.2

*Carolina Moreira Marquez*

**O sujeito incestuoso e o pacto denegativo:  
considerações afetivas sobre o porta-voz de um  
tempo pós-moderno**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Anamaria Silva Neves  
Orientadora (UFU)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Lúcia Castilho Romera  
Examinadora (UFU)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Conceição Aparecida Serralha  
Examinadora (FTM)

Uberlândia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010

*Dedicado a todas as vidas marcadas pela violência incestuosa.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me sustentado, respondido e feito confiar.

Ao meu pai e à minha mãe, queridos, sempre presentes, que se desdobraram em gestos carinhosos, almoços, caronas, conversas, cafés e tantos outros, que serviam para me aliviar a carga e ter mais força para trabalhar.

Ao meu marido, que na sua sabedoria soube ter toda a paciência que demandei nesse processo. Pela leveza e alegria que me traz. Pelo seu amor.

Muito especialmente a Anamaria Silva Neves, que fez muito mais que orientar o caminho, lutou junto pra que eu conseguisse construir essa dissertação. Pela perseverança em acreditar e me mostrar que era possível, e por ter estado tão presente quando precisei.

Aos muitos amigos, familiares e professores que, em amor, se interessaram por essa minha empreitada e ofereceram ajuda valiosa. O apoio de vocês todos foi a força que me fez prevalecer.

Finalmente, aos sujeitos dessa pesquisa, por se disporem a participar e por compartilharem suas histórias.

## RESUMO

### **O sujeito incestuoso e o pacto denegativo: considerações afetivas sobre o porta-voz de um tempo pós-moderno**

Marquez, C. M. e Neves, A. S.  
Instituto de Psicologia – Universidade Federal de Uberlândia  
2010

A violência sexual contra crianças e adolescentes vem sendo cada vez mais denunciada e, nesta configuração, o incesto é o tipo mais evidente. Essa grave questão social é enfrentada por meio de estratégias de cuidado às famílias vitimizadas, mas, em geral, pouca atenção é dispensada ao violentador incestuoso e os sentidos da construção deste personagem. O simples encarceramento do sujeito violento não se constitui em estratégia que abarca a complexidade do problema, sendo necessário explorar mais profundamente os elementos envolvidos, dentre eles, os vínculos interpessoais estabelecidos pelos violentadores e o contexto sócio-histórico-cultural em que as relações se dão hoje, ou seja, a pós-modernidade. Esse trabalho objetivou compreender as dinâmicas familiares, as trajetórias de vida e os sentidos que a cena incestuosa revela aos sujeitos entrevistados. Com base no método psicanalítico, foram realizadas pesquisa documental e entrevistas com dois acusados de manterem relações sexuais com a filha ou a enteada. A questão transferencial-contratransferencial propulsionou a revelação das estratégias vinculativas manipuladoras dos sujeitos. Ao longo do processo pude reconhecer a dinâmica afetiva que me acometia. As representações cruéis e hediondas que me habitavam, aos poucos eram transformadas em representações cândidas e perturbadoras, essencialmente ambivalentes. As histórias de vida revelaram vínculos precários e descartáveis, estabelecidos nas várias facetas das famílias apresentadas. Submersos na ordem do gozo imperativo, em que “tudo é possível”, os limites e os interditos se enfraquecem e desfalecem junto às organizações afetivas ensaiadas, denotando a frágil montagem do pacto denegativo. Os sujeitos incestuosos, violentos, mas adaptados ao mundo do trabalho e à ordem caótica da existência anônima, ao violentarem, submeterem o outro e atuarem como predadores psíquicos, revelam-se como porta-vozes dessa que é apontada como uma inclinação pós-moderna, a volatilidade dos vínculos intersubjetivos em constante desintegração e mudança.

Palavras-chave: Pós-modernidade, incesto, abusador, vínculos, Psicanálise.

## ABSTRACT

### **Incestuous individual and denegatory pact: affective considerations on the spokesman of a postmodern time**

Marquez, C. M. e Neves, A. S.  
Instituto de Psicologia – Universidade Federal de Uberlândia  
2010

Child abuse has been more notified each day and, among cases of this specific type of violence, incest is the most common kind. This serious problem is socially faced by the rising of strategies of care offered to the victimized families, but, generally, little attention is dispensed to the incestuous abuser. The imprisonment of these men is not a strategy that covers the complexity of the problem, and it's necessary that the elements involved be explored, among which the interpersonal bonds established by the molesters and the social cultural and historic context in which these bonds take place, or else, the postmodernity. This essay aimed to investigate these elements and, specifically, comprehend the familial dynamics, life trajectory and the meanings that the incestuous scene reveals to the interviewed subjects. Based on the psychoanalytical method, they were conducted documental research and interviews with two men accused of having sexual intercourse with a daughter or step daughter. The transferential-countertransferential matter helped to reveal the manipulative bonding strategy used these men. Throughout the process, I have recognized the hideous representations that inhabited me when I met them being transformed into tender and disturbing images, essentially ambivalent. Their stories reveal precarious and disposable bonding alternatives, which were established in the numerous families they constructed throughout their lives. Immersed in the imperative joy order, in which "everything is possible", the limits and interdiction have become weaker along with affective organizations assembled. The incestuous individuals, violent, but adapted to the working world and the chaotic anonymous existence, when are violent, when they submit the other and act like psychic predators, reveal themselves to be spokesmen a postmodern trend: the volatility of the interpersonal bonds, which are in constant disintegration and change.

Keywords: Postmodernity, incest, Child molester, bonds, Psychoanalysis.



## Sumário

INTRODUÇÃO .....	10
Capítulo 1 - Os sentidos da pós-modernidade.....	16
1.1 - A pós-modernidade e os (des)encantamentos de uma época.....	16
1.2 - A família em transformação.....	22
Capítulo 2 - Ressonâncias sobre violência.....	30
2.1 - Violência sexual: abuso, transgressão ou violação? .....	30
2.2 - A violência sob a perspectiva interdisciplinar .....	34
2.3 - A força do desejo incestuoso e a literatura .....	38
Capítulo 3 - Sobre vínculos e alianças .....	45
3.1 - A construção do espaço intersubjetivo .....	45
3.2 - Proibição do incesto: o interdito constitutivo .....	50
3.3 - Então... o perpetrador de incesto no mundo pós-moderno .....	53
Capítulo 4 - Método .....	63
4.1 Metodologia – A aventura e o caminho .....	63
As idas ao fórum: duelos entre lei e desejo.....	69
A colônia penal e um peculiar processo de colonização.....	70
Da escolha dos casos, aos casos escolhidos .....	76
4.2 Marquinhos, candura hedionda: o filho-marido da loucura.....	77
O primeiro encontro: os autos - relatos do inacreditável .....	77
A entrevista com Marquinhos: menino ou padrasto incestuoso?.....	81
Sobrevivências .....	87
4.3 Sílvio: sedução infantil e desencontro do interdito .....	90
Antes do primeiro encontro.....	90
A entrevista: encontro de invasão .....	95
Quebra-cabeça: um jogo afetivo .....	101
Questões transferenciais e contratransferenciais.....	104
Sílvio e Les Misérables .....	106

5. Considerações finais.....	109
6. Referências .....	113
7. Anexos.....	122
7.1 Anexo 1 .....	122
7.2 Anexo 2 .....	123

## INTRODUÇÃO

Quando uma história é contada de uma maneira apenas, deixam-se de lado outras facetas daquilo que se narra. A romancista nigeriana Chiamamanda Adichie dá a isso o nome de *história única*. Segundo ela, as vidas das pessoas e das culturas são constituídas por muitas histórias sobrepostas, e quando se conta ou se ouve apenas uma história incorre-se no risco de um entendimento acrítico. “A história única cria estereótipos. E o problema dos estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história” (Adichie, 2008). Segundo a escritora, sempre que se tem uma *história única* existe aí uma relação desequilibrada de poderes. É necessário poder para que se mantenha uma narrativa exclusivista e para fazer dela a história definitiva de alguém. Histórias que se contam sobre pessoas que violentam crianças sexualmente são, muitas vezes, exemplos de *histórias únicas*. Este trabalho pretende encontrar outras histórias possíveis, para que se amplie a compreensão a respeito das relações que os sujeitos mantêm.

Na pós-modernidade, vivemos um momento histórico em que o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes vem sendo cada vez mais abordado e debatido. Uma pesquisa documental conduzida por Landini (2006) analisou todas as edições de um jornal de circulação nacional, publicadas ao longo do século XX, e revelou que “o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes tem recebido grande atenção por parte da mídia, seja a mídia impressa (jornais diários e revistas semanais), seja pela televisão” (p. 227). No jornal pesquisado, foi publicada apenas uma reportagem sobre o assunto no ano de 1940. Em 1992, no entanto, foram 71 reportagens. Além disso, as notícias, que no início do século XX eram apenas relatos, passaram a apresentar discussões e comentários de especialistas, o que aparentemente demonstra uma recém-formada abertura no seio social para a abordagem do assunto. O que se assiste, entretanto, sob uma análise mais criteriosa, pode ser o resultado de um mecanismo de defesa coletivo, como trataremos adiante.

Se a violência sexual contra crianças e adolescentes sempre existiu, o que difere o momento atual dos anteriores é o fato de que a sociedade parece estar mais interessada em falar sobre ela. Dessa forma, pesquisas que estudam a violência sexual contam, atualmente, com uma fomentação com a qual talvez não contassem anos atrás. Essas pesquisas são, assim, em parte sustentadas pelo espírito da nossa época, que origina discussões acerca desse tema.

O espírito do tempo, ou *Zeitgeist*<sup>1</sup>, talvez seja o maior motivador de uma pesquisa. Aquilo que a ciência, a cultura ou a política podem propor em um dado momento em muito depende do espírito do tempo em que se está inserido, ou seja, o contexto de uma época sempre fomenta determinadas produções e desincentiva outras. É graças a um *Zeitgeist* específico que se consegue abordar o problema de um tempo e de um lugar específicos, sob uma perspectiva particular (Schultz e Schultz, 2002). Por exemplo, os elementos ideológicos que se agregam a um estudo científico têm ligação com o *Zeitgeist* da época em que se concebem.

É possível argumentar que uma investigação científica, ao mesmo tempo em que é abastecida pelo “combustível” que o espírito do tempo representa, ela mesma alimenta uma “máquina de ideias” de uma época. E, neste ponto, existe um detalhe importante: nas sociedades convivem diferentes “máquinas” geradoras de ideias e formadoras de opiniões. Infelizmente a indústria cultural é uma evidência de que os mais produtivos instrumentos geradores de ideias em uma época podem não ser aqueles que mais promovem a desmistificação e a criatividade. Aos autores de produções científicas cabe o cuidado para que seus trabalhos promovam a crítica e o compromisso com a desmistificação de elementos socialmente postos, muitas vezes dados como naturais.

Apesar de o *espírito de um tempo* ser um elemento motivador nas pesquisas, a criatividade e a possibilidade de ruptura e evolução daquele espírito são, paradoxalmente, de

---

<sup>1</sup> O termo alemão *Zeitgeist* refere-se ao clima intelectual de uma época ou o “espírito de um tempo” (Schultz e Schultz, 2002, p. 27).

igual importância geradora. Se não fosse assim, as investigações científicas seriam apenas porta-vozes e reprodutoras do pensamento vigente e nunca chegariam a contribuir com transformações sociais. Não se faz uma pesquisa sem um fenômeno sobre o qual haja um sistema de ideias dominante, não se produz uma pesquisa original sem a ousadia de questioná-lo. Para que se chegue a uma perspectiva que permita a produção de um trabalho original, que não contribua com a manutenção do *status quo*, mas com a desmistificação de elementos tidos como naturais, é necessário que se teça uma análise crítica do *Zeitgeist*.

Segundo Moisió e Suoranta (2006), a análise crítica do *Zeitgeist* constitui-se numa reflexão crítica do estado presente do mundo a partir da qual se levantam questões sociais, políticas e morais. A análise crítica do *Zeitgeist*, segundo esses autores, tem forte potencial para dialogar com várias mazelas, problemas e dificuldades de uma época.

Tecer uma análise crítica a respeito dos debates atuais sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes leva a questionar se tais discussões possibilitam a reflexão sobre a complexidade e gravidade do fenômeno. A mídia raramente veicula uma entrevista em que perguntas são feitas com o intuito de gerar outras perguntas, ou seja, de despertar o senso crítico, promovendo espaço para o não saber, inclusive. As indagações feitas, em geral, recebem respostas óbvias e taxativas e transmitem concepções simplistas: o agressor é um sujeito com características monstruosas e a vítima deveria ser protegida. Se todas as respostas já foram dadas, assim como se divulga, por que ainda não conseguimos superar esse problema?

Os discursos sobre o assunto são quase sempre identificados com o paradigma jurídico, ou seja, separam-se réu e vítima e desconsidera-se a complexidade das relações envolvidas. Caso o simples encarceramento do perpetrador solucionasse a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes, a sociedade não assistiria ao aumento no número de casos que se mostra atualmente.

Nesse sentido, a pesquisa abordará o tema na tentativa de construção de uma perspectiva crítica, que abarque o incesto como um fenômeno construído em relações interpessoais inseridas num contexto sócio-histórico-cultural específico, a pós-modernidade.

Essa pesquisa surgiu a partir de uma experiência prática desenvolvida durante a graduação do curso de Psicologia, num estágio profissionalizante intitulado “Acompanhamento psicológico às vítimas de violência encaminhadas ao Centro de atendimento especializado à pessoa vítima de violência do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia”. Os estagiários envolvidos iniciaram suas atividades no Hospital das Clínicas de Uberlândia, onde tinham o primeiro contato com as vítimas e suas famílias e, a partir de então, começaram os atendimentos psicoterapêuticos, os quais eram oferecidos tanto no Centro de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (CEMPS-UFU) quanto nos domicílios das famílias, caso houvesse impossibilidade de deslocamento até o Centro. O que seria uma prática voltada para vítimas de violência doméstica em geral, especializou-se, em função da especificidade da demanda, no atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência sexual. Desde o início das atividades do grupo, surpreendentemente, o número de casos desse tipo específico de violência em muito sobrepujou o número de casos de violência doméstica em geral. Em adaptação a essa realidade, o grupo dedicou-se ao atendimento a esse tipo de demanda.

O referido estágio tinha como objetivo fundamental possibilitar que o estagiário refletisse sobre os significados da violência, bem como compreender as esferas de atuação interdisciplinar na atenção às vítimas da violência. Interessava pensar a construção de estratégias de sustentação para os embates advindos da crise psíquica que a vivência da violência fazia emergir. De julho/2006 a julho/2007 foi oferecido atendimento psicoterapêutico à cerca de dez crianças e adolescentes vítimas da violência sexual e seus respectivos familiares.

Ao longo desse período, emergiram inúmeros questionamentos, ora respondidos, ora geradores de novas e sucessivas inquietações e, dentre elas, o hiato deixado pelo abusador. Nos atendimentos às famílias, não havia contato com o abusador e, conseqüentemente, era limitada a possibilidade de compreensão da dinâmica psíquica desses sujeitos ou da relação abusiva.

As reflexões e as intensas mobilizações suscitadas pela experiência descrita me levaram a buscar um novo espaço que continuasse a problematizar o tema, conduzindo-me, assim, ao mestrado.

O tema da pós-modernidade é o pano de fundo das discussões deste trabalho. A pergunta norteadora presente pode ser definida como: quais características próprias desse contexto sócio-histórico-cultural ressoam no fenômeno das relações violentas incestuosas do ponto de vista das estratégias de vinculação do perpetrador de incesto?

Na pós-modernidade, os ideais já desapareceram e o homem próprio desse tempo não tem referenciais sólidos, duradouros em que se ancorar para que construa e mantenha uma identidade. Na verdade, assiste-se a uma produção de identidades cada vez mais voláteis e inseguras (Bauman, 1998). Aliado a isso, um enfraquecimento do lugar do paterno (Roudinesco, 2003) observado desde a modernidade, contribui para uma delimitação gradativamente mais obscura dos limites e interditos sociais, em cujo contexto o gozo é um imperativo. Apoiada nessas e outras conjecturas sobre a pós-modernidade, os casos de dois homens acusados de violência sexual intrafamiliar foram explorados por meio de pesquisa documental e entrevistas.

O presente estudo justifica-se pela necessidade de se compreender o fenômeno das relações incestuosas, principalmente no que diz respeito ao perpetrador de incesto, e pela urgência de aprimoramento das estratégias de cuidado e prevenção nesse campo, as quais se beneficiam de pesquisas na área.

O objetivo geral deste trabalho é investigar as estratégias vinculares de homens que protagonizaram a violência sexual incestuosa e as relações desses aspectos com a pós-modernidade. Especificamente, pretende-se compreender as dinâmicas familiares, as trajetórias de vida e os sentidos que a cena incestuosa revela aos sujeitos entrevistados.



## Capítulo 1 - Os sentidos da pós-modernidade

### 1.1 - A pós-modernidade e os (des)encantamentos de uma época

Não existe consenso sobre a existência ou não de um tempo pós-moderno. Alguns autores defendem a opinião de que a modernidade ainda está em curso, outros consideram a atual fase da história do homem como um tempo de características específicas e lhe atribuem nomes próprios, sendo pós-modernidade apenas um deles. Teixeira (2006) tratou sobre essa questão e narrou diferentes interpretações sobre a época contemporânea. Estaríamos vivendo um tempo de características modernas, anti-modernas ou pós-modernas? De acordo com o autor,

Fazendo uma espécie de radiografia do momento histórico em que vivemos, podemos afirmar que vivemos numa época que não tem condição de dar-se um nome. Para alguns, estamos ainda na época da modernidade, com o seu triunfo do sujeito burguês. Para outros, vivemos num tempo de nivelamento de todas as tradições, esperando uma espécie de retorno do sujeito tradicional e comunitário reprimido. Para outros, ainda vivemos um momento pós-moderno, onde a morte do sujeito se apresenta como a última onda de ressaca da morte de Deus (p. 209).

Coelho (2005) argumenta, entretanto, que o termo “pós-modernidade” já penetrou fundo demais para ser desconsiderado. Para avançarmos na compreensão daquilo que se denomina pós-modernidade, é preciso partir da ideia de modernidade.

Etimologicamente, o termo “moderno” expressa “*modo*: advérbio latino que significa o momento presente e *ernus*, pertencer ao moderno: pertencer ao momento presente” (Guareschi, Pizzinato, Kruger e Macedo, 2003, p.12). Dessa forma, “moderno” é tudo aquilo que está de acordo com o tempo presente, seja culturalmente, politicamente, etc.

Na obra *Tudo que é sólido desmancha no ar*, originalmente de 1982, Marshall Berman (1990) discorre sobre o tema da modernidade, destacando suas implicações, principalmente no que se refere aos sujeitos dessa ordem. A modernidade foi inaugurada na Europa a partir do século XVI com o início das superações das barreiras culturais e geográficas pelo comércio mundial, quando o homem começou a enxergar na racionalização a sua possibilidade de emancipação.

Essa era assistiu ao destronamento da religião como provedora de explicações para questões sociais e humanas, o que promoveu o chamado “desencantamento”<sup>2</sup> da ordem. Na modernidade, a razão tornou-se sua maior força e baseado nela o homem passou a interferir no mundo natural e social principalmente através da ciência e da tecnologia (Georgen, 2001).

O homem se viu liberto das narrativas religiosas para manutenção do *status quo* e isso o levou para um estado caracterizado pela busca constante do progresso baseado na confiança na razão e capacidade humanas. Essa confiança, porém, não lhe garantiu uma sensação de segurança, pelo contrário. Segundo Berman (1990)

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido; pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, "tudo o que é sólido desmancha no ar" (p. 15).

---

<sup>2</sup> O termo “desencantamento” foi introduzido por Max Weber e se refere à supremacia da razão sobre a religião (Berman, 1990)

De acordo com essa visão, a modernidade forçava os sujeitos a serem flexíveis e adaptativos. Em tempos de constantes e rápidas mudanças os homens modernos se viram forçados a se adaptarem a uma vida marcada pelo efêmero, o que implicaria insegurança. Berman (1990) atribui a Rousseau a primeira utilização da palavra modernidade. Berman reproduz trechos de “A nova Heloísa” em que Rousseau narra a história do jovem Saint Preux, que foi do campo para a cidade grande, Paris. Saint Preux referia-se ao que vivia como um turbilhão social. Dizia que, apesar de que muitas coisas o atraírem, nada lhe tocava o coração; e que essas coisas lhe perturbavam os sentimentos e o faziam esquecer-se de quem era, e de qual era o seu lugar. Dizia-se forçado a ter que mudar seus princípios e reajustar seu espírito a cada passo, se quisesse desfrutar das oportunidades que Paris oferecia. Dizia ainda que tudo era absurdo, mas nada era chocante, pois estavam forçados a se adaptar. Frequentemente, segundo ele, todos se colocavam em contradição consigo mesmos (Rousseau apud Berman, 1990).

A experiência de Saint Preux representa a vivência dos camponeses da Europa feudalista que, com os cercamentos, foram para as cidades a fim de trabalhar nas indústrias com o advento da Revolução Industrial em meados do século XVIII. Tratava-se de um tempo em que o capitalismo se consolidava e ia aos poucos escancarando suas intenções. O capitalismo, segundo Marx e Engels (1948), não finge. Ele desnuda o homem. No capitalismo as pessoas se veem legitimadas a buscar os próprios interesses. A esse respeito, discursaram Marx e Engels:

A burguesia rompeu com todos os laços feudais que subordinavam os homens aos seus “superiores naturais”, e não deixou entre homem e homem nenhum outro laço senão seus interesses nus [...]. Transformou o êxtase paradisíaco do fanatismo piedoso, do entusiasmo cavaleiresco e do sentimentalismo filisteu na água congelada do cálculo egoísta. [...] Em lugar da exploração mascarada sob ilusões religiosas e políticas, ela

colocou uma exploração aberta, desavergonhada, direta e nua. (Marx e Engels, 1848, p.475).

Na modernidade, assim, as pessoas podem expor seus interesses e serem legitimadas nesse processo. A busca da própria felicidade se constitui numa razão suficiente para os atos humanos.

A chamada pós-modernidade representa um tempo em que algumas características modernas encontraram o seu ápice. Na pós-modernidade a liberdade para mudar, conquistada pelo desencantamento do mundo é cada vez mais desenfreada (Lyon, 1999).

A fase atual da história da modernidade foi batizada pelo sociólogo polonês Zygmund Bauman, de “modernidade líquida”, expressão que intitulou uma obra literária do autor (Bauman, 2001). Bauman batiza a pós-modernidade dessa forma por ela apresentar características dos elementos líquidos. Substâncias líquidas, assim como as relações contemporâneas, carecem da propriedade de manter suas formas por si mesmas, ao contrário das sólidas e, por isso, se transformam sempre que sofrem pressão. São inconstantes, imprevisíveis, instáveis e maleáveis (p.8). Os objetos, assim como as relações humanas, seriam hoje, segundo essa perspectiva, descartáveis e passíveis de serem substituídos:

o indivíduo pós-moderno não é uma pessoa consciente, livre e autônoma. Sua existência é anônima. Trata-se de uma pessoa descontraída, flexível, que ouve seus sentimentos e emoções e procura aceitar a si mesmo tal como é. Tem seu próprio estilo de vida, mas não procura ser exemplo para ninguém, pois não pretende possuir nenhuma verdade. Cultua o senso de humor, a fantasia, a cultura do desejo e a gratificação imediata (Rosenau, 1992, p. 53). Vive o presente e prefere aquilo que é passageiro, momentâneo, tendo horror ao que é estável, permanente. Valoriza a espontaneidade e vê com maus olhos a disciplina e o planejamento. Preocupa-se com

sua própria vida pessoal e suas necessidades pessoais e não está interessado em laços com instituições tradicionais (Duarte, 2004 p. 228).

Nesse momento histórico, o que está em questão não é mais a morte de Deus, mas a morte do próprio homem. Segundo Bauman (1998), ao contrário do sujeito moderno que se ancorava numa estabilidade e segurança a qual permitia pouca liberdade, o que o fazia padecer, o sujeito da pós-modernidade padece de um mal-estar que provem de uma falta de segurança individual dada por um imperativo de liberdade e busca do prazer. Intensos processos de desregulamentação e privatização, em ambas as questões individuais e coletivas, explicam a incerteza e insegurança dos modos de vida pós-modernos. O resultado é uma sensação flutuante de ser (1998).

Lebrun (2004) apud Canabarro e Alves (2009) defende que todas essas transformações com relação ao desencantamento do mundo e flexibilização da ordem estão relacionadas a uma acentuação pós-moderna do declínio da função paterna nos âmbitos social e familiar. O discurso científico que começara a se fortalecer-se na modernidade, em substituição do religioso, ganhou maior destaque na pós-modernidade. Além disso, as sociedades democráticas foram substituindo sistemas totalitários, e legitimando o homem ainda mais em seu processo de libertação dos discursos autoritários. As noções de interdito e de limites tornaram-se, assim, cada vez menos claras em um mundo em que a função paterna perde gradativamente suas forças.

A ciência, além de contribuir no processo de declínio da função paterna, cria uma ilusão de totalitarismo que tem consequências importantes. O discurso científico pretende-se neutro. O cientista é levado a excluir-se daquilo que produziu, como se a ciência enunciasse a si mesma e dispensasse um enunciador que a produzisse. Essa característica, segundo Lebrun (2004 apud Canabarro e Alves, 2009) revela que a ciência carrega uma ameaça de um

totalitarismo pragmático: uma pretensa autonomia advinda de um sistema lógico que pretende abarcar absolutamente tudo, a ponto de dispensar a participação do sujeito.

A respeito disso, o autor defende que, inserido nesse totalitarismo pragmático, ou seja, imerso no discurso científico que alega prescindir um enunciador, o homem é privado de sua capacidade de enunciação e passa a agir de acordo com os enunciados a que segue. Nesse funcionamento, as capacidades de pensar e julgar ficam limitadas (Canabarro e Alves, 2009). Como consequência dessas dinâmicas, o homem passa a evitar assumir as consequências do falar, passando a ver-se irresponsável pelos próprios atos, defendendo-se da castração (Canabarro e Alves 2009).

Ao crer que tudo é possível por meio do racional científico, o homem pós-moderno não se deixa limitar pela falta estrutural, que passa a ser recusada. “Tudo se passa como se a nossa sociedade não veiculasse mais a dimensão dos interditos fundadores: os do incesto e do assassinato” (Lebrun, 2004, p. 120, apud Canabarro e Alves 2009).

No mundo pós-moderno, “marcado pela individualidade, pela autonomia e pela busca por liberdade, cada vez mais os indivíduos buscam entregar-se ao gozo, numa tentativa alucinada de fugir de sua condição como humano” (Canabarro e Alves, 2009, p. 862), na crença de que tudo é passível de ser alcançado. Dessa forma, é reforçado um discurso narcísico no seio social que cria uma “ilusão fascinante de uma totalidade sem faltas e é essa promessa que convoca à incessante procura de objetos-engodo” (Souza, 2003, p. 83). Convencido de que nada é mais relevante de que ele próprio e seu gozo, o indivíduo narcísico, na pós-modernidade, vê-se cada vez mais hipertrofiado em sua individualidade enquanto o espaço público perde gradativamente o investimento de carga emocional. Esse movimento de migração do foco da esfera pública para a privada também foi vivenciado pela instituição familiar em sua história recente, o que será abordado a seguir.

## 1.2 - A família em transformação

A instituição familiar, de uma forma ou de outra, pode ser encontrada em qualquer sociedade (Meyer, 2002). É preciso esclarecer, contudo, que a noção de família é social e histórica, e não natural. Por isso não é possível falar em família como entidade abstrata, despegada de um momento histórico. A versão nuclear e monogâmica que hoje se vê é apenas uma das configurações dessa instituição humana, apenas a última versão criada até hoje em um longo processo de transformação (Morgan apud Canevacci, 1981). Essa visão, que desmistificou a ideia de família como dada diretamente por Deus, foi cunhada na modernidade e teve como um de seus primeiros fomentadores o antropólogo norte americano Lewis H. Morgan.

Segundo Áries (1981), somente no século XIX a família consolidou-se como uma esfera privada. Ao examinar as obras de arte produzidas no século XVII, o autor observou que raramente as pessoas eram retratadas no interior das famílias. Na maioria dos casos eram encontradas cenas coletivas, indivíduos inseridos em espaços públicos, multidões, igrejas, ruas e campos. O autor ressalta que os espaços físicos das casas, que possuíam poucas divisões, denunciavam esse aspecto aberto e pouco privado das famílias. Os quartos, por exemplo, eram de uso comum de todos que morassem nas casas. Portanto, é recente a família tal com temos hoje, um grupo pequeno de pessoas que tem em casa uma vida marcadamente privada.

Existem três períodos na evolução da história recente da família. O primeiro em que a família tradicional serve principalmente ao objetivo de transmissão de um patrimônio; a segunda fase, em que a família moderna passa a ser o alvo de afetividade de seus membros, entre o final do séc. XVIII e meados do séc. XX; e finalmente a família contemporânea, ou pós-moderna, que aparece a partir dos anos 60 e que une dois sujeitos em busca de relações

íntimas e realização individual, mas que deixa de ser necessariamente “eterna” (Roudinesco, 2003).

O modelo atual de família, segundo o qual dois sujeitos unem-se visando o interesse em uma relação íntima que não mais necessariamente será eterna, sendo regida pelos interesses privados e não religiosos ou tradicionais, colaborou para o falso entendimento de que a instituição familiar, em si, esteja em movimento de declínio. Apesar de muito se ouvir que a instituição familiar está em decadência, até os dias atuais não nasceu opção alternativa válida a esse modelo de agrupamento. Existe ainda outro argumento que contradiz o alegado declínio familiar. Muitos casais homossexuais vêm lutando contra a concepção de que a família é uma unidade organizada em torno de um homem e uma mulher. As reivindicações pelo direito de se casar e de adotar filhos é uma evidência desse fato. Isso revela a existência de um *desejo de família* (Roudinesco, 2003, p.7), um desejo de ser o par central na estrutura familiar e de eles mesmos serem capazes de criar algo que possa ser chamado de família. Esse desejo mostra que, ao contrário do que se pode pensar ao assistir ao encolhimento da família tradicional a favor de novas formas, tais como a monoparental e a homossexual, a família em si não está em processo de desaparecimento. O anseio dos homossexuais de serem assimilados pelo conceito desse tipo de agrupamento revela que a família ainda hoje apresenta transformações e está, portanto, em pleno movimento criativo (Roudinesco, 2003).

Heilborn (2004) analisou muitas mudanças vividas pela família nas últimas décadas. Defende que o surgimento de novos modelos familiares, tais como os homossexuais ou monoparentais derivariam de transformações sociais como as que ocorreram nas relações entre gêneros, a possibilidade de controle de fertilidade, conseqüente baixa na média de filhos, inserção intensiva da mulher no mercado de trabalho, e declínio da instituição do casamento, observado pelo crescente número de divórcios. A relação entre família e sexualidade teria sofrido profundas modificações:



De um lado, presenciamos um longo processo que tornou a conjugalidade um domínio relativamente autônomo, orientado por dinâmicas internas, nas quais a sexualidade ocupa um lugar central. E, de outro, verificamos que o exercício da atividade sexual deixou de ser circunscrito à esfera do matrimônio. Essas mudanças redefinem os vínculos entre esse dois polos; em nome da sexualidade (e do amor como ideologia) e da dinâmica societária que produz novos direitos ligados a tal esfera, tem origem o fenômeno das famílias homossexuais ou homoparentais (p.9).

As relações sexuais anteriores a um casamento oficializado eram um estigma para as mulheres e, para os homens, uma obrigação, pois garantiria o status de “experiente”. Isso seria parte de uma configuração chamada de dupla moral sexual (Bozon e Heilborn, 2001). Na pós-modernidade, poder-se-ia argumentar que experimentamos uma simetria maior nessas relações de gênero, considerando, por exemplo, os avanços alcançados pelos movimentos feminista e homossexual. Segundo Heilborn (2004), essa é uma impressão enganosa. “Os constrangimentos sociais que enquadram a sexualidade foram em parte alterados, em parte, acomodados às antigas prescrições de gênero” (p.9).

Houve, de fato, o que se costuma chamar de modernização dos costumes sexuais, uma “autonomização” da sexualidade numa reconfiguração das subjetividades. As características que mais se destacam na modernização dos costumes sexuais dizem respeito às mulheres: a perda do valor da virgindade feminina, alongamento da vida sexual e a ampliação das práticas sexuais aceitáveis. Esses processos deram-se em um contexto que incluiu a revolução causada pelos anticoncepcionais hormonais e o advento da disseminação do vírus HIV, que forçou um debate social mais aberto acerca das relações sexuais (Heilborn, 2004).

Essas transformações teriam como pano de fundo a queda do patriarcado. A abolição da monarquia e o advento da Revolução Industrial causaram e anunciaram a queda do Deus Pai (Roudinesco, 2003). A questão da função paterna intrafamiliar passou a refletir mudanças

ocorridas no contexto social- o declínio religioso e das autoridades totalitárias e ascensão do discurso científico- incorrendo em mudanças nas configurações familiares e fazendo com que o poder reservado ao pai enfraquecesse acentuadamente.

A família acabou fechando-se em si mesma, destacando-se da articulação que mantinha com o social e passando a ser regida por um pacto privado. O declínio do poder paterno teve por “efeito transformar a família em uma fortaleza afetiva restrita a interesses privados” (Roudinesco, 2003, p. 106).

As características da família pós-moderna, nuclear e privada, relacionam-se intimamente com o tipo de funcionamento que esse grupo tende a apresentar. Bleger (1984) defende que “a dinâmica do grupo familiar caracteriza-se por ser a família o reservatório ou o depositário da parte menos diferenciada ou menos discriminada da personalidade” (p.97), ou seja, no grupo familiar é estabelecida uma “simbiose” entre os membros, uma discriminação minimizada entre o eu e o não-eu. Segundo o mesmo autor, a parte da personalidade que se caracteriza por essa indiferenciação é justamente a que ficou em níveis mais imaturos e regressivos, e que se caracteriza por uma falta de discriminação entre objeto interno e depositário, a saber, a parte psicótica da personalidade.

Dessa maneira, Bleger defende que, no grupo familiar, estão em influência mútua as partes psicóticas das personalidades de todos os seus membros e, nessa dinâmica, a *identificação projetiva*<sup>3</sup> é massiva. Assim, existem “perturbações normais” nos grupos familiares, e a presença de identificação projetiva massiva não necessariamente implica ausência de saúde familiar (p.98). Um grupo familiar sadio seria aquele que possibilitaria o processo de individualização de seus membros, e isso pode coexistir com as “perturbações normais”, como a “simbiose”, por exemplo (p.97).

---

<sup>3</sup> A identificação projetiva seria, segundo Melanie Klein, um ataque a um objeto por forçar partes do ego neste, a fim de apoderar-se de seus conteúdos ou controlá-lo. Como consequência, poderia haver esvaziamento e senso enfraquecido do self e da identidade, além de um sentimento de estar perdido ou aprisionado (Klein, 1946).

Famílias com vínculos incestuosos apresentam, muitas vezes, o fenômeno da transmissão transgeracional, um exemplo de vínculo patológico. Segundo Kaës (2005), o processo e a matéria da transmissão são formados por conteúdos brutos que são transportados, projetados, depositados e difratados nos outros, deixando hiatos, rupturas, espaços não pensados e impensáveis. “Nesse caso, aquilo que Freud chamou de aparelho de interpretar-significar (*der Apparat zu deuten*), falhou em várias gerações” (p.129).

De acordo com Silva (2003), a herança transgeracional refere-se a elementos não elaborados, conteúdos que atravessam gerações em sua forma bruta e abrem lacunas que impedem uma integração psíquica. A chamada herança intergeracional, própria de um vínculo saudável, por outro lado, é constituída por elementos transformados e elaborados, como fantasias, imagens, narrações míticas, as quais permitem que o sujeito construa sua própria história. A transmissão de ambas as heranças, segundo a autora se constitui a partir dos mecanismos de identificação e pode ser observada, por exemplo, por meio da identificação projetiva patológica.

A transgeracionalidade, segundo Correa (2003), tem em primeiro plano sua polaridade negativa. É captado e manifesto pela geração atual aquilo que fica oculto, não dito ou “mal dito” pelas gerações anteriores. Ainda sob essa perspectiva, a autora diz que

quando é marcada pelo negativo, observamos que o que se transmite é aquilo que não pode ser contido, o que não encontra inscrição no psiquismo dos pais é depositado no psiquismo da criança: os lutos não realizados, os objetos desaparecidos sem traço nem memória, a vergonha, as doenças e a falta (Correa, 2003, p.2).

A transgeracionalidade é um fenômeno que empobrece a subjetividade dos envolvidos, o conteúdo passado por meio do seu negativo, deixará marcas na geração seguinte até que possa ser elaborado.

Dessa forma, os membros de famílias incestuosas estariam atuando aquilo que nem eles nem seus antecessores puderam interpretar e significar. Nesse sentido, o perpetrador também pode ser um herdeiro, alguém que se constituiu sujeito numa dinâmica familiar em que recebeu elementos brutos que ele mesmo não pode transformar.

Faiman (2004), afirma que o incesto pode representar conflitos diferentes para cada família, e, portanto, não pode ser considerado a partir de uma única dimensão:

O incesto [...] pode ser expressão de diversos conflitos ou dificuldades de natureza absolutamente distinta para cada família, com as mais diversas consequências e representações, o que descarta qualquer resposta genérica advinda de um corpo teórico previamente definido para as questões relativas a esse tema (p. 22-23).

A elaboração e aplicação de estratégias de cuidados para as famílias vitimizadas, dessa forma, exigem uma visão desmitificada do fenômeno da violência sexual intrafamiliar, que supere “respostas genéricas” e consiga considerar as dificuldades específicas de cada família. O despreparo daqueles que lidam com o fenômeno da violência sexual intrafamiliar, sejam eles policiais, médicos, juristas, psicólogos, conselheiros, etc., é também um potencial gerador de danos psicológicos secundários à criança (Amazarray e Koller, 1998). Depoimentos mal colhidos, exames, entrevistas e outros procedimentos podem levar à revitimização.

A escola seria um bom lugar para a detecção e intervenção em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Contudo, um estudo conduzido por Brino e Williams (2003), mostrou que a maioria das educadoras participantes possuía informações insuficientes acerca do tema e afirmava adotar procedimentos inadequados diante dos casos de crianças que sofreram violência sexual. Há um despreparo dos profissionais da área de saúde, educadores, juristas e das instituições, em manejar e tratar adequadamente essas vítimas (Almeida, 2003).

Além desse despreparo individual, falta comunicação entre as instituições para articular as medidas de proteção necessárias e acompanhar seu cumprimento. Um estudo

realizado por Habigzang, Azevedo, Koller e Machado (2006) mostrou que, além de os órgãos de proteção às crianças e aos adolescentes vítimas de violência sexual terem dificuldade de intervir efetivamente nos casos, falta comunicação entre essas instituições para articular as medidas de proteção necessárias e acompanhar seu cumprimento.

Uma rede articulada de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco tem “uma forma de organização pautada pela ética, com estrutura horizontal, autônoma, na qual a participação é incentivada, a diversidade valorizada e o protagonismo desenvolvido. [...] Nessas bases a rede não é um novo serviço, mas sim uma concepção de trabalho que dará ênfase à atuação integrada e intersetorial, envolvendo todas as organizações que desenvolvem suas atividades com crianças, adolescentes e suas famílias e os próprios interessados” (Guerra, 2006, p.1).

Quando se concebe uma rede de atendimento nesses moldes, fica evidente a presença de princípios como contextualização e visão totalizadora. Analogamente, é possível utilizar-se desses mesmos princípios e pensar no cuidado das famílias, em contraposição ao cuidado individual da chamada vítima. Ou seja, pensar no cuidado exclusivo da vítima talvez signifique a adoção de uma visão parcial e fragmentadora.

Neves e Romanelli (2006) ressaltam que “a família é uma unidade dinâmica, um grupo social, um espaço de convivência fundamental ao desenvolvimento dos seus membros” (p.305). Se a família serve como âmbito essencial de desenvolvimento dos entes familiares, é presumível que sua importância seja muito ampla. Em estruturas familiares em que eclodem e se mantêm relações incestuosas, esse âmbito está comprometido e carece de cuidado como um todo.

A desinformação e o despreparo, somados aos mitos e discursos que alimentam e perpetuam estereótipos sobre a violência sexual, podem contribuir para o agravamento do

impacto desse fenômeno e para a acentuação das dinâmicas traumáticas que a eles estão associadas.

Nesse cenário ainda faltam estratégias definidas de cuidado à vítima, à família e ao abusador. A história da violência sexual contra crianças e adolescentes é marcada por encobrimento e reflexões parciais e descontextualizadas e por isso carece de investidas e esforços conjuntos para sua compreensão.

## Capítulo 2 - Ressonâncias sobre violência

### 2.1 - Violência sexual: abuso, transgressão ou violação?

A violência sexual é cometida por pessoas de todas as idades, mulheres ou homens (WHO, 2002, Gabel, 1997). Abuso sexual é como geralmente é chamada a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. Nesta pesquisa, porém, não é utilizado o termo abuso por concordarmos que seja um termo impreciso, já que a ideia de abuso denota uso excessivo, injusto ou um mau uso (Ferreira, 1986), de uma ação permitida até certo ponto.

A utilização da palavra abuso para violência sexual faz pensar que, de alguma forma, os adultos fossem detentores do direito de usar a sexualidade das crianças. Uma expressão latina, usada no universo jurídico expressa essa ideia: *Ab abusu ad usum non valet consequentia*, ou o abuso de uma coisa não é argumento contra o seu uso (Alonso, 1998). Ou ainda, que eles fizessem mal uso de suas ingenuidades, o que seria uma interpretação mais apropriada. Talvez ao adulto compita a função de conter a sexualidade da criança, ser um fator continente e organizador dessa sexualidade. Abusar dessa função que lhe cabe, fazendo dela mau uso, seria a violação, a violência sexual contra essa criança. Outro aspecto a respeito do termo “abuso sexual infantil” que chama atenção é a palavra infantil. Infantil seria tudo aquilo que se refere à criança, o que justificaria o uso do termo. Entretanto, a violência contra mulher não é chamada de violência feminina, ou a violência contra o idoso não é chamada de violência idosa. O uso do termo infantil pode enraizar-se no caráter regredido da violência em si, e não apenas da vítima. Ou ainda, pode servir para minimizar a profundidade e seriedade da violência. O termo abuso sexual infantil pode refletir a equiparação entre o adulto e a criança proposta na relação violenta contra essa última.

Uma definição para violência sexual contra uma criança ou um adolescente, proposta por Guerra (1998) é de que seja qualquer “ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual

entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente essa criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra” (p.33).

Outra definição possível é "qualquer interação, contato ou envolvimento da criança em atividades sexuais que ela não compreende, não consente, violando assim as regras sociais e legais da sociedade" (Pires, 1999).

Haugaard (2000) alega não haver uma definição que demarque claramente quais atos podem ser considerados violência sexual contra crianças ou adolescentes. De fato, com base nas definições citadas, fica evidente que não é possível explicitar quais condutas elencariam esse tipo de violência, provocando a utilização de termos abrangentes como “ato” ou “interação”. Isso pode dificultar a compreensão do fenômeno, o levantamento estatístico e mesmo a identificação dos casos.

Além da dificuldade na definição, outro fator constitui um obstáculo para o esclarecimento do problema: o índice real de ocorrência da violência sexual é provavelmente mais elevado do que se estima. A depender da definição, a prevalência pode chegar a 27% das meninas e 16% dos meninos (Amazarray e Koller, 1998). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (World Health Organization, 2003) os números variam de 7 a 36% entre as meninas e de 3 a 29% entre os meninos. De qualquer modo, a prevalência desse fenômeno pode ser considerada alarmante.

A maior parte dos casos nunca é revelada devido a sentimentos de culpa, submissão, vergonha, ignorância e tolerância da vítima. Na maioria das vezes a violência é praticada por pessoas ligadas diretamente às vítimas, e sobre as quais exercem alguma forma de poder (Amazarray e Koller, 1998).

Existem diversos tipos de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes: exploração sexual, estupro e violência sexual intrafamiliar são alguns deles. A violência



sexual intrafamiliar, também chamada de doméstica, é, hoje, o mais denunciado tipo de violência sexual contra crianças e adolescentes, representando cerca de 60% do total das denúncias, de acordo com um relatório do Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil referente aos anos de 2000 a 2003 no Brasil (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência - ABRAPIA, 2003). Desse universo, em cerca de 40% o autor é o pai da criança em 17%, o padrasto. Esses índices podem ser ainda mais altos, se for levada em consideração a subnotificação dos casos de violência intrafamiliar (Amazarray e Koller, 1998).

A violência sexual intrafamiliar é um fenômeno cujas características primeiras são encontradas no fenômeno do incesto. Cohen (1993) considera incesto a união sexual entre parentes, podendo ser consanguíneos e adotivos, com exceção dos cônjuges. A ABRAPIA (1997) define o incesto como qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente, entre um adolescente e uma criança, ou ainda entre adolescentes, quando existe um laço familiar, direto ou não, ou mesmo uma mera relação de responsabilidade.

O incesto pode dar-se em relações entre adultos, o que não é considerado violência sexual *per se*. Segundo Finkelhor, apud Azevedo e Guerra (1989), o incesto e violência sexual costumam ser confundidos, mas diferem-se um do outro. “O contato sexual entre familiares da mesma idade é uma espécie de incesto que não é vitimização e o contato sexual entre um adulto estranho à família e a criança é vitimização sexual” (p.38). A violência sexual é presumida pelo nosso sistema jurídico somente quando o incesto ocorre entre uma criança e um adulto. Nesses casos, devido também ao fato de constituir um crime tipificado, além de culturalmente condenável, o mais comum é que a relação incestuosa seja mantida encoberta, protegida em forma de segredo.

O fenômeno da violência sexual incestuosa pode ainda acarretar consequências muito destrutivas para toda a família em que incide, pois esse tipo de violência

afeta, confunde, desampara, separa os vínculos familiares. Ninguém sai ileso. Na relação incestuosa há sempre alguém que a pratica e alguém que a sofre, mas não podemos reduzi-la somente às pessoas diretamente implicadas. Uns podem ser mais ou menos atingidos, mas todos de alguma maneira testemunham consciente ou inconscientemente o que ocorre na família. Testemunham algo que deve ser mantido em segredo, um segredo muito bem guardado que aparentemente possui a função de continuar mantendo uma estrutura familiar que é fragilizada (Fígaro, 2005, p.1).

Cromberg (2001) propõe uma problematização da relação incestuosa e do processo de vitimização. Discute que a violência não é uma qualidade natural e inata do humano, mas algo produzido nas relações intersubjetivas. Em vez de uma relação apenas violenta entre agressor e vítima, a autora sugere que seja considerado o contexto de inúmeras e complexas variáveis. A relação incestuosa, vista dessa forma, “não envolve apenas dois polos aparentes da situação de violência, mas todo um contexto familiar” (p.243).

No Brasil, para lidar com o problema, a conduta frequente é o isolamento do agressor. É claro que diante de um problema de tanta complexidade, o que é próprio das relações humanas, essa é uma abordagem insuficiente. Sobre isso, Cohen e Gobbeti (2002) consideram antiética a distorção do problema do abuso sexual feita pela grande maioria da sociedade, que projeta sua agressividade em alguns indivíduos, isolando-os, para não precisar entrar em contato com as próprias emoções, negando esta possibilidade humana. [...] entendemos que as pessoas envolvidas em casos de abuso sexual precisam ser tratadas nos âmbitos da Saúde e da Justiça. [...]. Nem os números nem a nossa raiva frente aos nossos próprios conflitos depositada no outro vão nos mostrar a real dimensão do problema do abuso sexual (p. 99).

O paradigma jurídico que estabelece o dualismo réu-vítima desconsidera o emaranhado de relações envolvidas no incesto. De fato é difícil pensar para além desta ordem e buscar compreender como foram construídas as relações abusivas e as funções dos sujeitos envolvidos. Em razão disso, muitas vezes são oferecidas explicações míticas, como a de que todo abusador foi abusado na infância. Ou ainda, são construídos discursos reacionários, pouco elaborados, que procuram apenas convencer o público da imputabilidade do perpetrador, criando a falsa impressão de que o fenômeno vem sendo debatido criticamente. Para que se sejam aproximações contextualizadas acerca do problema do incesto, é imprescindível que se analise, por exemplo, a questão da família, suas principais características e como se formam sujeitos no seio familiar.

## **2.2 - A violência sob a perspectiva interdisciplinar**

A violência é um fenômeno construído social e historicamente. Definições de violência estarão ligadas às sociedades a que se referem. O que pode ser classificado como violento depende das normas estabelecidas por um povo (Zaluar, 1999).

Tentar chegar a uma definição abrangente de violência é tarefa difícil, em parte devido a essa variabilidade mencionada. A palavra *violência* tem suas raízes no latim e deriva de *violentia* que significa violência, força. A ação ligada ao termo *violentia* seria *violare* que é o mesmo que transgredir. Ambos os vocábulos derivam do étimo *vis*, que tem sentido de potência, vigor, força, entre outros (Zaluar, 1999). A palavra violência, portanto, baseia-se na ideia de poder, ou força, e a ação violenta dependeria, portanto, de uma força usada para transgredir alguma regra vigente.

Marilena Chauí (1985) preconiza uma visão sobre violência diferente da anteriormente mencionada. Ao invés de considerá-la no contexto da transgressão de regras, a autora define-a

em termos de relações de forças, interpessoais ou entre classes e processos em que pessoas são tratadas como objetos.

Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (Chauí, 1985, p. 35).

A violência sexual pode, então, ser considerada tendo o ato sexual como pano de fundo: da transgressão de regras; relações hierárquicas com fins de dominação, exploração e opressão; e ainda como uma ação em que um ser humano é destituído de sua importância subjetiva.

Nos crimes de violência sexual, o autor é “quase sempre” homem (Gabel, 1997), e as pessoas vitimadas são, na grande maioria das vezes, mulheres e crianças, portanto, trata-se de uma questão também de gênero.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (2002), na obra *A dominação masculina*, defende a ideia de que as relações de gênero transformam-se em representações que inferiorizam as mulheres e as fazem ficar em uma posição de dominadas em relação aos homens. Esse autor acredita na existência de uma visão falocêntrica do mundo em que o falo, apesar de raramente nomeado ou nomeável, é posto como o princípio da diferença entre gêneros e “concentra todas as fantasias coletivas de potência” (p. 18).

Bourdieu vê na dominação masculina um exemplo de uma submissão paradoxal<sup>4</sup> que resultaria do exercício de violência simbólica, suave e invisível às suas vítimas, pois se exerce por “vias simbólicas da comunicação, conhecimento, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, sentimento” (p.5).

Numa postura explicitamente política, Bourdieu desmitificou algumas questões acerca da dominação masculina. Nas palavras do autor, devolveu à doxa o seu caráter paradoxal<sup>5</sup> e evidenciou processos que fazem resultados históricos e arbitrários culturais parecerem naturais (p.5). Um exemplo das questões levantadas pelo autor nesse processo são esquemas de pensamento segundo os quais as coisas e as atividades são divididas de acordo com a oposição entre o masculino e o feminino (alto/baixo; direita/esquerda; seco úmido; duro; mole; público/privado; etc.). Esses esquemas de pensamento contribuem para a existência e naturalização de falsas “diferenças da natureza” e as previsões que elas ditam são constantemente confirmadas ao longo da história, muitas vezes configurando o que o autor chama de violência simbólica (p.50). Na base dessa naturalização de diferenças está uma relação social de dominação que não emerge à consciência, e nem poderia, pois está consagrada por princípios que estão, eles mesmos, ajustados às divisões preexistentes.

O privilégio masculino seria, para o autor, também uma emboscada. A virilidade traria consigo uma maldição que obriga sua busca constante, porém, nessa ordem simbólica, o ponto de honra pode ser inalcançável. “A virilidade, entendida como aptidão ao combate e exercício da violência [...] é, acima de tudo, uma *carga*” (p.64). Por trás da dominação

---

<sup>4</sup> Paradoxal, pois, para Bourdieu seria um paradoxo (para- contra; doxo- opiniao comum), algo que contraria o esperado, o fato de a dominação masculina e outras relações injustas se darem como existem hoje. O autor revela que se espanta diante do fato de que a ordem do mundo seja, grosso modo, respeitada, com exceção de um pequeno número de transgressões, subversões, delitos e loucuras (p.4).

<sup>5</sup> O filósofo grego Platão estabeleceu a diferença entre doxa (opinião) e episteme (conhecimento). Doxa diz respeito à certeza subjetiva que se tem a respeito de um tema, a opinião mais comum a esse respeito, e episteme, ao conhecimento objetivo. Se a doxa, opinião da sociedade sobre a dominação masculina era mascarada por uma suposta naturalidade, Bourdieu focou em seu caráter improvável, (paradoxal) esquecido. “Se a opinião (doxa) pode ser questionada, o paradoxo será, então, uma maneira de descobrir verdades profundas, ocultas aos olhos de quem segue acriticamente a opinião comum (Paixão Netto e Anunciação, 2003).” A doxa da dominação masculina, seria, para Bourdieu, histórica e falha, e seus paradoxos teriam sido afastados num processo de mistificação a que ele se dedicou desvelar.

masculina haveria, segundo o sociólogo francês, um receio de tudo quanto a feminilidade representa, por exemplos vulnerabilidade e fraqueza (p.64). O ideal impossível da virilidade seria uma forma de fugir desses receios, de perseguir o absolutamente viril, justamente por temer o seu oposto. Isso faria do ideal impossível de virilidade o “princípio de uma enorme vulnerabilidade [...] que levaria, paradoxalmente, ao investimento, obrigatório por vezes, em jogos de violência masculinos” (p.65).

A virilidade é validada pelos outros e depende do julgamento dos outros viris. Daí resultariam práticas como o estupro coletivo, ou ainda rituais que põem à prova a coragem masculina, como aquelas realizadas em corporações de polícias ou forças armadas, ou em bandos, rituais nos quais os participantes devem demonstrar bravura em atos que chegam a colocar suas vidas em risco. Essas práticas encontram “razão”, paradoxalmente, portanto, no receio que esses homens têm de serem vistos como fracos, e dessa forma, o que chamamos de coragem pode estar baseado em uma forma de covardia. A esse respeito, Bourdieu conclui que:

a virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo (Bourdieu, 2002 p.66).

Segundo o autor, a dominação masculina relega às mulheres a posição de objeto simbólico, o ser percebido, acabando por deixá-las em estado de insegurança corporal constante e dependência simbólica. As mulheres existiriam, assim, para o olhar do outro e como objetos receptivos, atraentes e disponíveis, desejosas por atenção e vontade de agradar. A feminilidade poderia ser uma correspondência às expectativas masculinas, reais ou supostas. Dessa forma, tenderia a ser constitutiva de seu ser esse tipo de dependência em relação ao outro (p.81). Tal visão, aparentemente radical, apresentada por Bourdieu, foi ancorada, aprioristicamente, numa contextualização que abriga exceções, em menor número

do que o autor julgaria normal, mas existentes. Se o mundo é organizado de forma adultocêntrica e androcêntrica, como proposto, a vigência da dominação masculina não está restrita às mulheres, mas é extensível às demais categorias humanas, tais como as crianças e homossexuais. As estruturas históricas de dominação apresentadas pelo autor se manteriam, como resultado de um trabalho incessante para o qual colaboram fenômenos específicos, dentre eles, a violência física e simbólica. A violência simbólica vivida pelas categorias dominadas é produzida com a “cumplicidade” destas, pois adeririam às estruturas de dominação mencionadas por não terem outros instrumentos de conhecimento que não fossem conformados à dinâmica relacional instaurada (Bourdieu, 2002, p. 37).

Segundo Strey e Cabeda (2004), isso pode ser observado no discurso de mulheres que foram sexualmente violentadas, pois muitas delas tendem a demonstrar um sentimento de culpa por sentirem que cooperaram com os estupradores, que poderiam ter resistido mais, ou que provocaram a violência de alguma maneira. Isso demonstra que elas tendem a aderir às estruturas de dominação masculina, estando suas percepções condicionadas a essas estruturas.

De acordo com essas autoras, o estupro é o exercício de um poder opressivo através da humilhação, ameaça à integridade física e esmagamento da vontade do outro. Não se trata da simples atuação de um desejo sexual irreprimível, insanidade ou perversidade, Segundo elas, a violência sexual “por si só, já representa o desejo de domínio, a posse de um corpo e de uma vontade que torna o/a outro/a menos sujeito” (p. 68). Não seria um ato sexual, mas uma violência ou um domínio que rebaixa a pessoa violentada a um objeto. A violência sexual, como apresentada, refere-se a uma relação, sobretudo, de poder. A violência sexual incestuosa, por outro lado, envolve ainda a questão do desejo incestuoso, para auxiliar na exploração do qual, recorri à literatura.

### **2.3 - A força do desejo incestuoso e a literatura**

À medida que a arte tende a ser inerentemente livre e a transitar com liberdade pelas inumeráveis questões humanas, talvez ela possa nos oferecer um ponto de vista mais sensível acerca das relações incestuosas. Elas mesmas, essas relações, acontecem sob paradigma outro que não o da racionalidade, comum nas academias de ensino universitário, talvez se dando em atmosferas mais assemelhadas às que propiciam produções artísticas. Talvez porque enquanto uma, classicamente, procure a certeza, a verdade, a outra, se abra para o caminho do diálogo e da dúvida. Se o incesto é a atuação de desejos brutos, a arte, por outro lado, pode ser a sublimação dessa classe de conteúdo psíquico repulsivo demais para o patamar consciente. As duas formas de expressão, porém, artística e atuação, são viabilizadas pelo contato com o desejo, e não por sua negação.

Freud encontrou na literatura fonte de análise e inspiração teórica em Shakespeare, Goethe, Sófocles, Ésquilo. Segundo o psicanalista Luiz Alberto Pinheiro de Freitas (2001) “A Psicanálise, desde Freud, enriquece-se da obra-de-arte produzindo efeitos de sublimação no dialogismo das múltiplas possibilidades de sentido que mantêm os valores que definem uma cultura” (p. 48).

Talvez a obra literária clássica da trama incestuosa, seja Édipo Rei, de Sófocles. A tragédia é uma obra impressionante, que inspirou Freud a elaborar sua teoria do Complexo de Édipo, cujo protagonista condensaria os nossos mais arcaicos impulsos e valores sociais que condenam o incesto e o assassinato. Na peça de Sófocles, esses elementos se apresentam por vezes sugeridos pelo negativo e não explicitados, o que por si alude à característica que os acompanham: o recalque (Freitas, 2001).

A temática incestuosa encontra seu lugar também na obra de Machado de Assis. Nela encontramos personagens que permitem uma compreensão do mundo psicológico humano e o incesto é tratado por vezes de forma anuviada, sugerida, por vezes de forma explícita. Em *Helena*, a relação incestuosa entre Helena e seu suposto irmão, Estácio, tem um desfecho



trágico: a morte da protagonista. “Não foi por acaso que Machado os colocou juntos – incesto e morte” (Freitas, 2001 p. 61). Para uma ação tão condenável, a punição cabível é a morte. O homem sempre terá que respeitar os interditos culturais que organizam a sociedade em que vive, terá que se abster da realização de certos desejos. Num diálogo entre o Padre Melchior e Estácio, é possível perceber a força desse interdito:

Pois bem, tu transgrediste a lei divina, como a lei humana, sem o saber. Teu coração é um grande inconsciente; agita-se, murmura, rebela-se, vaga à feição de um instinto mal expresso e mal compreendido. O mal persegue-te, tenta-te, envolve-te em seus liames dourados e ocultos. [...] Estácio, disse Melchior pausadamente, tu amas tua irmã (Assis, 1975).

Helena também seria fruto de um relacionamento escondido e proibido. Aquele que se supunha ser o pai da personagem, Conselheiro Vale, traíra a esposa, e Helena seria filha dessa relação extraconjugal. Entretanto, a repulsa por esse relacionamento entre Conselheiro Vale e a mãe de Helena, marcado pela traição à esposa e à família é muito fraca, se comparada à repulsa que se tem do relacionamento amoroso entre Helena e Estácio. Na verdade, Helena, a suposta bastarda, é aceita no seio da família do falecido Conselheiro Vale, que a havia incluído em seu testamento. Se Helena é aceita, passando a ser admirada no seio daquela família, é porque o relacionamento que a teria gerado fora aceito. Em contrapartida, o relacionamento entre os supostos irmãos, que nem haviam sido criados juntos, causava extraordinária censura. A desproporção entre essas duas repulsas aponta para um sentido: o incesto representa uma traição muito mais profunda do que a traição praticada pelo marido com outra mulher. Representa a traição de preceitos muito anteriores ao de um casamento. Traição do acordo em que se sustenta uma vida em família. Amando o irmão, Helena perderia tudo que herdara, e pior que isso, perderia a posição de ser alguém que compactua com interdito ao incesto, passaria a ser uma aberração.

O tema do incesto na literatura, segundo Freitas (2001), aponta para o trágico. A protagonista da obra machadiana falece perante seu amado, numa morte tão excessiva quanto merece ser exagerada a punição a quem transgride o interdito ao incesto. A história apresenta ainda outros segredos: Helena, na realidade, não era meia-irmã de Estácio, e sabia disso, mas a família do Conselheiro, com exceção dele mesmo, desconhecia o fato. O abastado Conselheiro decidiu assumir a paternidade da protagonista e ela assumiu essa identidade almejando uma “escalada social” (Freitas, 2001). Helena poderia abster-se da herança, se seu amor por Estácio fosse mais importante que sua ascensão. Fica subentendido, entretanto, que o amor de Helena por Estácio, apesar de profundo, não era tanto quanto o amor incestuoso que ele tinha por ela. Fica a ideia de que o amor incestuoso é incontrolável, visceral, enquanto o amor que Helena sentia era menor que sua ambição, abrindo espaço para imperfeição e incompletude, em oposição ao completo sentimento que Estácio nutria pela protagonista.

De fato tratavam-se de dois amores, um incestuoso, outro não. Um desmedido, outro medido, reprimido. Um disposto a ir até as últimas consequências. Outro que trazia em si a verdade que os poderia libertar, mas não o preferiu fazê-lo. Helena representava a renúncia dos desejos em privilégio dos interesses. Estácio representava a renúncia dos privilégios e dos interesses, para que o desejo triunfasse.

Como nas tragédias gregas, Machado matou os protagonistas do desejo incestuoso – aquele que tenta afrontar o tabu do incesto, que *deseja “fora da Lei”* está morto, não pode participar do acordo social, que pague com a vida! (Freitas, 2001, p.62).

Em *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez, a temática do incesto e das relações afetivas em geral desempenham papéis centrais. No clan dos Buendías, as relações incestuosas pairam, ameaçadoras. Exercem forte influência na vida sexual e amorosa da estirpe. Cem anos conta histórias de uma família ensimesmada, que enfrenta dificuldades em se abrir socialmente, e que supervaloriza os seus. O incesto nessa trama simboliza o

movimento de redundância vivido pelos Buendías, “a prova mais contundente da necessidade de abertura de uma linhagem representativa de uma classe social consumida pelo seu próprio hermetismo” (Méndez, 2000, p.121). A superação do incesto representava, portanto, a possibilidade de um nascimento, de um futuro, escapando à clausura histórica, que fazia a presença incestuosa, ainda que não posta em prática, algo que não se limitava a uma geração, mas ia sendo herdada pelos Buendías ao longo dos anos. Sucumbir ao incesto, por outro lado, significava a completa marginalização da vitalidade dos processos de ruptura criativa dos integrantes do clã. Todo o comportamento erótico-afetivo dos Buendía movia-se com uma pequena margem de possibilidades (Méndez, 2000, p. 121).

Muitos Buendías casaram-se entre si, e isso sempre trazia a ameaça não concretizada ou a maldição da má-formação genética dos filhos dessas relações. A família se põe constantemente tensa diante da constatação de seus desejos incestuosos, muitas vezes irrefreáveis. O incesto exercia nesses personagens fascinação e medo (Méndez, 2000, p. 122), como se fosse uma maldição hereditária, um vício incontrolável, como se o próprio fato de ser proibido o fizera mais atraente (p. 124).

Os relacionamentos dos amantes incestuosos em *Cem anos de solidão* eram excessivamente apaixonados, eroticamente desmedidos. Numa ocasião, dois desses amantes, Amaranta Ursula e Aureliano, tia e sobrinho, chegaram a quase matar um ao outro durante o ato sexual, por sufocamento. Prazer e violência também se atrelavam nas relações sexuais dos irmãos José Arcadío e Rebeca.

Uma tarde, quando todos dormiam a sesta, não agüentou mais e foi ao seu quarto. Encontrou-o de cuecas, acordado, estendido na rede que pendurara nos ganchos com os cabos de amarrar navio. Impressionou-a tanto a sua enorme nudez sarapintada que teve ímpeto de retroceder. “Perdão” se desculpou. “Eu não sabia você estava aqui.” Mas abaixou o tom de voz para não acordar ninguém. “Vem cá”, disse ele. Rebeca

obedeceu. Deteve-se junto da rede, suando gelo, sentindo que se formavam nós nas tripas enquanto José Arcadio lhe acariciava os tornozelos com a polpa dos dedos, e depois a barriga das pernas e depois as coxas, murmurando: “Ah, maninha; ah maninha.” Ela teve que fazer um esforço sobrenatural para não morrer quando uma potência ciclônica, assombrosamente regulada levantou-a pela cintura e despojou-a da sua intimidade com três patadas, e esquartejou-a como a um passarinho. Conseguiu dar graças a Deus por ter nascido, antes de perder a consciência no prazer inconcebível daquela dor insuportável, chapinhando no lago fumegante da rede que absorveu como um mata-borrão a explosão do seu sangue (Márquez, 2001, p. 93).

O desejo incestuoso retratado nessas obras literárias destrona o interdito, cria os próprios pactos de silêncio e é inerentemente descontrolado e desmedido, violento e incoercível. O psicanalista Fábio Herrmann discorreu sobre o tema:

Entendo por desejo, em essência, a eficácia do inconsciente sobre a vida emocional. Desejo é uma força de produção, operando na interioridade do sujeito, tal como o real o é, operando em sentido contrário; por isso se dirá que o desejo é uma porção seqüestrada e invertida do real humano (...). Entende-se a forma pela qual se engendra as emoções como sendo a de uma matriz lógica, isto é, um operador insubstancial que estrutura em formas análogas substâncias afetivas diversas e organiza suas relações. Por definição, todas as emoções decorrem do desejo: as apazíveis e as dolorosas, as apetecíveis e aversivas, o querido, o relativamente indiferente, o abominado. A lógica com que trabalha difere, naturalmente, daquela da razão, é lógica produtiva ou de concepção, pois concebe aquilo que a razão tenta ordenar secundariamente. Como só se pode recuperar a forma lógica do desejo por meio de operações simbólicas, na interpretação, dizemo-lo *matriz simbólica* das emoções, sublinhando sua propriedade de determinação simbólica dos conteúdos da consciência (p.24).

O autor discorre que, no diálogo do dia-a-dia, o desejo pede a palavra, mas esta lhe é negada, por ação da repressão e da cultura. Desta maneira, resta ao desejo (emudecido) duas formas de exprimir-se: nos atos da irreflexão e nos sintomas.

Na prática quotidiana, o desejo é falado, é assunto, precisamente quando não tem vigência e está distante. Não fala. Quando é vigente, as palavras fogem dele: o sujeito realiza seu desejo, satisfaz-se e mata-o. Ou, pelo menos, mata a vontade, pois o desejo é insaciável (...). A esta condição não nos podemos furtar: se o desejo tem a palavra, não se realiza, ao realizar-se, cala e passa a ser assunto inerte do dizer e do fazer. Donde se pode inferir que o imperativo da satisfação, em nossa cultura ao menos, serve o propósito da repressão, de maneira sutil e efficientíssima (...). Pecando protejo-me da tentação, pelo menos tanto quanto me confessando; a perversão e a neurose são tão sábias quanto a religião do pecado e da devassidão (...). No quotidiano, o paciente é construído, à sua revelia, pelas regras que lhes organizam as emoções. São regras culturais, em duplo sentido: provêm da cultura e criam cultura. A construção do desejo, porém, como os andaimes de um edifício, não aparece: o paciente ignora-se construído pelo desejo (...). É o desejo que constrói sujeito e objeto (Herrmann, 2001 pp 147-149).

Nas tramas incestuosas misturam-se elementos de enclausuramento narcísico, submetendo todas as ordens à loucura incestuosa a qual não é compreendida pelo observador, mas por ele rechaçada e condenada. Entretanto, quem analisa sob a ótica dos loucos amantes incestuosos percebe que se trata de uma ordem à qual eles estão submetidos e perante a qual têm pouca liberdade. Condenados a uma repetição exaustiva e amparados por um contexto histórico-cultural e grupal, os sujeitos incestuosos são regidos por leis afetivas que sustentam espaços intersubjetivos que se abrem para a possibilidade incestuosa e que serão discutidas a seguir.

## Capítulo 3 - Sobre vínculos e alianças

### 3.1 - A construção do espaço intersubjetivo

O espaço intersubjetivo é crucial no processo de subjetivação humana. É na relação com o outro que o sujeito vai construindo-se. Segundo Kaës (2005, p.126), “a questão do sujeito se define cada vez mais, necessariamente, no espaço intersubjetivo”. Longe de poder ser pensado de forma isolada, intradeterminística, o sujeito é sempre relacional e deve ser abordado a partir de uma perspectiva que abrange seus laços históricos e sociais. Maia (2004) chama de “ilusão moderna” a separação rigorosa entre o eu e o outro, a qual pode ser observada no mundo pós-moderno. As fronteiras intersubjetivas são mais permeáveis do que se costuma acreditar. Segundo Kaës (2007 apud Castanho, 2008),

(...) não é suficiente que a finalidade da Psicanálise seja expressa como ‘onde havia Id, o Eu [Je] estará’; é também necessário que o Eu [Je] se extraia das formações estruturantes e alienantes do grupo para que possa tornar-se herdeiro de sua história tecida na intersubjetividade (p.167).

Nesse campo intersubjetivo, segundo Pinchon-Rivière (2000), os sujeitos são resultantes dinâmicos das relações que estabelecem com objetos internos e externos e que se dão por meio de uma estrutura denominada *vínculo*. O vínculo é, assim, o que se põe *entre* dadas entidades, que podem ser individuais ou grupais. Segundo esse autor, os vínculos abarcam constantes processos de comunicação e aprendizagem entre os envolvidos. Ao elaborar a teoria do vínculo (2000), Pichon-Rivière propôs o estudo das relações como uma

espiral dialética, em contraposição a uma visão linear que desconsidera o retorno, em que sujeito e objeto<sup>6</sup> se realimentam mutuamente.

Para Pichon-Rivière (2000), o vínculo não é só uma estrutura intersubjetiva, mas também diz respeito ao campo intrapsíquico, podendo servir como sinalizador da realidade interna. As características desses vínculos, tais como a força e resistência que apresentam motivações, tempo de vida, entre outras características, podem nos dar informações importantes a respeito desses sujeitos. Isso porque, segundo Pichon-Rivière (2000), a forma particular que o *eu* tem de se *relacionar* com a *imagem de um objeto* colocada dentro do si, ou seja, o vínculo interno, provoca aspectos exteriores e observáveis desse sujeito. Dessa forma, os vínculos expressam-se em dois campos psíquicos: interno e externo.

Os sujeitos podem estabelecer vínculos de naturezas distintas com pessoas ou objetos (internos ou externos) diferentes. A própria característica que esses elos apresentam, a de serem dialéticos e sofrerem afetação contínua dos polos e contextos participantes, confere essa flexibilidade aos sujeitos.

A partir da noção de vínculo podemos postular agora a multiplicidade do ego: ele está investido de sua especificidade como sujeito do vínculo e aparece como múltiplo, dado que ele se constitui através de sua pertença a uma relação. Duplo ataque narcísico à concepção cartesiana do eu: o eu não é inteiro, mas dividido, não é único, mas múltiplo e, além disso, é determinado em sua relação com o outro (Berenstein, 2003, p. 190).

Compreender o sujeito como entidade múltipla, dividida e que se dá na relação com o outro é algo que só foi possível em tempos relativamente recentes. Em épocas pré-modernas, em que havia maior rigidez de raciocínio, em que predominava uma visão dicotômica que não abarcava a ambiguidade inerente aos seres humanos, talvez essa visão fosse impensável. Hall

---

<sup>6</sup> Entende-se por *objeto* uma entidade ativa e dinâmica e não um polo passivo de uma relação. O termo *objeto*, nesse caso, foi eleito para manter fidelidade ao texto psicanalítico de Pichon-Rivière.

(2005) defende o conceito de que esse fenômeno é resultado, entre outros fatores, do processo de globalização, que desloca as identidades centradas e “fechadas” das culturas nacionais. Segundo o autor, decorre daí uma pluralização das identidades e a produção de uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, “o que confere às identidades características mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas e trans-históricas” (p. 87).

Essa visão relativista possibilitou que Pichon-Rivière (1998) propusesse a ideia de que ninguém apresenta um tipo único de vínculo, porém todas as vinculações formadas com o mundo são mistas, apresentando diferentes vínculos, que podem inclusive variar entre normais e patológicos.

Esse autor considera normais os vínculos em que sujeito e objeto encontram-se diferenciados, há livre escolha do objeto e um polo não toma o outro como parte de si. No vínculo patológico, essas características se dão de forma oposta, num processo marcado pela indiferenciação, em que um organismo psíquico toma o outro como parte dele mesmo.

A construção dos vínculos sempre será apoiada numa aliança inconsciente. Kaës (2006) propõe que tais alianças são formações intermediárias de uma aparelhagem psíquica compartilhada entre sujeitos de um conjunto intersubjetivo: casal, grupo, família, instituição, etc. Segundo o autor, os laços fundadores do sujeito e da civilização, na passagem do estado de natureza para o Estado, bem como todos os demais vínculos possíveis podem ser explicados mediante o conceito de alianças inconscientes.

A ideia de que existiu um contrato entre os homens o qual os fez passar do estado de natureza para o Estado, abdicando de sua liberdade e instituindo o poder político e as leis, está presente nas formulações dos autores chamados de contratualistas, Rousseau, Hobbes e Locke (Chauí, 2000). A partir dessa delegação do governo próprio ao soberano do Estado, o homem passaria a ser regido por leis externas a ele.



A partir dessa abnegação do direito de realizar certos desejos, o homem se associaria a outros, visando à segurança que encontra no estado civil coletivo. Em *Totem e tabu* (1996/1913), Freud demonstrou um exemplo em que esse tipo de aliança é selado para determinar as regras vigentes com relação ao incesto e o parricídio dentro de uma organização intersíquica. Em *O mal-estar na civilização* (1996/1930) o fundador da Psicanálise tratou dessa renúncia à satisfação direta dos objetivos pulsionais como requisito para a construção do aparelho psíquico e da civilização.

Partindo dessas formulações freudianas, Kaës (2005) expôs o conceito de que, para associarem entre si, os homens, além de se identificarem em função de um objeto comum, fazem um contrato inconsciente: o pacto denegativo<sup>7</sup>, uma espécie de aliança inconsciente. Esse contrato rege que, nos vínculos humanos, e com o objetivo de mantê-los, não se fará possível pensar em um número de coisas. O pacto denegativo é um mecanismo defensivo, uma aliança inconsciente cujo objetivo é reprimir um conteúdo comum que diz respeito ao grupo. Caracteriza-se “por oferecer a cada sujeito do conjunto aquilo que tem com destino a repressão, a denegação, a recusa, a rejeição ou o enquistamento” (Trachtenberg, Kopitke, Pereira, Chem, e Mello, 2005, p. 159). A partir dessa perspectiva, o vínculo só é possível à medida que algo seja negado em conjunto. Isso significa que todos os vínculos são sustentados por aquilo que se encontra fora do campo da consciência o que torna o negativo um ente constitutivo dos processos vinculares.

O pacto denegativo tem uma face organizadora e outra defensiva. Ao mesmo tempo em que assegura a satisfação de necessidades dos envolvidos, impõe limites, expulsando da construção vincular determinados elementos. (Trachtenberg et al., 2005, Piva, 2006).

Os pactos denegativos são necessários para a sobrevivência do vínculo no campo intersíquico, assim como os mecanismos de defesa são necessários intrapsiquicamente.

---

<sup>7</sup> Existe divergência entre os autores acerca da palavra *denegativo*, no idioma português, sendo que alguns deles usam, ao invés dessa, a palavra *denegatório*. O termo *denegativo* foi adotado nesse trabalho por ter sido utilizado pelos autores referenciados.

Segundo Kaës (1991), falhas nessas formações intermediárias estruturantes e defensivas são fontes de sofrimento psíquico intenso. Alguns exemplos de falha na instituição desse pacto são sua inexistência, sua existência como lei única ou sua insuficiência; como consequência, é possível que a realização de desejos seja impossível, ou ainda, que ela seja excessiva.

Existe uma relação entre o pacto denegativo e o chamado contrato narcisista. O contrato narcisista é um acordo inconsciente entre a criança e o meio social, a família, em que esses dois polos recebem investimentos libidinais recíprocos, desde antes do nascimento da criança. A essa última é dada a tarefa de manter os enunciados antepassados, assegurando a continuidade da identidade familiar (Aulagnier, 1975 apud Monti, 2008). Monti (2008) defende que, pelo contrato narcisista os “pais clamam para seus filhos a ab-rogação de todas as leis da natureza e da sociedade (que limitam seu próprio narcisismo). Doença, morte, renúncia ao prazer, restrições não deveriam atingir seus bebês. Seus bebês aspiram ser ‘Sua majestade o bebê’.” (p. 239).

O pacto denegativo é a contraface do contrato narcisista, um e outro fundamentam e originam o grupo e o sujeito. No contexto do contrato narcisista se faz indispensável o “não” primordial. O self do bebê acredita que se pode novamente responder ao desejo materno, mas é fundamental que ele renuncie a esse projeto e à crença de que foi, é ou será objeto do desejo materno (Azevedo, 2006). Segundo Aulagnier (1985 apud Azevedo, 2006) é necessário que a fusão entre mãe e bebê se dissipe de maneira definitiva, para que seja possibilitado o nascimento de um sujeito autônomo, enunciativo, que pode responder em seu próprio. “É necessário, ainda, que o sujeito possa pactuar com o paradoxo próprio às exigências identificatórias, remodelado pela dissolução do complexo de Édipo” (Azevedo, 2006, p. 39). O pacto denegativo é, portanto, com relação ao conteúdo do desejo incestuoso, aquilo que é o efeito da castração edípica no campo do contrato narcísico.

O desejo incestuoso é um exemplo de um conteúdo a ser recalcado no sujeito e que se constituirá num conteúdo de pacto denegativo no campo intersubjetivo, para que seja garantida a saúde psíquica individual e do grupo.

### **3.2 - Proibição do incesto: o interdito constitutivo**

Etimologicamente, incesto deriva da palavra latina *incestum*, que significa sacrilégio. O adjetivo *incestus* traduz-se para impuro ou sujo. Essas palavras têm suas raízes nos termos *in* e *cestus*, ou seja, “não casto” (Cromberg, 2001). As raízes etimológicas revelam o sentido e a importância que se dá ao interdito do incesto no seio social.

Para Lévi-Strauss (1976), a proibição do casamento entre parentes próximos tem um campo de atuação variável, mas está presente em qualquer grupo. A renúncia aos desejos incestuosos seria o fator que demarcaria a passagem do homem da ordem da natureza para a ordem da cultura. A esse respeito, o autor nos ensina:

A proibição do incesto não é nem puramente de origem cultural, nem puramente de origem natural e também não é uma dosagem de elementos variados tomados de empréstimo parcialmente á natureza e parcialmente à cultura. Constitui o passo fundamental graças ao qual, pelo qual, mas sobretudo no qual, se realiza a passagem da natureza á cultura. Em certo sentido, pertence à natureza, porque é uma condição geral da cultura, e por conseguinte não devemos nos espantar em vê-la conservar da natureza seu caráter formal, isto é, a universalidade (p.62).

Em *Totem e Tabu*, Freud (1913) elaborou uma ponte entre a Psicanálise e Antropologia por meio de uma hipótese a respeito dos primórdios da vida grupal e instituições originárias. Nessa obra, Freud trata da relação do sujeito com o social, das fronteiras do permitido e do interdito que organizam o desejo. A horda primitiva converte-se em grupo organizado mediante a institucionalização das proibições do incesto e parricídio, ambas

advindas do assassinato do pai da horda por seus filhos. O autor expõe a questão da função paterna, responsável por essa organização, mediante uma construção mítica.

O bando de irmãos vivendo sob a tirania do pai, resolve se rebelar contra ele, suprimindo-o numa festa canibalesca. Pelo ato de absorção, realizam sua identificação com ele, apropriando-se cada um de uma parte de sua força. E como forma de renegar seu ato, dois interditos surgem: a proibição da morte do totem (substituto simbólico do pai) e renúncia de recolher os frutos de seu ato, a proibição do incesto (Meira, 2003, p.59).

A cultura sempre ofereceu um parâmetro claro do que seria socialmente aceito com relação ao gozo dos corpos (Bozon, 2004, p.27), apesar de tal parâmetro ter variado ao longo da história e depender da sociedade em questão. Por volta de 2000 a. C., no Egito e na Mesopotâmia, o casamento entre irmãos era permitido entre a nobreza e os faraós, para que os bens de família e a linhagem real fossem conservados. O incesto entre irmãos seria, assim, um privilégio daqueles que eram considerados descendentes dos deuses. O caso mais famoso é o de Cleópatra, que se casou com seu irmão Ptolomeu II (Matias, 2006).

O mesmo acontecia entre a nobreza inca, à qual era permitida a união entre irmãos, com o mesmo objetivo de preservação. Em contraposição, à plebe o incesto era proibido. Na mitologia grega, os primeiros casamentos entre os deuses também foram incestuosos. O primeiro casal de deuses a se unir foi Gea e seu filho, Urano, e o segundo casal foi Cronos e sua irmã, Rea. Apesar de o incesto ser permitido no panteão grego, ele era condenado e severamente punido entre os mortais (Matias, 2006).

O casamento entre parentes próximos foi expressamente proibido pela lei mosaica, em 1200 a.C. aproximadamente. Também no livro bíblico de Levítico, escrito por Moisés, o incesto é proibido. Dessa forma, todos os costumes judaico-cristãos indicam a proibição deste tipo de união (Vera-Gamboa, 1998).

Ao longo da história, o tabu do incesto esteve presente em diferentes culturas e sociedades, fazendo nascer um alarde maior do que a genética pura possa explicar. Cohen e Gobbetti (1999), a esse respeito, afirmam a explicação biológica para o horror ao incesto é frágil por algumas razões. Segundo esses autores, o cruzamento endogâmico pode, de fato, oferecer maior chance de doenças hereditárias, mas também pode traduzir-se em traços benéficos. Outra razão seria o fato de que semelhanças genéticas não ocorrem apenas entre familiares, podendo aparecer em grupos da mesma região geográfica. Outra evidência da não importância da consanguinidade seria a proibição da união de parentes não consanguíneos, como cunhados, sogros, genros, noras, etc.. Tudo isso demonstra que existe uma desproporção entre a escassa força da explicação biológica para a proibição da união entre consanguíneos e a enorme força do tabu que tal proibição representa.

Em Totem e Tabu (1996/1913), Freud tece uma reflexão sobre esse assunto:

Os tabus, devemos supor, são proibições de antiguidade primeva que foram, em certa época, externamente impostas a uma geração de homens primitivos; devem ter sido calcadas sobre eles, sem a menor dúvida, de forma violenta pela geração anterior. Essas proibições devem ter estado relacionadas com atividades para as quais havia forte inclinação. Mas uma coisa certamente decorreria da persistência do tabu, a saber, que o desejo original de fazer a coisa proibida deve persistir ainda entre as tribos em causa. Elas devem, portanto, ter uma atitude ambivalente para com os seus tabus. Em seu inconsciente não existe nada que mais gostassem de fazer do que violá-los, mas temem fazê-lo; temem precisamente porque gostariam, e o medo é mais forte que o desejo. O desejo está, inconsciente embora, em cada membro individual da tribo, do mesmo modo que está nos neuróticos (Freud, 1996, p. 74).

A proibição do incesto, segundo Faiman (2004), é fundamental para o desenvolvimento psicológico dos indivíduos, uma vez que possibilita o reconhecimento da

existência de limites para a concretização dos seus desejos, para a sua conduta e para o reconhecimento de si próprio. Segundo sua hipótese, a universalidade da estrutura edípica poderia ser remontada a esse momento, matriz simbólica da civilização.

A interdição do incesto permite a diferenciação e a simbolização de funções dentro da família, o que possibilita o desenvolvimento desta e do indivíduo. Assim, a proibição do incesto é algo que demarca limites, que organiza o aparelho psíquico individual e familiar.

No âmbito familiar é em torno do Complexo de Édipo que a personalidade do indivíduo é estruturada e o interdito do incesto faz-se valer. O filho tem como objeto de desejo a mãe, e o pai é seu rival. Em função do temor à castração, normas sociais representadas pela autoridade paterna passam a ser internalizadas num processo identificatório com o pai. A mãe é "trocada" pela riqueza do mundo social e cultural e a partir desse processo ocorre a internalização das proibições, limites e autoridade (Freud, 1922).

No caso dos perpetradores de incesto, fica clara a existência de falhas nesses processos, apontando para a não aderência ao pacto denegativo relativo às fantasias incestuosas e para problemas na internalização da proibição do incesto, fruto da dinâmica edípica. Nesses homens, as fantasias incestuosas acabam sendo realizadas ao invés de receberem um trabalho defensivo inter e intrapsíquico.

### **3.3 – Então... o perpetrador de incesto no mundo pós-moderno**

As denúncias de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes vêm crescendo, bem como a sua repercussão. Uma evidência disso é a pesquisa conduzida por Landini (2006), que demonstrou como vem aumentando significativamente as reportagens de denúncias e discussões a respeito do assunto em âmbito nacional.

Segundo Birman, isso não seria mero acaso. O autor afirma que o fenômeno da violência sexual intrafamiliar é cada vez mais comum e que isso se deve a características

particulares da pós-modernidade. Fatores como a ascendência da mulher no mercado de trabalho, estariam, segundo o autor, ligados a esse aumento. Para o autor

O crescimento do número de abusos sexuais contra crianças praticados inclusive por seus pais é um problema que faz parte do mundo pós-moderno, pós-patriarcal em que vivemos, no qual a família nuclear burguesa entrou em processo de desconstrução. [...] A partir dos anos 1950 e 60, quando a mulher deixou sua posição exclusiva de mãe e passou a disputar com os homens um lugar no mercado de trabalho, um lugar social diferente, a família se modificou. A ordem familiar até então conhecida já não funcionava mais - surgiu, então, a família pós-moderna, com seus novos papéis. No espaço público, os homens passaram a se sentir ameaçados pela ascendência social da mulher. Curiosamente, o que se verifica é que o abuso sexual contra crianças cresceu a partir desse momento. Claro que isso já existia antes, mas é significativa a dimensão que tomou há cerca de cinco décadas. Todos esses casos recentes de que temos notícia são sintomas de que o limiar da ordem familiar burguesa foi ultrapassado e as crianças se transformaram em objeto de desfrute sexual (Birman, 2008, p. 3).

O autor defende ainda que há pelo menos dois fatores secundários que fazem da atualidade um momento particularmente propício para o aumento no número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em geral: a internet e o que ele chama de “erotização da infância” no Brasil. Segundo ele, o “pedófilo virtual”, ou seja, o sujeito que pratica pedofilia por meio da internet, vendo fotos e assistindo a vídeos de conteúdo pedofílico, pode vir a praticar a pedofilia diretamente com uma criança, fora do computador. Quanto ao segundo fator citado, Birman afirma que a erotização da vida social em nosso país vem desde o século XIX, quando passamos a cultivar a imagem de povo de vida sexual intensa, o que vem sido atribuído a pessoas de idade cada vez mais jovem. Crianças

brasileiras, além disso, são expostas a conteúdos inadequados por meio da televisão (Birman, 2008).

O perpetrador de violência sexual intrafamiliar ou incesto é, muitas vezes, confundido com o pedófilo. A pedofilia é considerada um distúrbio sexual caracterizado por fantasias intensas e sexualmente excitantes, impulsos sexuais ou atividade sexual com uma criança pré-púbere, ou seja, de zero a nove anos. De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais, DSM-IV (Sociedade Americana de Psiquiatria, 1994), o indivíduo pedófilo deve ter dezesseis anos ou mais e ser pelo menos cinco anos mais velho que a criança.

Como pode ser observado, o conceito não menciona a ideia de parentesco. Da mesma forma, o incesto poderá ocorrer independentemente da pedofilia, já que sua caracterização prescinde a ideia de que um pré-púbere seja um dos polos da relação. Ainda que existam semelhanças entre as duas condições, como o anulamento da diferença entre gerações, Glasser (1988) aponta que o incesto comporta complexas dinâmicas intrafamiliares que são completamente estranhas à pedofilia, que faz com que o incesto não possa ser incluído na ideia de pedofilia a priori, embora possa ocorrer a pedofilia incestuosa (Arnold, Eysenck e Meili, 1994). Os protagonistas de violência sexual intrafamiliar, portanto, podem não sentir atração sexual por crianças que não sejam aquelas de sua família (Marques, 2005).

Há outra correlação que se pode tecer acerca do fenômeno da violência sexual intrafamiliar e a pós-modernidade. Na pós-modernidade, observa-se um crescente esvaziamento da função simbólica do pai e a fragmentação da família. Vivemos numa época em que o momento sócio-histórico-cultural cada vez mais define o indivíduo na cultura do aut centrismo. O sujeito hipertrofia sua subjetividade, não na reflexão de si e de sua relação com os outros, mas num processo narcísico. Desta forma, tende a encarar o outro apenas como objeto para seu usufruto (Birman, 2000).



Em consonância com a visão de Birman sobre o homem pós-moderno, Cromberg (2001) preconiza que o protagonista do incesto, ou “predador psíquico”, tem o mundo como o palco onde “sua razão instrumental esquematiza tudo a favor do exercício de seu poder [...] ele tem uma visão utilitária e coisificada dos filhos” (p.230). O “predador psíquico” move-se também pelo desejo de controlar todas as coisas, frutos de seu narcisismo e egocentrismo. “Manipulam o espírito de outros, que eles consideram bonecos desejáveis” (p. 231). Por isso é comum que eles digam em seus depoimentos que os atos incestuosos tenham acontecido raras vezes, quando aconteceram ao longo de anos.

É interessante observar o quanto as concepções de Birman sobre o homem de hoje e aquelas preconizadas por Cromberg sobre o perpetrador de incesto convergem. Ambos apresentam fenômenos cujas tramas se entrelaçam no seio social. O incesto de pais para com suas crianças, como acontece hoje, guarda semelhanças com uma forma de subjetivação cada vez mais comum na pós-modernidade e que tem suas raízes na modernidade, como se viu.

Isso, entretanto, não denota que a maioria dos sujeitos contemporâneos compartilhe as características citadas, encarando o outro apenas como objeto para seu usufruto, como em casos de perpetradores de incesto. A esse respeito, Miguelez (2007) defende que “também hoje, os processos de subjetivação em andamento produzem seres humanos para os quais podem predicar-se as sujeições ‘clássicas’ à lei de proibição do incesto” (p. 131). Isso significa que se trata de um universo de pessoas predominantemente edipianas, neuróticas e nas quais funcionaria o recalque.

Os indivíduos que mantêm vínculos incestuosos estão, portanto, inseridos nesse universo predominantemente neurótico. Desta relação nascem alguns desdobramentos e a pesquisadora Sandra Butler descreve em seu livro *Conspiracy of Silence* (1996) as impressões que teve ao entrevistar pais que estavam presos por abusarem de suas filhas. Ela relatou uma discrepância entre o que pôde observar e a imagem preconceituosa que vulgarmente se tem a

respeito dos agressores incestuosos. Em geral eles são retratados como alcoólatras crônicos, iletrados e de atitude violenta, uma descrição que não se aplicava àqueles entrevistados. De acordo com a autora, eles tinham aparência comum e boa educação, além disso, pareciam-lhe tão familiares que chegava a ser desconfortante. Traziam questões comuns à maioria das pessoas, como preocupação com a família, necessidade de sentir-se aceito e a noção do que é um comportamento sexual adequado aos moldes sociais.

Estas evidências sugerem que o pai ou outro cuidador da família incestuosa é um sujeito “mais comum” do que, muitas vezes, se supõe. Os vínculos incestuosos que estabelece não afastam dele características consideradas triviais, como as citadas. Então por que, na maioria das vezes, se vê notório esforço para que esses sujeitos incestuosos sejam retratados como absolutamente terríveis, indivíduos que nada tem em comum com um “cidadão ordinário”?

Taxar os perpetradores de incesto como monstros com os quais não há possibilidade de identificação seria uma tentativa de não entrar em contato com o desejo incestuoso que, segundo Freud, em *A interpretação dos sonhos* (1900), é natural. A respeito da história de Édipo, Freud acreditava que

Seu destino nos comove porque poderia ter sido o nosso, porque antes de nosso nascimento o oráculo fulminou sobre nós esta mesma maldição... Como Édipo, vivemos na ignorância desses desejos que ofendem a moral, desses desejos que a natureza forçou em nós e após sua revelação bem queríamos afastar a visão das cenas de nossa infância (pp. 271-272).

O desejo incestuoso, recalcado nos neuróticos, mas não nos perpetradores de violência sexual intrafamiliar, é o que pode levar a maioria das pessoas a condenar esses sujeitos tão veementemente. É provável que seja o desprazer provocado pela rememoração do recalcado

que se tenta evitar ao se tecer uma visão completamente depreciativa dessas pessoas, numa tentativa de diferenciar-se definitivamente delas.

Nos perpetradores de incesto, o desejo incestuoso não se limita ao plano das fantasias inconscientes. Eles atuam esse desejo, que falhou em ser recalçado e agora move esses sujeitos. Segundo Rosolato (1999), o desejo seria um “movimento, uma força, de atração ou de liberação, uma tendência para um prazer, que induz um ato, em busca de um estado” (p.7). Segundo este autor, as relações entre o desejo e a satisfação são orientadas pelas representações de um objeto perdido, ou ainda por aquelas que o sucederam. Além disso, poderia haver uma variabilidade nessa relação entre o desejo e sua satisfação. Segundo o autor, esta relação pode dar-se numa forma alucinatória, por meio de uma excitação simples, ou ainda, ela pode ser “convenientemente preenchida por um objeto” (p.8).

O desejo, de acordo com Roudinesco (1998), está ligado a traços mnemônicos. Representações das primeiras vivências de satisfação de necessidades, como quando o bebê é amamentado, transformam-se em signos de prazer. Dessas primeiras vivências nasceria o desejo como falta, como busca e como possibilidade de provisória realização.

Durante a infância, de acordo com Miguelez (2007), múltiplos desejos atravessam a criança, razão pela qual Freud a define, em *Três ensaios para uma teoria sexual* (1905), como “perverso-polimorfa”. Nesta etapa da vida, segundo a autora, “satisfação auto-erótica e satisfação direto com o objeto, impulsos hetero e homossexuais realizam-se, mesmo em aparente contradição” (p.34). O adulto que apresenta a perversão, portanto, não tornou-se perverso, mas continuou sendo, por uma falha no processo de interdição, uma falha no desenvolvimento psicosssexual normal.

Rosolato (1999) defende que os interditos impostos pela realidade podem ir agindo sobre a aspiração aos prazeres. Por meio da repetição, é possível, inclusive, que a causa do

desejo seja esquecida, passando a ser substituída pela predileção ao estado de quietude que se segue à excitação.

Segundo esse autor, a lei opõe-se ao desejo, sendo o desejo apenas o “avesso da lei” (p. 137). Para Rosolato, existe ainda outra vertente da lei, além dessa que rege o interdito. A lei também apresenta a vertente das prescrições, que dá outras direções ao desejo. Aplicam-se, então, as transformações das sublimações, “no sentido mesmo das prescrições e dos ideais dominantes” (p.137).

É necessário que as figuras parentais possam esvaziar-se de sua onipotência fantasiada pelo filho, numa morte simbólica, por meio da perda e da castração, para possibilitar a libertação do novo sujeito, que agora, por ser faltoso, também pode desejar. Não pode haver, portanto, desejo sem lei. Segundo Meira (2003), “se isso falha, a criança fica cativa de uma relação mortífera com a mãe revelando o fracasso da função paterna” (p.59).

Para a Psicanálise, a realização do incesto implica na impossibilidade de a criança se constituir como um ser independente do desejo da mãe. É a dificuldade de discriminar a si mesmo, resultante da impossibilidade da função-pai constituir o limite e determinar os parâmetros entre o eu e o outro. Nem a mãe nem o pai conseguem ocupar o lugar da interdição (Cohen, 1993).

Se os desejos vão sendo muitas vezes transformados no sentido de adequarem-se à lei, nos casos dos cuidadores incestuosos, essa dinâmica não se aplicará com relação ao interdito do incesto. Prevalecerá o desejo sobre a lei, caracterizando a dinâmica psíquica denominada perversão. A esse respeito Stoller (apud Ferraz, 2000) afirma que

a perversão é o resultado de uma dinâmica familiar que, induzindo o medo, força a criança a evitar o enfrentamento da situação edípica, na qual, todavia, ela já se encontra imersa. O desfecho do conflito edípico não seria, portanto, a dissolução do

mesmo pela via do recalçamento, mas sim a sua evitação, o que adiaria *ad infinitum* seu desfecho, mantendo-o suspenso (p. 55).

Segundo Pereira (2007), pais incestuosos apresentam desejo indomesticável, falta de domínio dos impulsos e insensibilidade à moral e à ética. Somadas, essas características resultam numa personalidade perversa.

Ora, para que se instale essa dinâmica familiar citada, na qual a criança é levada a lidar com o conflito edípico evitando-o, é necessário que haja, de um lado, uma mãe que não permite a entrada do pai na relação dela mesma com a criança e, de outro, um pai que não ocupa o lugar de castrador. Essa mãe, portanto, ocupa um lugar crucial nesta dinâmica. A esse respeito McDougall (1989) defende que a “mãe interna, idealizada e intacta, desempenha um papel essencial no imaginário de todos que criam perversões” (p. 203).

O cuidador incestuoso é um perverso cujo principal propósito é subjugar ao outro, causando-lhe dano. Trata-se mais de poder do que de erotismo (Cromberg, 2001). A relação abusiva mantida representa uma fonte de sensação de poder, além de prazer. Este poder refere-se não somente à criança ou adolescente com quem sustenta diretamente esta relação, mas ao restante da família que convive com a violência.

O perpetrador de violência sexual intrafamiliar raramente compreende e admite sua própria responsabilidade no envolvimento sexual incestuoso. Na maioria das vezes ele o nega ou acredita que a criança também tenha sido sedutora e, portanto, que ela também tenha sido responsável pelo relacionamento sexual (Foward e Buck, 1989). Isso mostra que esse sujeito tem dificuldade para admitir não apenas o interdito do incesto, mas também que foi violento.

Ferenczi (1933) admite que a criança participa do jogo de sedução com o adulto incestuoso, mas defende que esta participação é completamente distinta daquela do adulto envolvido nesse tipo de relação. Segundo ele, os adultos que perpetram esse tipo de violência

confundem as brincadeiras das crianças com os desejos de uma pessoa que já atingiu a maturidade sexual, e se deixam levar a atos sexuais sem pensar nas conseqüências (...). As crianças se sentem física e moralmente sem defesa, sua personalidade ainda muito fraca para poder protestar, mesmo em pensamento, contra a força e autoridade esmagadora dos adultos, deixando as mudas, e podem até fazê-las perder a consciência. Mas esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as automaticamente a se submeter à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se completamente de si, e a se identificar totalmente com o agressor. Por identificação, digamos por introjeção do agressor, ele desaparece enquanto realidade exterior, e torna-se intrapsíquico (...). De qualquer forma, a criança consegue manter a situação da ternura anterior (...). Mas a mudança significativa, provocada no espírito da criança pela identificação ansiosa com o parceiro adulto, é a introjeção do sentimento de culpa do adulto: a brincadeira até então anódina, aparece agora como um ato que merece punição (...). A criança que sofreu abuso torna-se um ser mecanicamente obediente, ou teimosa (...). Sua vida sexual não se desenvolve, ou toma formas perversas; não falarei aqui das neuroses e psicoses que podem daí resultar (Ferenczi, 1933, p. 351- 352).

Essa dificuldade de responsabilizar-se por aquilo que faz e que enuncia, e de enxergar os interditos e submeter a eles seu desejo, essas características, entre outras citadas, são, de fato, mais comuns na pós-modernidade que em tempos pregressos. Mas, ao mesmo tempo, o perpetrador de incesto é, como vimos, alguém que traz à tona conteúdos psicosexuais muito primitivos do sujeito psíquico. Dessa forma, uma interpretação possível seria a de que a conjuntura pós-moderna oferece um contexto de desenvolvimento intrapsíquico, psicosexual e intersubjetivo propício para a emersão desses conteúdos tão primitivos.

O perpetrador de violência sexual intrafamiliar, ao impor a lei do seu desejo, transgredir a lei cultural que proíbe o incesto. Esta violência é justamente o que caracteriza a atuação do desejo do adulto em relação à criança ou ao adolescente. As chamadas interdições, cultural e legal, são transgredidas, ficando submetidas ao desejo de incesto. Os protagonistas das relações incestuosas atuam seu desejo e com isso violam, não só corpos, mas principalmente estruturas psíquicas. É justamente devido a isso que se faz necessário abrir espaço para que se discutam suas estratégias vinculativas, a serem analisadas nos casos apresentados a seguir.

## Capítulo 4 - Método

### 4.1 Metodologia – A aventura e o caminho

Freud, em *A história do movimento psicanalítico* (1974/1914), relatou que a Psicanálise vinha encontrando dificuldades em se ver aceita como ciência. O autor afirmou nessa obra que “a ciência oficial lançara um anátema solene contra a Psicanálise e tinha declarado um boicote aos médicos e instituições que a praticassem” (Freud, 1974/1914 p. 57). O que Freud encontrou a respeito do funcionamento psíquico e do inconsciente, ou seja, o próprio sujeito psicanalítico, não caberia nos moldes da pesquisa tradicional científica. À ciência tradicional interessava o conhecimento baseado no comportamento observável e à psicanálise, o inconsciente.

Lacan propôs que o *desconhecimento* estaria na gênese do sujeito, inclusive do pesquisador. A Psicanálise introduziu no contexto das verdades científicas uma lógica do não-todo, não pretendendo encontrar a verdade como ela é, mas investigando o saber construído pelos sujeitos em torno do real em jogo na análise (Mezêncio, 2004).

O real da Psicanálise lacaniana não se confunde com a realidade, mas diz respeito àquilo que não pode ser simbolizado, um real irreduzível<sup>8</sup>. O inconsciente se referiria ao saber não-sabido, sendo impossível de tornar-se totalmente consciente (Mezêncio, 2004). O objeto psicanalítico, coerente com essa lógica, em muito se distancia do saber científico tradicional cartesiano, positivista. Em pesquisa psicanalítica, portanto, não se busca encontrar uma

---

<sup>8</sup> Lacan relacionava o não-todo e a irreduzibilidade do real em simbólico à inexistência, no campo do inconsciente, de uma representação feminina independente daquilo que ela, a mulher, não é. Ou seja, a única representação sexual no inconsciente é fálica e o feminino se valeria do que ele não é para ser representado. Essa formulação decorre de elaborações freudianas e trata da universalidade da lei fálica, que se sustenta, por sua vez, em sua exceção: a figura do pai que faz incidir as ordens da castração e do simbólico (Mezêncio, 2004). A proibição do incesto seria o grande representante dessas ordens.



verdade dada, mas construída, despretensiosa de esgotar as possibilidades do inconsciente humano inesgotável, dinâmico, inacabado e sempre relacional.

A esse respeito, Mezêncio (2004) concluiu que

O saber inconsciente tem o estatuto de uma articulação particular entre a verdade e o real, é contingente, tem estrutura de ficção e, como tal, pode enganar. A função do engano e do desconhecimento é fundamental, já que abre a brecha na qual o real pode emergir. Difere do saber científico que pressupõe um universal, que busca o ideal da precisão, e, assim, sutura a dimensão do engano, forcluindo o sujeito e sua singularidade (fantasias, gozo) (p.109).

O saber inconsciente é sempre suposto, inventado. Portanto, a “aventura” da pesquisa psicanalítica e o método desse tipo de pesquisa, em última instância, só revelam o que constroem (Herrmann em entrevista a Silva, 1993). O método psicanalítico, a interpretação, cria o inconsciente e sem o método seria impossível ao menos saber do que ele se trata: o “que é o inconsciente sem a interpretação?” (Herrmann, 2001, p.91).

Em pesquisa psicanalítica a aventura nunca é previsível na partida, ou não deve sê-lo. Aquilo que se revelará pode ser o oposto do que se pensaria encontrar. Se Descartes propôs “penso, logo existo”, Lacan, fazendo uma leitura do que Freud propusera, apresentou: “penso onde não sou, sou onde não penso” (Cottet e Miller, 1989).

Diante do impossível do real, na clínica e pesquisa psicanalíticas, é importante “colocar todas as perguntas” (Lacan, 2004/1962-1963 apud Mezêncio, 2004). Seria essa a maneira de se prosseguir investigando, sem desistir em decorrência da constatada impossibilidade de englobamento da verdade num trabalho de investigação em que o humano se inclui, enquanto pesquisador ou pesquisado. Colocando todas as perguntas, contorna-se o indizível e encara-se o limite da verdade, que é o recalque (Mezêncio, 2004). Dessa forma,

muito do que se tem acesso na pesquisa que pretende uma escuta psicanalítica é o negativo de questões inconscientes, inomináveis.

A partir dessa perspectiva metodológica, foi iniciada a fase de entrevistas. São sujeitos dessa pesquisa dois homens, Marquinhos e Sílvio<sup>9</sup>, de 37 e 45 anos. Depois de longa trajetória de idas ao fórum e à colônia penal, emergiram dois casos, e não três, como o projeto inicialmente previa. Marquinhos foi acusado de manter relações sexuais com a enteada de onze anos e Sílvio foi denunciado pela filha de 13 anos pelo mesmo motivo.

Os casos de Marquinhos e Sílvio eram os únicos na colônia penal que envolviam violência sexual incestuosa, na ocasião do processo de recrutamento. Naquele momento me deparei com uma situação ambígua. Existe uma discrepância entre o número de casos expostos na mídia e nas estatísticas levantadas e a frequência real das condenações por esse crime. Essa discrepância é uma evidência de que muitos casos perdem-se ao longo do tortuoso caminho entre hospital, delegacia, conselho, fórum, entre outras instituições por onde peregrinam as famílias que resolvem enfrentar o violentador. Isso se constitui num forte estímulo para que denúncias sejam evitadas e retiradas. Talvez esse fato, somado à modificação da estrutura familiar que segue a denúncia, faça com que haja tão poucas pessoas de fato condenadas por este crime.

Os sujeitos foram escolhidos para participar da pesquisa por meio do sistema de cadastro informatizado de uma colônia penal, o qual oferece um levantamento de todos os detentos e os crimes que cometeram. Foi realizada uma entrevista com cada sujeito, e não três, como constavam no projeto dessa pesquisa. Cada entrevista, bastante intensa, forneceu-me elementos contratransferenciais e de interpretação importantes e que sustentaram a pesquisa. Além disso, é preciso confidenciar e enfrentar o fato de que as entrevistas diante dos abusadores me expunham à condição de quase insuportabilidade. Além disso, os autos dos

---

<sup>9</sup> Esses são nomes fictícios escolhidos para preservar a identidade dos entrevistados. O nome Marquinhos vem flexionado no diminutivo assim como o entrevistado pediu que o chamasse.

inquéritos e processos penais foram amplamente consultados e analisados, antes e depois das entrevistas.

Numa pesquisa, o pesquisador psicanalítico está imbuído numa experiência de aprendizagem da qual seu espírito faz parte (Iribarry, 2003). Ainda no estabelecimento do problema, na escolha do método a ser seguido, o pesquisador já entrou em interação com a pesquisa, e essa experiência é de mútua influência.

A experiência do pesquisador psicanalítico diante das entrevistas e questionários respondidos é tomada no sentido de uma aprendizagem que se transformou em saber, ou seja, uma *Erfahrung*. A *Erfahrung* é a experiência que decorre do contato do pesquisador com os participantes de sua investigação e com os dados coletados (Iribarry, 2003).

Existem, na língua alemã, dois vocábulos para “experiência”: *Erfahrung* e *Erlebnis*. O primeiro tem ênfase no cognitivo - aprendizagem e o segundo, no emocional - vivência. *Erfahrung* tem mais a ver com experiência adquirida, aprendizagem pela prática, conhecimento adquirido na vida. Refere-se ao conhecimento adquirido na prática da vida ou na vivência dos acontecimentos. *Erlebnis*, por outro lado, tem uma conotação vinculada à emoção sentida diante de um acontecimento concreto (Amatuzi, 2007). Em pesquisa psicanalítica, além da teoria, ambas experiências são importantes. A vivência emocional do pesquisador com relação à pesquisa deve contribuir para a criação da aprendizagem no sentido cognitivo. No campo da *Erlebnis* está incluída a questão da contratransferência.

A contratransferência é o “conjunto das reações inconscientes do analista à pessoa do analisado e mais particularmente à transferência deste” (Laplanche e Pontalis 1998, p. 102), inclui elementos advindos do analista, como aspectos da sua história e personalidade, das projeções do paciente, e da relação transferencial-contratransferencial.

Os sentimentos que o paciente faz surgir no analista, essas vivências contratransferenciais, possibilitam que o analista compreenda mais profundamente o indivíduo diante dele (Tulha, 1989). Isso implica numa posição de atenção às emoções que a relação estabelecida provoca.

Considerando o objetivo de compreender como esses perpetradores de incesto estabelecem seus vínculos, a questão da contratransferência foi fundamental para encontrar pistas desse processo.

O leitor, nesse ponto do trabalho, pode imaginar como já era penosa a jornada que começara a enfrentar. Desde as primeiras leituras, a escolha do tema, o método, já estava em relação contratransferencial com a pesquisa e com o pai incestuoso, ainda imaginário, mas intensamente mobilizador.

No estudo da relação sexualmente violenta entre homens e suas filhas e enteadas é difícil não imaginar a dor vivida pela criança, não sentir desconforto pelas histórias contadas. Era chegada a hora de ser vencida pela invasão do tema violência, parte da defesa que conseguira manter até aqui havia se dissipado na relação com o abusador. Estados de estorrecimento, angústia, revolta e dor iam se revezando, e cediam, em boa parte do tempo, para a posição de investigadora que tenta encontrar sentido em algo que se mostrava cada vez mais absurdo. A partir dos primeiros contatos reais com os entrevistados e suas histórias, essa relação tornou-se mais forte e os caminhos internos visitados serão abordados adiante.

Ao longo do processo de pesquisa, o universo jurídico foi o cenário de muitas vivências. Esse mundo me era familiar, mas não mais pertencia a ele. Ele me acolhera e fora desejado por mim durante um tempo, em algumas experiências iniciais do curso de graduação em Direito no qual ingressara há dez anos. Nesse mundo, porém, sentia-me presa, por isso interrompi o curso depois de quatro anos. Revisitava agora o cenário abandonado. Fórum, autos de inquéritos e de processos judiciais, presídio, agentes, policiais, burocracias,

secretarias, mandados, juízes, promotores, habeas corpus, advogados... Todos esses eram personagens conhecidos e, na minha história, representavam a formalidade de um funcionamento restritivo.

*Ubi societas, ibi jus* (Mata-Machado, 1986, p.14). Onde houver sociedade, haverá normas que regulem sua convivência. Foi o que aprendi na minha primeira aula no curso de Direito. Todo esse universo, externo e interno a mim, existia para coibir ações criminosas como a dos sujeitos dessa pesquisa. Eles estavam no lado oposto da lei, foram ostracizados pela sociedade, representavam o *estranho*.

O estranho, aqui, não era o estranho que ameaça de morte pela castração, como no conto do Homem de Areia, apresentado em *O Estranho* (Freud, 1919/1976), mas o oposto disso. Era o estranho que mata por não ser castrado e não promover castração, o estranho que ameaça englobar o self daquele com quem se relaciona e sufocá-lo. O pavor de aniquilação gerado na relação, entretanto, talvez fosse comparável. Ou maior.

Em *O estranho (Das Unheimlich)*, Freud (1919/1976) expõe que o termo alemão *Unheimlich* (estranho) tem uma relação peculiar com seu oposto *Heimlich* (familiar). *Heimlich* tem um significado que guarda ambivalência, coincidindo com seu oposto *Unheimlich*. Freud desenvolve sua narrativa até chegar à noção de um estranho familiar, conhecido há muito, porém recalcado no inconsciente. *Unheimlich* é o retorno do recalcado.

O estranho familiar – pai incestuoso - provoca o retorno daquilo que precisou ter sido deixado, abandonado, em função da instituição dos preceitos culturais, da composição do coletivo: *Ubi societas, ibi jus*. E onde existe lei, existe desejo. Talvez fora eu, ora ligada ao Direito, ora encantada pela Psicologia e pela Psicanálise que emergia. O retorno do recalcado, dubiamente se revelava, contratransferencialmente o estudo me contava sobre o outro e sobre mim.

## **As idas ao fórum: duelos entre lei e desejo**

Para que a pesquisa pudesse ser desenvolvida dentro da colônia penal e para que os processos pudessem ser consultados, foram necessárias autorizações de juízes de Direito e do diretor da instituição. A trajetória se iniciou no fórum, aonde fui pela primeira vez para encontrar com um juiz de uma vara penal.

Nesse dia tive que aguardar o referido juiz terminar uma audiência. Uma mulher retirava as queixas de agressão que havia realizado contra o marido. O esforço do juiz era mostrar àquela senhora que ela estava tomando uma decisão errada, pois o marido cometera um crime e poderia cometer novamente. “E se ele fizer de novo?”, ele perguntou tentando persuadi-la. Certamente o magistrado e a depoente não estavam submetidos à mesma ordem, mas a ordens opostas: da lei e do desejo. Enquanto ele estava submetido à ordem organizada da realidade e a dados jurídicos racionais, ela se regia pela ordem do desejo, desorganizada e irracional, por isso não acatou os conselhos, apesar de procedentes. Ordens que são, na verdade, complementares. Um desejo sem lei seria uma contradição, pois limite e falta estão em sua essência, e uma lei sem desejo não teria razão de ser, já que leis só existem para por limites a desejos (Rocha, 2008). Esse duelo travado diante de mim seria um prelúdio simbólico para construções tecidas nesse estudo sobre a relação entre castração e desejo.

O segundo juiz de quem colhi autorização foi de uma vara de execução penal. Novamente aguardei o término de uma audiência. Dessa vez o que me marcou foi a cegueira da justiça, que não pode permitir um abraço entre esposa e réu, mesmo depois que este apelou para a estratégia de tentar comover o magistrado dizendo que não se viam já havia seis meses. A lei saiu vitoriosa. O réu estava condenado por cometer um assalto enquanto já estava cumprindo pena, em regime semi-aberto, por outro assalto cometido.

Diferentemente do primeiro juiz que assinou a autorização de pronto, esse quis deixar algumas objeções. Quis alertar-me para a periculosidade dos futuros entrevistados, abusadores de crianças, pessoas muito manipuladoras, segundo ele.

A fala do juiz encontrou em mim reverência, por um lado, pois me abri para seu alerta. Ao mesmo tempo, provocou sensação de segurança, em parte devido à figura protetora de que ele me serviu, mas principalmente porque sentia confiança diante do universo da Psicologia, no qual supunha que mergulharia ao longo pesquisa. Naquele tempo, ainda desconfiada não tinha real dimensão dos caminhos a serem enveredados com o método psicanalítico.

Não temia a manipulação profetizada. Fantasiava poder manter com o perpetrador de incesto um distanciamento “científico” que me garantiria proteção, permanecendo quase intacta, a não ser por algumas mobilizações internas que já se apresentavam, mas que, nesse tempo, procurava negar. Não poderia estar mais enganada.

O estudo psicanalítico dos vínculos construídos pelos perpetradores de incesto me mostraria uma prática na qual evitar invasões se faz impossível. Estaria em contato direto com elementos indomesticados, primitivos, inerentemente violentos dos entrevistados e aqueles mobilizados em mim mesma. Elementos essencialmente não represáveis, pois traziam consigo a “memória” da própria falha da castração.

## **A colônia penal e um peculiar processo de colonização**

De posse das primeiras autorizações, marquei um encontro com o diretor da colônia penal. O caminho perigoso da rodovia agitada levou a um bairro pobre de ruas de terra e essas, ao presídio. De longe se avistavam as muralhas cinzas arrematadas no topo por enormes rolos de aço farpado. Uma fila de cerca de cem pessoas, maioria mulheres, estava à entrada, pois era dia de visita. Um guarda recebeu-me e convidou-me a entrar depois que contei o que fazia ali, alvejada pelos olhares das pessoas da fila, adentrei. Identifiquei-me

oficialmente na recepção e tive meu documento e chaves retidos. Depois que um dos psicólogos da instituição, com quem já havia agendado minha ida, chegou à recepção e confirmou o motivo da minha presença, tive minha entrada liberada.

No momento da revista fiquei apreensiva, mas disposta a enfrentar o pior tipo delas. Em presídios, é comum que a mulher que visita um presidiário seja obrigada a ficar nua diante de agentes penitenciárias para depois abaixar-se e levantar-se, deixando refletir suas partes íntimas em um espelho. Dessa forma é feito o controle da entrada de drogas, celulares e outros objetos. A humilhação desse tipo de revista, a violência que ela representa, é algo doloroso até mesmo de se supor. Trata-se de uma diferença absurda de poderes, em que ao Estado é reservado o direito de destituir mulheres do poder de protegerem suas intimidades, invadindo-as, constringendo-as. Aliviada por receber uma levíssima revista de uma soldada, adentramos mais. Ainda assim, revistada, remexida, com alguma desordem afetiva, eu continuava.

Desde o início saltava aos olhos a enorme quantidade de funcionários, agentes de segurança em sua grande maioria. Cheguei a imaginar que esses excediam a quantidade de presidiários, mas fui informada que representam cerca da quarta parte dos internos.

O peso da instituição total já se fazia valer sobre minhas impressões e era revelado também pelo comportamento instigante de alguns funcionários. Ouvia-se, no silêncio, o controle. Enquanto estava dentro do presídio, sentia constante pressão que não deixava esquecer-me de onde estava. Paradoxalmente, alguns funcionários aparentavam sensações contrárias às minha. Risos com ares sádicos que atravessavam os ambientes e desafiavam a atmosfera funesta soavam impróprios para o lugar. Pareciam seguros para romper a ordem violentamente imposta, mas eu, novata, sentia vívidos os limites impostos pelos muros e grades.



Numa longa reunião com o diretor, acompanhada pelo colega de profissão, fui informada sobre os cuidados e regras que deveria seguir, inclusive com relação à vestimenta. Por inadvertência, estava trajando roupas de cor não permitida, o preto, pois esta é a cor usada por uma espécie de batalhão especial dentro da colônia penal. Também não deveria trajar roupas da cor laranja, pois é esta a cor do uniforme dos presidiários.

A fala do diretor priorizou, entretanto, as características do funcionamento institucional que, para ele e para autoridades locais, segundo ele, são motivos de orgulho. Por exemplo, os diferentes trabalhos voluntários que os presos podem desenvolver, como jardinagem, lavagem de uniformes ou carros oficiais, entre outros, para terem suas penas diminuídas em um dia a cada três dias de trabalho, de acordo com uma lei federal; as estratégias desenvolvidas pela divisão de inteligência para tentar frear a entrada de celulares e drogas nas celas, crimes que, segundo o diretor, vêm diminuindo, assim como a violência entre os detentos; o fato de que nos últimos quatro anos, que coincidem com a gestão atual, houve apenas uma rebelião; como os presos são obrigados a andar de cabeça baixa e proibidos de manter contato visual com outras pessoas quando estão sendo levados de um lugar para outro ou desenvolvendo alguma atividade fora das celas; o funcionamento da enfermaria, atendimentos de médicos, dentistas e psicólogos, os quais podem ser feitos mediante pedido do próprio detento; a existência de uma escola estadual dentro da colônia, o fato de os *Jacks*<sup>10</sup> não serem colocados juntos de outros detentos, entre outras informações. Ao final do encontro eu já estava convencida pelos argumentos apresentados e enfim consegui a autorização que motivara minha ida até lá.

Após essa reunião, o psicólogo que me estava oferecendo apoio, acompanhou-me pelos ambientes mencionados pelo gestor. Na enfermaria, limpa e bem cuidada assim como os outros lugares que visitei ali, pude ver sala em que são oferecidos os atendimentos

---

<sup>10</sup> “Jacks” são como são chamados os estupradores, dentro dos presídios.

psicoterapêuticos e que seria usada para as entrevistas se não tivessem ocupadas no dia destas serem feitas. Trata-se de uma sala pequena que contém duas cadeiras entrelaçadas por uma mesa e cuja porta permite que os agentes de segurança, que vigiam os atendimentos, vejam o interior da sala através de uma “janela” de vidro.

Numa cela especial dentro da enfermaria, dois presidiários dividiam o espaço, ambos respondendo pelo crime de pedofilia. Eram mantidos ali para proteção deles próprios contra a violência com que os detentos costumam tratar perpetradores desse tipo de crime. Um deles é um presidiário famigerado e que seria um entrevistado na pesquisa, não fosse a fama do seu caso. O país inteiro assistiu à prisão e acompanhou a estória do distinto cavalheiro que foi flagrado no que foi considerado um dos piores casos de pedofilia já vistos, principalmente porque as provas incluíam filmagens que mostravam a mãe da vítima ser partícipe do crime, junto do padrasto da criança. Numa lançada de olhar minha visão captou o aspecto mortífero do sujeito. Perdera a beleza, ganhara olheiras e fortes marcas de idade.

Inicialmente eu negara o convite do colega que me servia de guia, mas por sua insistência, fui olhar o autor do famoso crime. Não fiquei à vontade com aquela situação. A sensação era de que eu ia contemplar um animal. O colega psicólogo e o homem em questão tinham um vínculo estabelecido, mas eu não. Era como se ele supusesse haver em mim curiosidade. Mas, se eu estava curiosa, a curiosidade estava suplantada pelo respeito que sentia que o tal homem merecia de mim.

Muitas das vezes que refletia sobre o tema desse trabalho, sentia raiva profunda desses homens que ocupam lugar de pai, mas que oferecem o oposto que suas filhas precisam deles para ter saúde. A raiva por vezes vinha acompanhada pela repulsa, uma sensação de incompreensão absurda. Outras vezes, entretanto, vinha-me a consciência de que esses sujeitos não são piores ou melhores que outros, mas não são sujeitos da interdição. Isso é o que os separa dos outros.

Os demais pavilhões também estavam relativamente silenciosos, ao contrário do que se retrata em obras de ficção usualmente. Na escola fui surpreendida ao encontrar vários estudantes, todos sem algemas, sozinhos com as professoras em salas de aulas comuns. O medo me veio, então, de forma natural. Numa conversa com a pedagoga, descobri que a principal diferença de comportamento entre alunos que cumprem pena em regime fechado e alunos que não estão presos é que os primeiros, geralmente, demonstram mais interesse e atenção. Apesar disso, segundo a pedagoga, é preciso estar sempre muito atenta enquanto se leciona dentro duma colônia penal. Existe sempre um receio, um temor.

O último prédio que conheci naquele dia situava-se logo ao lado da escola, o pavilhão específico para mulheres, as quais, segundo a opinião de um funcionário, são mais desrespeitosas e desobedientes que os homens que cumprem pena na instituição.

A primeira ida ao presídio deixou impressões de ser um lugar aparentemente menos hostil que imaginara. Depois de uma sucessão de desmistificações de preconceitos e de surpresas, restou uma sensação de contentamento reticente, quase suspeito diante do cenário que me fora apresentado.

Na saída, passei novamente pela recepção e peguei as chaves que haviam sido retidas. Um fato curioso foi que, depois das horas recebendo informações que serviam para tentar convencer-me de uma realidade melhor do que se imagina sobre um presídio, esqueci meu documento de identidade na recepção. Fui embora sem ele e só me dei conta da falta dias depois. Ainda sem saber onde estava, telefonei para a instituição e fui informada de que estava lá. Creio que seja possível uma interpretação para o lapso. Eu teria perdido a noção de identidade no processo de colonização que me fora imposto.

As idas ao presídio eram muito árduas. Lembravam-me a prisão na qual me sentia nos tempos do curso de Direito. Significavam a inflexibilidade do sistema cego, que via só até o sujeito, mas não compreendia o que era interno a ele, era bidimensional, monocromático. O

movimento da escrita, criterioso, descritivo, até penoso, com que relato as voltas ao universo jurídico, a descrição que parece querer dar conta de cada passo, de cada olhar, reflete essa rigidez que me acometia, o controle necessário a ser mantido.

Nesse ponto da pesquisa, já me via em interação transferencial-contratransferencial com o objeto de pesquisa. O monstro abusador era muito superior a mim em força, coragem de gozar, voracidade, ele poderia aniquilar-me. E nesse aspecto eu estava aterrorizada, existia uma assimetria de poder muito acentuada entre a fera que ninguém poderia frear e a pesquisadora bem intencionada.

Por outro lado, uma ambivalência se apresentava. Para defender-me do perigo a que exporia meu mundo psíquico, outra dinâmica também se fez valer.

A posição que me via ocupar diante o tema era de estar do lado “certo” da lei, o lado daqueles quem vivenciaram as castrações e compartilhavam de um sentimento de civilidade. Chegara a eles munida de todas as autorizações, assinaturas e carimbos de que necessitava, chegara a eles pela via legal. Sentia a segurança e o poder que essa instância me oferecia. O poder a que me refiro devia-se à assimetria entre as representações do abusador e do pesquisador no imaginário social e que vivenciava contratransferencialmente. Sentia-me em posição superior àquela do abusador cruel, desumano, daquele que merece ser rechaçado. E assim chegava à construção de que eu estava usando a posição vulnerável desses homens, que haviam sido destituídos de praticamente tudo que tinham, para conseguir material de pesquisa. Agora eu já não era presa, mas predadora. Por vezes sentia que necessitava de cautela para não tomar um posicionamento abusivo, violento, sentimentos que, na verdade, já me acometiam. Em outras palavras, sentia culpa.

Esforcei-me, então, para não julgá-los. Lutei internamente contra a imago da aberração, ministrando a mim mesma sobre a falibilidade humana e o fato de que os caminhos que esses homens percorreram em seus desenvolvimentos psicosssexuais, somados às

características dos relacionamentos contemporâneos, possivelmente estivessem ligados às suas condutas.

Quando cheguei a encontrar os entrevistados, outra classe de reações internas fazia-se valer: esforço por uma compreensão possível e abertura para ouvi-los. Lamentava seus destinos e motivava-me interceder pelas vítimas por meio das contribuições deles.

Essa ambivalência, esse jogo entre ódio, medo e culpa, tudo isso pode ser observado nas relações de violência sexual. No caso da vítima, isso pode ocorrer em resultado da identificação projetiva, que a invade e controla (Stray e Cabeda, 2004). Na relação com a violência sexual contra crianças e adolescentes, os elementos podem ser difíceis de elaborar, a ponto de deixarem de ser significados, passando a ser vivenciados como um negativo, espaços não pensados e impensáveis (Kaës, 2005). Para defender a instância psíquica do risco que os perpetradores de incesto representavam, passei a vivenciar intensamente os mecanismos inconscientes que entravam (e entrevam) em cena na minha rotina de pesquisadora.

### **Da escolha dos casos, aos casos escolhidos**

A autorização do diretor da colônia penal permitia que eu fosse até lá sem que tivesse que enfrentar processos burocráticos. Bastava que eu marcasse com o psicólogo da instituição a minha ida e apresentasse minha autorização na portaria. Voltei ao local outras vezes para a escolha dos casos e para uma entrevista. Ambos os sujeitos foram escolhidos por meio do sistema informatizado da instituição, em que constam o nome a tipificação dos crimes pelos quais respondem todos os detentos. A busca era feita pelos artigos 213 e 214, que correspondiam, antes da Lei 12.015 de setembro de 2009<sup>11</sup>, aos crimes de estupro e atentado

---

<sup>11</sup> O artigo 214 (Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal) foi revogado pela Lei 12.015 de 07 de agosto de 2009, mas seu conteúdo foi incorporado ao artigo 213. Essa mesma lei alterou ainda a redação original do artigo 213, passando a incluir a possibilidade de violência sexual contra pessoas que não sejam mulheres: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se

violento ao pudor, sob os quais eram julgados aqueles que cometiam violência sexual contra menores. Uma vez fossem encontrados esses artigos, os autos dos processos penais e inquéritos referentes aos casos eram consultados para verificar se eram casos de incesto.

## **4.2 Marquinhos, candura hedionda: o filho-marido da loucura**

### **O primeiro encontro: os autos - relatos do inacreditável**

Conheci o caso de Marquinhos por meio do relatório de um inquérito policial. Ele não havia sido condenado e estava preso havia seis meses porque fora apanhado num suposto flagrante de violência sexual contra a enteada.

Marquinhos, 37 anos, é pedreiro e estava casado há oito anos com a mãe de duas meninas, de onze e nove anos. Ele era acusado de manter relações sexuais com a menina de onze anos, mas negou que isso fosse verdade. O pai da menina a ouviu contar para uma amiga que o padrasto vinha deitando-se com ela e, depois disso, armou um flagrante e ofereceu a denúncia.

A menina relatou que o padrasto deitava-se junto dela com frequência principalmente nos finais de semana. Relatou episódios recorrentes de estimulação oral por parte do padrasto, além de ejaculação. Entretanto, afirmou que não havia penetração completa, apenas “um pouco”. Muitas vezes escondia-se no banheiro esperando que ele fosse embora. Não era a primeira vez que a criança sofria violência sexual. Aos cinco anos um vizinho a violentara num episódio isolado, de acordo com a mãe.

---

pratique outro ato libidinoso”. Foi acrescentado ainda o Estupro de vulnerável, artigo 217-A (ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos). O Estupro de vulnerável implica em pena de reclusão de 8 a 15 anos, quando não há agravantes, o que representa um aumento nas penas aplicadas aos autores de violência sexual infantil, que antes poderiam ser condenados a reclusão de 6 a 10 anos, quando não houvesse agravantes. E essa lei alterou ainda o nome do Título VI do Código Penal Brasileiro, no qual esses artigos estão incluídos, que era “Dos crimes contra os costumes” e passou a ser “Dos crimes contra a dignidade sexual” (Código Penal Brasileiro – Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940, atualizado em 7 de agosto de 2009).

A riqueza de detalhes com que a criança relatou as vivências sexuais entre ela e Marquinhos tornava árdua a leitura das páginas do espesso processo. Na transcrição literal dos depoimentos da pré-adolescente ficava evidente um modo infantil de narrar os acontecimentos. A incoerência entre forma infantil da fala e conteúdo da mesma causava intenso desconforto. Marquinhos aparecia como único sujeito ativo nos intercursos sexuais. A passividade da criança diante a violência a que era submetida causava forte comiseração. Impelia-me a proteger a criança e me fazia entrar em contato com a perversão e crueldade de Marquinhos, que causavam repugnância. Era difícil de suportar os sentimentos que invadiam, o relatos eram moralmente revoltantes e buscavam um lugar possível de representação interna e dissipação da energia psíquica. Diante da impossibilidade de lidar com a cena incestuosa, a sensação era de estarecimento e imobilização causada pelo choque.

O laudo do Instituto Médico Legal (IML) confirmou a presença do hímen e, apesar de atestar a necessidade de repetição do exame por falta de iluminação adequada e mesmo tendo sido identificadas “escoriações recentes na vagina”, foi afirmado no laudo que a criança não sofria violência. O exame não foi repetido. Como seria possível afirmar ou descartar a veracidade da denúncia, já que a denúncia era de estímulos outros que não relações sexuais vaginais? Como o laudo do IML poderia descartar, por meio de um exame clínico, a possibilidade de estimulação oral, por exemplo? Inquietações já me assolavam. Depois desse laudo a família retirou as acusações e, alguns meses depois da entrevista, Marquinhos foi liberto.

A mãe da enteada de Marquinhos deu à luz quando tinha quatorze anos e viveu com o pai de sua filha por alguns anos, tendo com ele outra menina, dois anos mais nova que a primeira. Separou-se do marido e vivia com Marquinhos havia oito anos, com quem tem um filho de cincoanos. Esta mulher sofria de esquizofrenia e depressão. Em função disso, tomava diariamente três tipos de medicamentos psicotrópicos que a faziam dormir muito.

Ela relatou que a filha havia lhe falado sobre a violência que vinha sofrendo, mas ela não acreditou. Dois dias antes da denúncia Marquinhos dissera que sairia de casa, pois a “menina já estava mocinha e poderia inventar que ele estava fazendo coisas com ela”. Nessa fala fica evidente o uso do mecanismo de identificação projetiva para proteger a si mesmo e culpar a enteada. Revela um funcionamento próprio da parte da personalidade que ficou em níveis mais imaturos e regressivos, indiferenciada, revelando falta de discriminação entre objeto interno e depositário.

A mãe da criança contou ainda que “andava desconfiada do comportamento amedrontado da filha” e que Marquinhos vinha afirmando que a menina estava “assanhada e saidinha”.

Os relatos das irmãs foram marcados por contradições. Antes que a queixa contra o padrasto fosse retirada, a irmã mais nova confirmou tudo que a vítima relatava. Entretanto, depois de retirada a queixa, ela passou a dizer que não se lembrava bem do que acontecia. A própria vítima retirou as acusações alegando que não sabia ao certo o que havia acontecido, pois não se lembrava bem. As falas das irmãs pareciam ensaiadas.

Depois de ler o processo penal de Marquinhos, ficou, mais uma vez, ilustrada a máxima forense de que a justiça é cega. Cega, não no sentido original do provérbio<sup>12</sup>, mas no sentido de que a justiça, não pode enxergar o que se apresenta a ela. As informações que li, a sequência dos fatos, a começar pela fala de Marquinhos de que iria sair de casa, pois a menina estava ficando mocinha e poderia inventar que ele estava fazendo coisas com ela, a mãe desconfiada do comportamento amedrontado da filha, o laudo do IML (negativo para violência, apesar de as declarações da vítima serem compatíveis com o estado do seu corpo), tudo levava à conclusão de que a violência existia, mas a justiça não podia vê-lo.

---

<sup>12</sup> Aguiar R. A. R. (1982). O que é justiça: Uma abordagem dialética. “A justiça é cega” é um provérbio que significa que a neutralidade é um atributo da justiça, a justiça não vê, ou não privilegia, quem está sendo julgado, ou quem está acionando a o Poder Judiciário.



De fato, não só a justiça se me apresentava cega. A mãe da criança também. A menina já havia relatado sobre sofrer violência, já havia sido violentada por um vizinho aos cinco anos, mas a mãe, esquizofrênica, deprimida e dopada, também não podia vê-lo. Estudos afirmam que mães de vítimas de incesto vivenciam confusão e ambigüidade frente à violência à qual suas crianças foram submetidas. Além disso, essas mães, quando comparadas a mães de crianças que não sofreram violência sexual apresentam níveis mais elevados de depressão e ansiedade, além de menos comportamentos relacionados à vinculação maternal. (Lewin e Bergin, 2001).

Se mais ninguém via, se os médicos e a própria mãe não podiam ver a violência, a criança não poderia sozinha. Nem o flagrante tramado pelo pai da criança teve valor de prova, afinal de contas, ninguém viu a violência de fato, apenas indícios. Naquele momento eu já estava diante de um dos efeitos da violência sexual intrafamiliar: a negligência, a suscitação de ignorá-la ou não compreender a sua importância por parte dos que se colocam em posição de proteger a vítima.

O que mais seria preciso para que se considerassem os relatos da menina como possivelmente verdadeiros e fosse levada em frente uma abordagem de cuidados para essa família? Denúncia, laudo, flagrante, indícios não foram suficientes. Naquele ponto me acometia uma sensação de estarrecimento. A principal dúvida que pairava era a respeito de por que era tão difícil acreditar que estávamos diante de alguém que mantinha relações sexuais com a enteada. Seria possível que os representantes das esferas judiciária e médica-legal objetivassem encontrar violência explícita ou confessa para que, enfim, uma criança pudesse ter sua voz creditada?

Antes da primeira entrevista a impressão que me fora cunhada a respeito Marquinhos era de um perverso icônico, um verdadeiro símbolo desse tipo de funcionamento psíquico. Alguém que agia de forma a ignorar o interdito do incesto e da inviolabilidade sexual do

corpo de uma criança por um adulto, movido exclusivamente por seu desejo. Dominada por um intenso mal estar, nauseada e mobilizada pelo movimento perverso caótico que se apresentava, ora visualizado na performance de Marquinhos, ora personificado pela justiça dos homens, com algum esforço, prossegui para a entrevista.

### **A entrevista com Marquinhos: menino ou padrasto incestuoso?**

Enquanto aguardava a entrada de Marquinhos, imaginava como ele seria fisicamente. Até ali só contava com a imago do cruel intencional do senso comum, como na definição de “perverso” do dicionário: “Que tem malíssima índole; muito mau; malvado” (Ferreira, 1986). A imagem corporal da fantasia era condizente com esses atributos internos: corpo bruto, modos rudes, insensível a paixões e dor.

O pequeno homem entrou na sala. Seu aspecto era de um menino. O corpo, tão franzino quanto sua presença, não aparentava os 37 anos de vida. Sua voz era aguda, a fala, lenta e os gestos, delicados.

Marquinhos, nome fictício (também no modo diminutivo, como o original), chegou à sala algemado, uniformizado e com sua cabeça baixa, como ditam as regras do presídio. Apresentei-me, esclarecendo o que fazia ali e convidei-o para participar da pesquisa. Sua primeira reação foi de negar-se. Marquinhos era réu inconfesso. Dizia que a enteada inventara histórias por querer prejudicá-lo e que o pai da menina denunciara-o porque não gostava dele. Estava confiante de que a esposa retiraria a queixa.

Insegura, manipulada, um tanto confusa, resolvi tentar outro caminho. Disse que ele era livre para escolher, mas que eu gostaria de mostrar a ele as perguntas do roteiro, para que ele pudesse entender do que se tratava. O primeiro tema abordado era “História pessoal”. Comentei a respeito desse assunto, as questões que poderia abordar, se quisesse, e logo ele começou a contar a respeito de sua infância. Recoloquei o convite e, dessa vez, ele

demonstrou interesse em participar. Não resistiu à hipertrofia de sua própria subjetividade, demonstrando interesse por sua própria vida.

No início da entrevista, Marquinhos omitia detalhes das histórias que narrava e parecia pouco envolvido. Com o passar dos primeiros minutos, foi se mostrando cada vez mais envolvido. Perguntou quanto tempo duraria a entrevista e pareceu mais tranquilo quando esclareci que a entrevista poderia durar até duas horas, se ele assim quisesse. O pequeno homem de fala lenta e voz infantil foi narrando a sua história desde a infância, ao longo de duas horas, e parecia entusiasmado com a situação. Narrava com tranquilidade e riqueza de detalhes.

Contou sobre uma vida de miséria e abandono, com a mãe esquizofrênica que passava por fortes crises, uma irmã cuidadora e um pai que deixou a família quando Marquinhos tinha cinco anos, devido às crises da esposa, permanecendo ausente durante a infância do menino. Relatou que o pai aparecia e “enchia as mãos” de Marquinhos de balinhas, e depois desaparecia novamente. Revelou a figura de um pai flácido, que se ausentara por não querer ou conseguir suportar crises, abandonando a família porque já não lhe oferecia uma relação custo (interno)/ benefício interessante. A esse respeito, entretanto, Marquinhos não enxerga nenhum problema, pois ele mesmo está inserido nessa lógica que legitima os interesses egoístas, próprios do homem. Na pós-modernidade já não existe razão para escondê-los. É louvável querer gozar sem limites impostos pela tradição, respeito ao interesse do outro ou religiosidade. Esses valores tornaram-se obsoletos.

Algumas crises da mãe foram lembradas com emoção e espanto. Numa ocasião, a mãe trancou-se em casa com os filhos e tirou-lhes a roupa, para livrar-lhes do demônio. Apavorados, assistiram à mãe pegar uma faca e raspar as unhas até o sangue, para tirar o esmalte vermelho, pecado, de si. Foi internada nessa circunstância. Marquinhos gritava por ajuda e policiais foram até a casa, pediram às crianças que enganassem a mãe e a virassem de

costas, foi quando colocaram um cobertor em volta dela e a imobilizaram. Nas visitas à mãe no hospital psiquiátrico, mãe e filhos choravam juntos a agonia da loucura e a separação forçada.

Quando não estava internada, a mãe trazia o sustento da família das mendicâncias, pois não trabalhava. Marquinhos fantasiava ter existido um documento que um médico redigiu e que a permitia pedir doações de casa em casa. Essas doações eram o que tinham para viver.

Marquinhos se emocionou ao contar que sua mãe tentou “furá-lo com uma faca” para “tirar dele o mal”. Empobrecido pela projeção massiva que também servia para controlá-lo, contou chorando que ele estava tomando banho, quando a mãe abriu a cortina, que usada como porta, com uma faca na mão. Gritava que tinha que libertá-lo do demônio. O filho conseguiu vencer a luta jogando a mãe no sofá e depois fugiu. No dia seguinte a mãe pediu, em prantos, que ele voltasse, pois era a única pessoa que ela tinha no mundo. Mãe e filho se reconciliaram.

Aí eu voltei, aí ela foi lá, me chamou e eu voltei para casa, daí quando eu cheguei ela me abraçou, sabe? Me abraçou chorando, pedindo perdão, falou que não era ela, que ela não sabia que tava fazendo, aí eu peguei e fiquei emocionado com aquilo e fiquei chorando junto com ela aí eu vi que ela precisava de mim e aí por isso eu nunca abandonei ela, não abandonava ela.

O choro de Marquinhos parecia advir de uma frustração eminente posta pela possibilidade de ruptura da relação gozosa da simbiose mãe-filho, que ao mesmo tempo em que escravizava Marquinhos, oferecia a ele possibilidade de ter e ser tudo, o que também o angustiava e revelava sua fragilidade egoica.

Marquinhos lembra-se da mãe com carinho e atribui a ela qualidades de excelente mãe, que sempre cuidou muito dos filhos, que apresentava crises, mas sempre os protegeu

muito. Marquinhos diz que todos os filhos deveriam ouvir suas mães, pois elas sabem o que dizem, num sentido de mais premonição que sabedoria, colocando a mãe no lugar sacro-santo, imaculado. Ele afirma isso se referindo ao dia em que sua mãe lhe disse que a namorada dele o faria sofrer, o que acabou acontecendo. Na verdade, a mãe de Marquinhos nunca aprovava os relacionamentos amorosos dos filhos, chegou a exigir que uma namorada dele o deixasse dizendo que ela não era bem vinda na família. Por duas vezes, mandou os filhos para a casa do pai porque estavam namorando. Negava que os filhos pudessem se diferenciar dela, exercendo posição onipotente em suas vidas. Nota-se, ainda, que essa posição materna contribuiu para que Marquinhos vivesse submetido à ordem simbiótica totalitária, que evitava a sua castração, ainda que talvez tenha conseguido se desvencilhar dela tardiamente.

Marquinhos teve três esposas e um filho com cada uma delas. A possibilidade desses rearranjos familiares é algo próprio de tempos recentes. Marquinhos mantinha vínculos efêmeros, flutuantes de acordo com os humores e paixões, vínculo carentes da propriedade de manterem a si mesmos, antes maleáveis, assim como o próprio sujeito pós-moderno. Há oito anos estava junto da terceira mulher e viviam bem juntos até a denúncia de incesto. As duas primeiras uniões foram marcadas por traição e violência, por parte das esposas. Ele mesmo apenas defendia-se delas, segundo o que conta, posicionando-se no lugar de vítima, desresponsabilizando-se pelos vínculos que assumia.

A virgindade de uma mulher é atributo valioso para Marquinhos. Ao contar sobre o primeiro casamento, diz que a menina “já tinha se perdido” com outro rapaz, mas ele quis assumi-la. Contou sorrindo que a segunda mulher era virgem e que “gostou demais daquilo!”. A questão da castidade reaparece ainda no primeiro encontro com a atual esposa, quando disse a ela que por ser “mulher da vida”, ela só faria com ele aquilo que ela quisesse. E se ela não fosse, a vontade de quem prevaleceria? Marquinhos tem uma opinião formada a respeito da sexualidade das “meninas” de hoje: “Hoje em dia... essas menina nova hoje em dia tá muito

liberal, antigamente, pelo menos no meu tempo não era desse jeito, agora tá muito involuído”. Com essa frase, Marquinhos volta atrás, retirando o que havia afirmado sobre seu encanto pela virgindade, e atribuiu caráter promíscuo às “meninas novas”, novamente desresponsabilizando o outro polo da relação, o polo em que ele mesmo encontra-se. Dessa forma justifica os relacionamentos sexuais que as meninas novas mantêm (com adultos?), pela promiscuidade que carregam, como se o objeto sexual pudesse ter em si a propriedade de mover a pulsão sexual. A imago da virginal que tanto atrai Marquinhos precisa ser manchada por ele para eliminar (superficialmente) a castidade, para que, só então, Marquinhos possa conviver com seu desejo.

É possível afirmar, segundo Kaës (2005), que a maneira de Marquinhos tem de se relacionar com a imago da *virgem* colocada dentro do si, vínculos internos de atração e menosprezo, dada a promiscuidade atribuída, provoca aspectos exteriores, de sua conduta, e que condiz com a violência sexual incestuosa.

Bourdieu (2002) versou sobre essa representação do feminino na pós-modernidade, que, segundo ele, coloca as mulheres como “objetos receptivos, atraentes e disponíveis, desejosos por atenção e vontade de agradar” e as inferioriza. As mulheres de Marquinhos, com exceção da mãe e da irmã, são promíscuas, prostitutas, violentas, infiéis, referindo-se a elas, usa termos como “mulher da vida” e “perdida”. À enteada, que Marquinhos relatou ter dois anos a mais do que a menina realmente tinha, atribui os termos “saidinha”, “liberal” (quando fala das meninas novas de hoje) e alguém que mentiria sobre o caráter de Marquinhos (“vai começar a inventar que eu estou fazendo coisas com ela”). No caso da história pessoal de Marquinhos, sua mãe usava esses argumentos depreciativos do feminino para evitar que ele se diferenciasse dela, e a deixasse. Na vida adulta, age de acordo com a projeção da mãe, que tem êxito em continuar controlando o filho, mesmo depois de morta, o qual permanece sem possibilidade de elaborar esses elementos introjetados.

Marquinhos é polo vitimizado nas histórias que conta. São muitos os personagens que o submetem à injustiça: a enteada, o pai dela, a loucura da mãe, a polícia, a pobreza, outras

crianças, o ex-namorado da primeira esposa e ela mesma, a segunda esposa, o pai, os colegas de trabalho, o patrão, o médico da mãe e o próprio advogado. São armadilhas, calúnias, perseguições, violência, negligência, traição, desconfiança, crueldade, injustiças completamente infundadas, sem qualquer participação de Marquinhos, que apenas se defende, de acordo com o que ele procura significar. Encontra na posição de vítima características suas, identificando-se com ela. Identifica-se com o papel do imaculado, do ingênuo, do bom, do filho perfeito. Mostra-se incapaz de ser mal. Depois de vários relatos com essas características, percebi em mim impaciência.

Marquinhos procura sustentar a imagem de um homem muito honrado e de forte moral. No trabalho, como eletricista, é elogiado e recebe a confiança dos patrões com facilidade. É incapaz de revelar (ou perceber?) uma falha sua, uma vivência em que tenha se colocado faltante, errado, falível. Conta detalhes de como as pessoas deram-lhe chances, votos de confiança, e ele sempre honrou essas expectativas nele depositadas. Mostra-se uma pessoa muito boa, um homem íntimo de Deus, esse que sempre olha por ele e o protege. Sente-se especial por isso.

Essa proteção divina aparece num relato de cunho sobrenatural, em que sentiu que foi delicadamente colocado no chão por mãos invisíveis, no momento em que caía de um caminhão. Essa narração aparece junto com a de outros episódios fantásticos. Numa ocasião, teve uma visão de um homem de barbas brancas refletido no espelho do guarda-roupas da mãe. Acordou a mãe e, quando ela ascendeu a luz, ele desapareceu. Numa madrugada, viu um homem tentando enforcar sua esposa. Lutou contra o homem, que na realidade era uma mesa, que acabou quebrada e Marquinhos, machucado. Esses dois últimos acontecimentos são trazidos à tona quando Marquinhos menciona que Deus sempre cuida dele, mas perdem esta conotação de proteção divina assim que o relato inicia-se, passando a ter caráter terrorífico.

A polícia e o Poder Judiciário tiveram várias participações ao longo da narrativa. De tempos em tempos eles apareciam como a lei que impunha limite. Os vizinhos chamaram a polícia numa das violentas crises da mãe de Marquinhos. A mãe dele, por sua vez, teria acionado a polícia quando ele era adolescente e estava em uma roda de amigos que a mãe julgava ser má companhia. A segunda esposa registrou um boletim de ocorrência contra ele depois de ser violentada; o inquérito foi aberto e arquivado. A primeira esposa moveu contra ele uma ação de requerimento de pensão alimentícia e ficou determinado em juízo o pagamento da pensão. As últimas incursões da polícia e do poder judiciário foram a prisão de Marquinhos por atentado violento ao pudor e uma ação civil movida contra ele por ter deixado de pagar as prestações de uma moto. Em todas essas narrativas, o protagonista exime-se de qualquer responsabilidade, desqualificando o interdito como desnecessário, exagerado, sempre injusto, sentindo-se indignado por ele. Em um social que não valida mais a função paterna, a ideia de limites torna-se cada vez mais incompreensível.

## **Sobrevivências**

A morte rondava a vida de Marquinhos, levou sogra e mãe, outras vezes se deixou ver e desapareceu. Em cada vez que a loucura da mãe expunha a família à morte, era necessário que o filho aprendesse a sobreviver, voltando ao estado anterior ao surto, mas já marcado por ele, e ia encontrando pedaços de vida até a próxima ameaça. A mãe tinha desmaios e um deles aconteceu ao atravessar uma estrada. Os filhos, ainda crianças, viram um caminhão passar por cima da mãe, que foi protegida pela altura dos pneus e acabou sobrevivendo. Era como se a morte fosse se fizesse presente como um reflexo do mundo interno da família.

A questão reaparece ainda, quando Marquinhos tentou matar uma de suas esposas. Amarrou os pés e as mãos da mulher, que dormia pesado. Pegou o travesseiro e partiu para sufocá-la. Seu filho acordou nesse momento. Marquinhos foi pegar o menino e desistiu de



matá-la. Não conseguia viver mais com a mulher, que o traíra, disse a ela que tinha que embora, pois, se ficasse, iria matá-la. Pegou sua moto e foi para a estrada. Tentou chocar-se contra um caminhão, que desviou buzinando. Marquinhos, então, assustou-se e voltou a si, pensando no filho de quem precisava cuidar. Teceu esses relatos sem que eu me sentisse ameaçada pelo que era capaz de fazer, era como se ele quisesse apresentar-se como vítima também nessa história, suscitava pena.

Quando se acredita que o objeto perdido seja passível de ser restituído e o gozo pleno alcançado, a sociedade pós-moderna se abre para a pulsão de morte (Lebrun, 2004 apud Canabarro e Alves 2009). Ao superar os interditos tradicionais da religião, a sociedade pós-moderna passa a crer numa possível realização pulsional, apregoada pela posição totalitária da ciência principalmente, que se torna cúmplice da pulsão de morte. A castração possibilita o desejo, mas, “quando a conjuntura social deixa crer na realização plenamente satisfatória do desejo, torna-se muito difícil, para o sujeito, ter uma referência no que constitui os paradigmas do que pode levá-lo no caminho de seu desejo” (Lebrun, 2004, p. 126 apud Canabarro e Alves 2009), ficando ele vulnerável à pulsão de morte que busca vincular a libido excedente não ligada. Marquinhos, ao narrar a relação com a morte, pode exteriorizar essa dinâmica interna da pulsão de morte, essa busca de um retorno ao estado inicial das coisas (Freud, 1920), decorrente de uma ausência do interdito que libera energia psíquica excedente, como descreveu Freud em Além do princípio do prazer.

Ao longo da entrevista, alguns temas fizeram precipitar emoções e mobilizaram afetos. O início da história narrada foi intenso, conturbado e sombrio. O espírito da entrevista foi angustiante nestes momentos iniciais. Não que Marquinhos tentasse retratar uma realidade parcial e completamente tenebrosa, pelo contrário, a maneira que relatava amenizava a gravidade dos relatos dos episódios de crise da mãe ou do abandono pelo pai, como o sujeito pós-moderno, que não entra em contato com sua dor, com a sua falta estruturante. O conteúdo

das histórias, entretanto, encarregava-se de instaurar uma atmosfera quase aterrorizante na sala. Os relatos de extrema pobreza misturada à loucura e ao abandono, somada à pouca idade do protagonista causava sentimentos de espanto e compaixão, que absolviam Marquinhos de seus pecados. Ouvindo suas histórias absurdas, de violência psíquica, surgia uma pergunta: como edificar a integridade psíquica num contexto caótico de abandono, loucura e miséria? Sentia tanto esforço de sua parte por retratar um self integrado, que me sentia cansada também. Tudo que ele revelava dava mais a impressão de uma realidade psíquica caótica, perigosa, que rejeitava bordas e ameaçava transbordar. Sentia nele o filhinho perdido e assustado da mãe louca. Não mais o perverso asqueroso e cruel que me habitava antes da entrevista. Ao longo da conversa uma figura foi sobrepondo-se à outra até que encontrei contratransferencialmente a forma integrada de representá-lo como esse pobre menino. Marquinhos fazia-me sentir como uma adulta responsável por ele, uma criança que enquanto falava ia suscitando demanda por proteção, ia diminuindo, até atingir a posição simbólica de um bebê que demanda cuidado. No lugar do perverso havia um sujeito infantilizado, ensimesmado.

Essa confusão causada pelo trabalho com perpetradores de incesto é próprio da dinâmica de manipulação que ele estabelece e que depende da participação de quem se encontra no outro polo da relação, na posição de manipulado (Cromberg, 2001). Acontece que o lugar do expectador da relação sexual perversa entre ele e a criança, sua filha (enteada, neta, etc.) provoca tanto choque, que a perplexidade advinda permite com que ele decida onde quer colocar esse expectador, ditando as regras do jogo.

Marquinhos revelou aspectos infantis, próprios da criança que nega a submeter-se a uma realidade que impõe sofrimento, castração. Constrói para si suas próprias narrativas fantásticas, a exemplo da mãe e esposa esquizofrênicas, nas quais vê a si como sujeito parcial,

vitimizado, perseguido pela lei descabida. Dessa maneira foi se safando do lugar de imputável, responsável pelas próprias escolhas.

Marquinhos, esnobando uma flexibilidade aparente e sempre encontrando novas maneiras de adequar-se às inconstâncias da vida, como ditam as necessidades pós-modernas, foi criando vínculos que se constituíram frágeis, protagonizou tragédias afetivas sorrateiramente reconhecidas. Nas fundações de suas construções vinculativas amorosas a virgindade, a ausência do pecado, imperam ditames próprios e lideram a ordem do caos.

### **4.3 Sílvio: sedução infantil e desencontro do interdito**

#### **Antes do primeiro encontro**

Sílvio tem 45 anos, é motorista e mora com a mãe e um sobrinho. Antes de ser condenado, morava com a esposa e duas filhas.

O psicólogo do presídio que assistia o processo de recrutamento do sujeito afirmou, mesmo antes da vista aos autos, que aquele era um caso de incesto, e que se lembrava disso devido à repercussão do caso na instituição. Segundo o profissional, logo nos primeiros dias de prisão, Sílvio chamou a atenção de muitos, pois afirmava de forma eloquente para presos e funcionários que sua filha “gostava muito” de manter relações sexuais com ele. Segundo o psicólogo, Sílvio afirmou isso algumas vezes, falando alto, como se ostentasse o fato.

Uma das filhas de Sílvio, de treze anos, contou aos vizinhos que o pai mantinha relações sexuais com ela desde os sete anos e estes o denunciaram. A adolescente afirmou que seu pai a procurava para tais fins praticamente todas as tardes, quando sua mãe estava no trabalho. Desde que teve seu primeiro período menstrual, ele passou a comprar preservativos e usá-los para evitar uma gravidez. De acordo com ela, os encontros sexuais eram sempre forçados pelo pai, à sua revelia.

Segundo a versão de Sílvio, houve apenas três ocasiões em que ele e a filha mantiveram relações sexuais, as quais teriam acontecido nos seis meses anteriores à denúncia. Sílvio afirma que sua filha não era forçada, mas era algo que ela também queria, e gostava. Quando se trata de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, a vítima não pode ser considerada como sujeito de escolha. É alguém que se coloca diante de um sujeito que seria sua referência de cuidado, portanto o âmbito é afetivo e não racional, de forma que a vítima não pode compreender o problema. A relação não pode ser compreendida a partir da questão da violação da vontade. Não se trata de violar vontades, mas de corromper na criança a capacidade de organizar suas próprias vontades. O violentador destrói, portanto, tanto sua condição de pai, quanto a condição da criança, de filha.

Sabe-se que a violência sexual contra a criança, de fato, pode provocar uma excitabilidade invasiva para a criança, e que o trauma pode instalar-se apenas quando a criança tem condições de compreender a inadequação cultural das relações sexuais que mantinha. O perpetrador aproveita-se da sexualidade da criança, ou seja, do fato de ela possuir uma sexualidade em desenvolvimento e apresentar excitação sexual, para projetar nela, pelo mecanismo da identificação projetiva, elementos da sua própria sexualidade, enredando a criança ainda mais na relação abusiva que, na verdade, ainda não pode compreender (Gabel, 1997). O mecanismo primitivo da identificação projetiva consiste num ataque a um objeto por forçar nele partes do próprio ego (Klein, 1946).

O que saltava aos olhos nos autos do processo de execução penal era a foto de Sílvio segurando uma placa com seu número de identificação. A foto era de um homem gordo de barba farta e mal cuidada e cabelos parcialmente grisalhos, médios e despenteados. A figura que via, somada às informações colhidas resultava na temerosa impressão de que estava diante de um indivíduo monstruoso, que me causava profunda repulsa e medo. Causava-me

nojo. Ele era algo como o desejo indomesticado em pessoa, “carne viva” exposta. Via-o como uma das pinturas de Francis Bacon. Grotesco, libidinoso, audacioso, austero.

É com intenso desconforto psicológico que teço esses comentários. A figura de Sílvio causava-me tanto medo e repugnância que me fazia buscar uma defesa possível ao meu mundo psíquico por via da formação reativa. Nas primeiras conversas com ele, ainda pelo telefone, eu já sabia dos detalhes do caso que tanto me assombravam, e, ainda assim, minha postura foi de doçura, compreensão e até apoio. Era como se, diante da insuportabilidade de relacionar-me com o predador, imposta pela força audaciosa de seu desejo, eu buscara outro caminho, que não o do encontro. Àquela altura eu já me anulava na relação com o predador psíquico.

Ao telefone, quando falei pela primeira vez com Sílvio, enfatizei a possibilidade de ele manifestar-se, defender-se talvez. Na relação transferencial-contratransferencial, eu me encontrava no lugar da aterrorizada pela figura do predador, filha violentada, mas também, racionalmente, entendia, pela via do não julgamento, afinal julgá-lo “atrapalharia o processo de pesquisa”. Sílvio, por sua vez, viu na entrevista uma possibilidade de se explicar, contar uma história trágica de infância e mostrar que é boa pessoa, apesar de “não ser santo”. Sinto que ele usou a oportunidade da entrevista para se beneficiar.

Versar sobre minhas impressões a respeito do que eu lera sobre Sílvio até então causava-me esvaziamento e paralisa. O sujeito que eu entrevistaria em alguns dias já injetara em mim estorpecimento, pela violência psíquica mortífera que ele sabia perpetrar. A não diferenciação generalizada me ameaçava de morte, como se o continente confusionante mencionado por Cromberg (2001) já tivesse se imposto na relação.

Antes de conseguir falar com Sílvio, eu conversara com sua mãe, também ao telefone. Naquele tempo 10 meses já haviam passado desde que lera o processo de Sílvio na colônia penal. A mãe apressou-se para dizer das qualidades do filho, um bom homem, carinhoso e

prestativo. Referia-se à prisão pelo incesto a “esse problema que aconteceu”, mas dizia que “as coisas já haviam voltado ao normal”. Quis saber sobre quem eu era e o que queria com ele, e esforçou-se para convencer-me de que eu veria como ele era bom. A postura materna de interseção pelo filho, colocando-se à frente dele, protegendo-o de qualquer dor que eu pudesse representar para ele, esse movimento indiferenciado dela, isso gerava piedade pela figura esvaziada do filho sem self, empobrecido pela relação com a mãe.

Mais tarde, no mesmo dia, consegui falar com Sílvio pelo telefone. Ele controlava todas as variáveis. Transformou o que seria um telefonema curto num discurso de cerca de vinte minutos acerca de sua nobreza de caráter. Na fala, termos coincidiam com os usados pela mãe, como num discurso ensaiado a dois. Nomeava a prisão pelo incesto como “esse problema que aconteceu comigo” e dizia que “graças a Deus já tá praticamente tudo reconstruído”. Como o sujeito pós-moderno, Sílvio negava-se a entrar em contato com a própria dor, e apresentava-se supostamente inteiro, como se desse conta de tudo, sem que golpes contra seu ego pudessem causar uma ferida narcísica (Lebrum, 2004 apud Canabarro, 2009).

Bauman (2001) discorre sobre laços afetivos pós-modernos, os quais tendem a se caracterizar pela efemeridade e podem ser desatados sem traumas, sem marcas, sem um trabalho psíquico penoso. A naturalidade com que Sílvio descreve a destruição brusca, potencialmente traumática, dos laços familiares entre ele e sua mais recente configuração familiar, dentre tantas, denuncia exatamente essa característica. Ele reduz essa vivência a “um problema que aconteceu comigo”, apresentando, ainda outro sintoma pós-moderno, o desvelamento da defesa dos interesses egoístas, sem ter do que envergonhar-se.

Com voz suave e manhosa<sup>13</sup> durante toda a ligação, usando de uma sedução infantil, disse ser um homem estável, alguém que trabalhou por muitos anos no mesmo emprego, que

---

<sup>13</sup> O significado da palavra “manha” do dicionário Aurélio revela algumas características da vinculação do entrevistado: destreza, desembaraço, habilidade, desenvoltura malícia; ardil, artimanha; sestro; qualidade e/ou

havia conseguido comprar uma casa confortável para sua família, mas que perdera tudo em função deste “problema que aconteceu”. Relatou que agora estava numa fase muito difícil, de reconstrução, mas que vinha recebendo apoio de muitas pessoas que sabiam que ele era um bom homem. A maneira que se colocava de modo a evitar o confronto com a decepção, essa evitação do confronto com a impossibilidade estrutural, já começava a dar pistas de congruências entre o sujeito pós-moderno icônico, infantilizado e onipotente, com o funcionamento de Sílvio. Contou que estava empregado e que quem o contratara dessa vez foi a mesma pessoa que o contratara há mais de vinte anos para outra função e que, portanto, o conhece bem. Características narcísicas já se revelavam.

Contou o quanto o antigo emprego era importante para ele e que havia construído uma carreira muito sólida na empresa em que trabalhara, onde todos o respeitavam. Relatou que voltou a viver com a mãe após sair da prisão. Desde o início do telefonema, quando me identifiquei, deixei claro que havia lido seu processo, para que ele não tivesse dúvidas quanto isso.

A entrevista foi marcada com quinze dias de antecedência numa clínica de Psicologia. A razão da demora de quinze dias foi a incompatibilidade de horários entre mim e Sílvio. Sílvio seguiu no controle, pediu-me que telefonasse em seu emprego para lembrá-lo da entrevista no dia anterior a essa. Disse que, caso ele estivesse ausente no momento em que eu ligasse, eu poderia deixar recado com sua chefe ou ligar em seu celular, enfatizou que sua chefe era aquela pessoa que o empregara novamente. Quando liguei, ele mostrou-se surpreso e desanimado. Disse que o tempo passara rápido e que não havia se dado conta das duas

---

defeito que dificulta a compreensão, o uso ou o manejo de uma coisa; choro infantil sem causa, birra, choradeira (Ferreira, 1986).

semanas , mas confirmou a entrevista e pediu, de maneira infantilizada, numa fala regredida<sup>14</sup>, que eu o esperasse do lado de fora da instituição.

O encontro foi marcado para depois de seu expediente e Sílvio chegou trinta minutos atrasado. Eu imaginava que ele não iria mais. Enquanto eu aguardava Sílvio, os pensamentos tornaram-se inquietos em resultado de uma peleja travada entre julgamento e repulsa contra cobrança de não julgar. Chegou sorrindo um sorriso meigo e cansado. Sorria com os olhos também, numa investida sedutora.

A jornada afetiva que vivi iniciou-se na expectativa de conhecer o perpetrador de incesto. Com a leitura dos autos do processo penal, os relatos imprimiram-me horror e posterior, dissociação. Quando falei com Sílvio e o vi pela primeira vez, era como se já tivesse sido seduzida por ele.

O sorriso tenro, encantador, a voz macia, mansa e vagarosa, a postura manhosa que procurava achar em mim elementos de identificação, como que para me “ganhar”, tudo isso me fez construir uma imagem que divergia radicalmente daquela que construía até ali.

### **A entrevista: encontro de invasão**

Sílvio nasce numa vida confortável. Ele, o pai, a mãe e as duas irmãs mais velhas mudam-se da zona rural para uma pequena cidade. O menino tinha seis anos. Na cidade, vão morar em frente à casa da amante do pai.

A mãe de Sílvio é forçada a sair de casa e leva consigo o filho. As filhas continuam com o pai, e agora também com a amante, que passa a morar com eles.

---

<sup>14</sup> A regressão, como mecanismo de defesa, foi definida por Laplanche e Pontalis (1992) como um retorno a formas anteriores do desenvolvimento do pensamento, das relações de objeto e da estruturação do comportamento” (p.440).



Aí ele envolveu com essa mulher, minha mãe teve que sair de casa, aí pôs eu pra morar numa tipo uma chacarazinha e era só eu e ela, e minhas outras duas irmãs ficaram morando na cidade com a mulher.

Morar com a mãe, cuidar dela e ser o homem da casa. O pai de Sílvio costumava lançar sobre ele tal profecia. Era o início da sina de Sílvio. O indigesto jogo da vida começara para ele. A mãe humilhada passara, então, a fazer do filho um parceiro de vida, aquele podia compensá-la pelo sofrimento infligido pelo marido ingrato, mas agora punido. Filho cúmplice de sua vingança, a quem controlaria e de quem faria o menino perfeito, nunca homem maduro, o idealizado que passaria a cumprir o propósito de vida de ser diferente do pai. A crise da imago paterna, revelada pelo o pai deslegitimado, sem honra, por isso violento, o pai que não cabe na relação fusional, e que não faz falta, pois não detém o falo, esse que já pertence à mãe. Nessa dinâmica, a família de Sílvio compartilha características com questões pós-modernas, como o declínio da função paterna, desaparecimento de papéis e ritos e uma invasão da figura materna (Lebrun, 2004 apud Canabarro e Alves 2009).

O pai de Sílvio, então, vendeu a tal chácara obrigando mãe e filho a se mudar para a casa do irmão do pai de Sílvio. Isso porque os avós do menino negaram-se a receber mãe e filho. Aqui existe um hiato na narrativa de Sílvio, um negativo que ele procura preencher. Ele conta que houve um problema entre sua mãe e seu tio, que não sabe ao certo o que foi:

Aí eu não sei te falar muito bem dessa história, se ele tentou agarrar ela ou qualquer coisa assim, e descombinou, eu não fico perguntando muito. Eu só me lembro de uma conversa ter surgido assim, aí ela não teve outro lugar para morar, ela teve que vim para dentro de casa com a amante.

Depois disso, mãe e filho voltaram a morar com a família, mas dessa vez à mãe ficou relegado o papel de serviçal: “lavava até as roupas dela” (da nova mulher do ex-marido). O pai de Sílvio conduziu a família a lugar de expectador de suas relações objetais. É possível

perceber a subjugação do feminino-objeto, a humilhação em relação à ex-esposa, expulsa de casa, usada sexualmente pelo cunhado, sem lugar, sem honra, aquela feita para servir e que desvalorizada por isso.

Os fatos marcantes da infância de Sílvio se dão em meio à violência e uma intensa confusão de papéis e funções familiares. É a mãe que também é esposa e empregada, a amante que também é esposa madrasta, o pai em torno de quem essas personagens orbitam. A violência é a forma de comunicação entre os diversos sujeitos do cenário.

A gente não podia nem sair, nossa, se abrisse a janela e fosse lá de fora! Foi criado muito fechado, muito prisioneiro, se ele sonhasse que a gente fosse lá na porta do terreiro...

A “casa fechada” é característica comum em famílias incestuosas, na história da vida de Sílvio ela aparece na infância, como num prelúdio, ou um conteúdo bruto transgeracionalmente vivenciado. Sobre a etologia de famílias incestuosas, Cromberg (2001) postula que se tratam de famílias fechadas e que nelas os papéis e os enunciados não são codificados, ou seja, não se sabe quem faz o quê, quem deve dizer o quê ou quem é quem (p.35 e 36). É a proibição do incesto possibilita a diferenciação e a simbolização de funções dentro da família, é a possibilidade de a criança se desvencilhar do desejo da mãe e se constituir num ser independente (Cohen, 1993).

A situação familiar não durou muito, menos que uma gestação. A amante, então grávida de sete meses, recebeu nove tiros do pai de Sílvio. O motivo era torpe, estava alcoolizado, matou-a, pois ela recusara-se a levantar depois de um golpe dele. Ele disse que iria contar só até três. E assim o fez. A filha de doze anos, que serviu de platéia, avisou ao pai quando a polícia chegou. Ele se suicidou então. No imaginário de Sílvio, o que moveu seu pai foi “não agüentar mais aquilo”. Atuou um limite para a vida familiar caótica, deixando um rombo em lugar de caos. Pai, mãe e cria mortos numa investida.

A partir do suicídio do pai a família viu-se miserável. Mãe, filho e filhas viveram o abandono violento e agora tinham que enfrentar a penúria. Sílvio disse que “é difícil você ver alguém que sofreu como ela”, referindo-se à mãe, ocupante do lugar de mártir santificada. Disse que ela lutou demais para mantê-lo na escola, revelando um sentimento de dívida para com ela. A mãe conseguiu nutrir e proteger o filho, sacrificando-se com isso, tudo que pedia em troca era que ele continuasse simbolicamente dentro dela.

Histórias de vergonha e de dificuldade, mas Sílvio não parece saber como se colocar nelas, se apresenta desajeitado, distante, com fala dissociada ao contá-las. Ele mesmo não entra em contato com a dor, como se não tivesse ideia do que seja a dor da frustração, da castração. Parece que se perdeu no trauma. Como se a violência dessas e outras vivências tivessem sido tão intensas que ali ele tivesse se perdido, morrendo na indiferenciação.

Numa ocasião, o pai chegou à casa alcoolizado e furou com faca todas as bolas de Sílvio pelas quais o menino era “apaixonado”. Um saco de bolas violentamente dilacerado. A criança recebia seu castigo da forma que mais lhe afetaria, a dilaceração de seu tesouro. Era a maneira que seu pai encontrara para afetá-lo, tentar destroná-lo. . Mais uma vez Sílvio não conseguia cumprir com autenticidade o dever de passar ou sentir uma emoção vivida, apesar de nomear a vivência de “tragédia”. Tentava relatar a história de forma comovente, mas tudo que conseguia era produzir uma comiserável indignação. .

Concluída a entrevista, pude perceber que na relação com Sílvio sentia-me usada, pequena e débil. Chamou-me de “menina” e em outro momento, olhando pra mim, sorriu dizendo que tinha uma filha “com os seus corpo, seu tamanho, loirinha”, transferindo-me para o lugar da filha. Em contrapartida, senti a manipulação de ser colocada na posição de filha-objeto, para conseguir alcançar algum interesse seu. Sentia ainda que ele se dispusera a dar a entrevista (na verdade, trocar) visando um possível benefício. Ele participa de um programa de redução de pena, e como parte do qual ele frequenta reuniões e palestras em uma

instituição de prevenção a violência. Acontece que esse local foi cogitado por mim durante o telefonema para sediar a entrevista, mas, por problema de horário, foi descartado. Durante a nossa conversa ele mencionou o programa como se eu trabalhasse nele. Ele entrara numa relação de troca que o fazia sentir-se realizado, engrandecido pelas histórias que contava.

O *predador psíquico* move-se também pelo desejo de controlar todas as coisas, frutos de seu narcisismo e egocentrismo (Cromberg, 2001, p. 231). Por isso é comum que eles digam em seus depoimentos que os atos incestuosos tenham acontecido raras vezes, quando aconteceram ao longo de anos, como no presente caso.

As histórias que ele ia contando iam fazendo nascer em mim apoio a ele, ele era uma pessoa boa, honrada, o que era resultado do processo de manipulação estabelecido. Como ele admitiu, não chegava a ser “um santo, mas era muito íntegro”. Era impossível integrar os dois Sílvio num só naquele momento, o predador sem empatia e o bom cidadão, só podia crer num dos dois. Retratos do incesto voltavam-me à memória, mas era insuportável admitir que diante mim estava o monstro que conheci nos autos processo penal. Entrara num processo de cisão comparável, talvez, ao das mães, cujos companheiros violentam suas próprias crianças, que experienciam ambigüidade e confusão com relação à cena da violência incestuosa.

Durante sua vida adulta, Sílvio uniu-se a algumas mulheres, teve quatro filhas com diferentes delas, mas sempre retornou à tenra companhia da mãe. A profecia ia sendo cumprida. A incapacidade de vincular-se se revelava nas várias tentativas. Sílvio via-se incapaz de estabelecer vínculos que durassem mais que seu interesse, ia trocando de companheiras, num consumo de relações que representavam a promessa de reencontro com o objeto perdido, mas a cada impossibilidade encarada, voltava a buscá-lo na relação com a mãe.

Sua relação com o trabalho sempre lhe foi marcante. Começou a trabalhar ainda criança e depois de alguns empregos entrou na empresa em que trabalhou por vinte anos, e da

qual acabara de ser demitido. Conta com muito orgulho sobre o valor que tinha dentro dessa empresa, tem uma forte identificação com o papel de empregado, orgulha-se por sempre ter se destacado pela limpeza de seu local de trabalho, diligência e pelo respeito conquistado. Usa boa parte da entrevista com essas considerações.

Só pra você ter a noção a pessoa que eu era dentro da empresa. Pra você ter noção o tipo de pessoa que eu era. Eu era motorista, e pra ser um motorista hoje não é fácil, porque é um bicho de sete cabeças, tem que ter um treinamento bom, conhecimento. Não é fácil ser motorista. Você tem que guardar mais de mil coisas dentro da cabeça, não é fácil. Mas graças a Deus eu consegui superar essas fase, mas não foi fácil. Então nessa época eles mandava muita gente embora. Mandaram embora gente que você nunca imaginou que ia ser mandado embora. Porque aquelas pessoas era um ótimo profissional [e eu nunca fui mandado embora].

Interessante é que, mais adiante, Sílvia explica que não era um funcionário de muita produtividade, muitos dos colegas que foram dispensados da empresa produziam mais que ele, portanto, a razão pela qual ele permanecia não era a produtividade, mas segundo ele, era porque ele “mostrou tudo que ele era”. “Mostrava serviço”, era sempre elogiado pela manutenção, “teve um bom reconhecimento”, “mostrou tudo de bom dele ali dentro”. Essa última expressão, Sílvia a empregou quando mencionou que foi para Juiz de Fora fazer os exames, psicológicos inclusive, que possibilitaram sua soltura ao cumprir 1/3 da pena. Numa conversa com seu chefe, Sílvia recebeu a promessa de que, caso uma campanha do governo do Estado desse certo, ele seria “aceito” de novo. Trata-se de uma campanha que incentiva as empresas a contratarem egressos do sistema prisional. Segundo seu chefe, ele só não pode recontratado atualmente, pois as ordens vêm “lá de cima”. As histórias que Sílvia conta tendem a posicioná-lo na condição de bom sujeito, e principalmente de receptor do respeito e admiração dos demais.

Quando pergunto sua profissão, ele me devolve, “qual delas?”. Resolve, então que eu escreva o nome de sua profissão atual formalizada, e lê seu crachá, ainda dependurado no pescoço. Então começa uma nova fase da entrevista. Sílvia, primeiro sugere que tem outra profissão, depois diz que faz montagem de festas. Introduz essa parte da conversa me mostrando um panfleto de um famoso produtor musical da cidade, diz que são amigos. Perguntou se eu conhecia o trabalho do tal amigo, quando confirmei finalmente ele revelou que também é produtor musical. A partir daí o brilho nos olhos contava da paixão por essa profissão, na qual investiu muito, financeiramente. Fazia até quatro festas por dia. A empresa em que trabalhava “era bico” no ano em que foi denunciado, estava no ápice de sua carreira de produtor.

Em 2006, segundo ele, “tudo começou a desmoronar”. Dos fatos que chama de desmoronamento, ele não se vê responsável. Trata-se da prisão, perda da casa, emprego, equipamentos, casamento, entre outros. Para cada uma dessas perdas ele encontra um responsável, como as pessoas que fizeram armadilhas para que ele fosse preso, a esposa, que não deveria ter vendido seus equipamentos, o divórcio, a empresa que poderia tê-lo recontratado.

### **Quebra-cabeça: um jogo afetivo**

Quebra-cabeça é o nome que Sílvia dá ao jogo de encaixe que mantém com a mãe. Ele conta que seu pai profetizara varias vezes, estando alcoolizado ou não, que ele seria o homem da casa quando o pai morresse. E assim foi. Ao longo da vida, Sílvia e a mãe vivem encaixes e desencaixes, quando ele se casa e se separa.

parece que é o destino porque eu casei, fiquei três anos casado, não deu certo, voltei pra minha mãe, e agora de novo voltei pra minha mãe. Então quer dizer, é um negócio assim que é tipo um quebra cabeças, o meu pai sempre falava que no dia que ele

morresse quem ia cuidar da minha mãe era eu, ele falava assim: no dia que eu morrer você que vai cuidar da sua mãe. É... Quando ele tava tonto, quando ele não tava, sempre falava isso pra mim, então é um negócio engraçado, sempre falava: quando eu morrer você que vai ser o homem da casa, você que vai cuidar da sua mãe. E eu tô lá de novo até arrumar minha vida de novo.

Um quebra-cabeça que começou ainda antes da morte física do pai, quando a mãe de Sílvio elege-o para levar consigo na separação do marido. Nesse jogo duas peças se encaixam perfeitamente, e formam uma figura que provoca gozo. Sílvio ri ao contar que, sendo caçula, é o queridinho e que suas irmãs morrem de raiva, pois para elas só sobram “os pepinos”. O quebra-cabeça é de duas peças apenas.

Sílvio descreve o pai como homem violento e alcoólatra, que batia nos filhos e na esposa quando estava alcoolizado. Das características que atribui ao pai, Sílvio trata de diferenciar-se. Diz-se pacífico e conta que prefere conversar com as filhas ao invés de nelas infligir violência física. Sílvio nunca bebeu, fumou ou se drogou. Fez uma promessa, de acordo com ele, “em cima do pai”, de nunca beber. Sílvio parece ainda preso à dinâmica familiar em que filho e mãe se completam e ao pai não resta lugar na relação, não castra e não promove modelo de identificação para o filho. Sílvio é melhor que o pai, é pacífico, não usa álcool, ele vence o pai.

A partir da não aceitação da castração, estabelece-se o narcisismo. Existe uma falha na introjeção do superego, responsável pela inserção no social e cultura, por consequência de uma falha na vivência edípica. O narcisismo baseia-se na recusa do desamparo, fazendo o indivíduo buscar completude em si mesmo (Martins, 1998).

Do ponto de vista da formação e manutenção de vínculos, complementar ao contrato narcisista entre a família e a criança, é necessário que a castração tome seu espaço para que o conteúdo do desejo incestuoso passe a fazer parte de um pacto denegativo da ordem familiar.

Na família de Silvio, existiu uma falha na constituição desse pacto. O contrato narcisista revelado entre Silvio e a instância social, denuncia uma falha na constituição do pacto denegativo. Em lugar de o conteúdo negatizado ser uma relação narcísica interdita, nesse caso ele se constitui num conteúdo não simbolizável, que se refere à identificação de Silvio com o objeto perdido. Silvio anuncia esse negativo, pois se trata de um pacto falho, fazendo-o ressurgir na relação incestuosa com a filha.

Sílvio se constrói em cima desse quebra-cabeça, e constrói um sujeito psíquico frágil demais para suportar os golpes que ameaçam a perfeição fantasiada. Dessa forma, das histórias que conta, ele sempre aparece como homem honrado, esforçado, que recebe muito apoio das pessoas, que fora injustiçado, mas que conseguiu se reerguer, pois conseguiu “provar a pessoa que ele é”.

eu fui avaliado pelos psicólogos. Um pessoal muito bom, tive um ótimo comportamento, então quer dizer, eu mostrei o meu lado que eu pude mostrar pras pessoas que eu tinha condições de viver na sociedade [...] Nunca envolvi com droga, nunca tive problema com a justiça, nunca, [...] não tenho vício nenhum. Nunca bebi, nunca fumei, então... Eu passei... Um pedacinho dum... De perda de serviço que eu tava há 20 anos com a mesma empresa, então a gente... Eu sofri, recuperei tudo, mas hoje, graças a Deus eu tô lutando, trabalhando, recuperando o tempo perdido... Teve pessoas que teve reconhecimento e não me abandonou.

Sobre o incesto, ou o que ele prefere chamar de “esse problema que aconteceu”, ele procura amenizar dizendo que fizeram armadilha contra ele para prejudicá-lo ainda mais. Diz que teve que conviver com muita gente pior do que ele.

eu conheci foi um monte de pessoas, é, mais dos pior dos pior que você pode imaginar, convivi, apanhei de pelo menos de cinco que tinha problemas assim digamos, não eu falando que eu sou um santo, pior do que o meu [...]. Então, você



conviver, agora você imagina, conviver com várias pessoas, convivi com mais de 60 pessoas diferentes uma da outra, então tudo quanto é coisas ruins eu tive que passar. Tive que suportar, sem querer tá respirando o mesmo ar, aqueles... Aquelas drogas, aqueles trem.

Sílvio nega a gravidade da violência sexual cometida, encarando-a mais como uma espécie de acidente, dizendo que as coisas “desmoronaram” Eis uma dificuldade do sujeito próprio da pós-modernidade para deixar a posição narcísica. Sílvio compara-se aos presos com quem conviveu e se diz superior a eles, negando sua incompletude, defendendo-se dela.

A primeira frase que Sílvio disse na entrevista, antes de eu fazer a primeira pergunta foi: “As pessoas fizeram armadilha pra mim”. As falas do entrevistado iam delineando seu mundo, e palavras como “quebra-cabeça”, “armadilha”, relatos de pessoas “infiltrando” dentro de sua casa enquanto ele estava preso, vão contando sobre este. Quando o conheci, uma das impressões mais fortes deixadas foi a de ele ser “escorregadio”. Quando eu fazia perguntas com o intuito de confirmar uma informação, mesmo quando ele mesmo já havia afirmado o que eu dizia, ele nunca confirmava o que eu supunha. Ele escorregava, furtivo e sorrateiro. Num universo de armadilhas, há que ser sorrateiro, ocultar-se sob aparência e dissimulação para convencer o outro de uma realidade fantasiada da qual depende sua própria sobrevivência psíquica. Sílvio depende da representação materna de que é um bom homem/menino.

### **Questões transferenciais e contratransferenciais**

Durante muitos meses desde a entrevista com Sílvio, pouco pude pensar sobre ele. A angústia, sim, era constante. Essa angústia talvez fosse fruto de um recalque. Essas interpretações, todas elas moram na minha dor. Trazê-las para fora é, para mim, como

esvaziar uma lixeira de dentro do peito. Por muitas vezes me vi estagnada, desistindo de pensar.

Ao analisar a entrevista feita com Sílvio, sinto medo de descobrir quem ele é e também o que represento na entrevista e como me rerepresento na análise. Sua fala é cravejada por eufemismos que sugerem a não consciência da violência sexual cometida, ou seja, a significação das relações sexuais vividas com a criança como sendo não violentas.

Sílvio se me apresentava como figura de ambiguidade profunda, a ponto de cisão. Como se dois opostos tão incompatíveis forçassem o rasgo do indivíduo diante mim em dois, impossíveis de conviver. Como um inofensivo-perigoso, o suave que causa sensação de “soco no estômago”. As dores causadas me levam a refletir sobre sua relação com a dor.

A história de tragédia familiar na infância foi trazida por ele de maneira quase imparcial, sem afetação. Os acontecimentos recentes de “desmoronamentos” foram contados com murmúrio, como quem reclama de algo, mas não como quem sentiu dor. Da tragédia sobram os dois olhos saudáveis e sedutores, que atraíram meu lado maternal, e quando percebi, eu estava falando como quem conversa com uma criança.

A vida, a luta da mãe, a traição, o assassinado, o filicídio, a violência doméstica, o incesto do cunhado da mãe, o suicídio, a violência, o alcoolismo. O incesto-acidente, a prisão, a quase morte. Essa história, apesar de funesta em conteúdo, para ele são elementos dissociados. A emoção maior talvez seja ao falar da mãe, uma guerreira afetiva cega, mas não a dona de um amor incondicional.

Na relação com Sílvio percebi que ele constrói as coisas de maneira a não permitir que o outro pense por si, mas da maneira que ele manipula. Na entrevista ele surge desconfiado, mas sem medo, como se tivesse um alibi do tamanho de uma vida, uma vida de honestidade e trabalho duro que ele sempre se orgulhou. Cindido, ele foi desenrolando esse novelo de uma história sobre a mesa, devagar e sem pressa, pois ele não tem nada do que se envergonhar.

Aqui, gostaria de escrever “estória” ou “extória” para contar de um sentimento que aproximaria do que ouvi. Um relato árduo, mas que nega a angústia, uma falsa-história.

Depois da entrevista, ficou a sensação de que Sílvio procurou distrair-me do incesto e do campo da fantasia, sonhos, desejos, desorganização, atraindo-me para histórias que mostram o oposto do incesto: a honra, racionalização, sublimação, adaptação a cultura. O incesto e o nome da filha são justamente o que ele tentou evitar durante a entrevista, parando sua fala quando perto demais desses temas e fazendo-a fluir para rumos honrosos. A analogia que teço é de uma apresentação de um ilusionista, que para evitar que a plateia olhe para o lugar em que ele monta o que não pode ser visto, ele atrai os olhares para outra direção

Na fala de Sílvio, a frase “como diz o outro” é muito frequente, usou-a dezenas de vezes durante a entrevista. Usava a expressão sempre que enunciava algo de cuja responsabilidade queria eximir-se. A mensagem transmitida era a de que quem disse foi o outro e ele não tinha nada com isso. Sílvio isenta-se do lugar de sujeito forjando um personagem outro em suas narrativas. Exaltadas, então, aparecem as conquistas de um homem respeitoso, trabalhador, honrado, e com muitas amizades, características relatadas insistentemente. “Como diz o outro” é uma expressão que faz lembrar um traço pós-moderno da fragilidade do poder de enunciação do sujeito por ele mesmo, e do conseqüente afastamento da responsabilidade por aquilo que anuncia. A responsabilidade por aquilo que Sílvio exprime é atribuída ao “outro” e com isso ele evita se colocar, evitando a castração (Canabarro e Alves, 2009).

## **Silvio e Les Miserables**

Tal como Jean Valjean, protagonista de *Les Miserables* de Victor Hugo (1862), Sílvio é um homem. Mas as masculinidades desses dois personagens, da ficção e vida real, refletem características de épocas diferentes. Valjean, como espelho, contava com a impeditiva da lei e

a organização do Estado, excessivo em suas punições. O estado organizado, sólido e definido, tal como na época da modernidade. Valjean, porém, reflete características de tempos ainda mais sólidos, pré-modernos. Ele tem ideais, ele é obstinado, tem um objetivo. Nosso anti-herói, Sílvio, nasce em tempos fluidos. Quando talvez a honra de um homem seja menos valorizada. Em meio à fluidez dos tempos pós-modernos, foi se formando liso<sup>15</sup>, escorregadio<sup>16</sup>, aquele que se safa, que tem a si para confiar, e quase nada mais, mas se basta. Seus ideais são frágeis e narcísicos.

Na França revolucionária, Jean Val Jean vive uma injustiça em seu drama pessoal, fica dezenove anos preso por ter roubado um pão para alimentar os sete sobrinhos e a irmã famintos. Jean, desempregado, enfrentava tempos difíceis. Os destinos de herói e anti-herói são muito diferentes. O herói Jean é liberto da prisão descabida, experiencia um perdão e vê nascer dentro de si um desejo por recuperação, por renascimento. Apesar de não cumprir o que determinara a justiça, tornando oficialmente um foragido, forja uma nova identidade para livrar-se da punição e preconceito e consegue tornar-se industrial bem sucedido, prefeito com honras na cidade em que vive. Valjean é um homem de compaixão. Tem firmeza, ideais, acredita numa verdade, nela firma-se e segue obstinado, persistente em valores de fraternidade e liberdade. É então que entram em sua vida uma mulher e sua filha, Cosette. Jean assume o lugar de pai na vida da criança, na morte da mãe. A menina vinha sofrendo espancamentos e exploração por parte das pessoas que dela deveriam cuidar. Do momento em que conheceu a criança, Jean passa a protegê-la e oferecer a ela a referência sólida e castradora de um pai. Sílvio vive outro enredo.

---

<sup>15</sup> Liso: Que não tem saliências, ondulações, elevações, depressões; que não tem asperezas, nem rugas, ou pregas etc.; sem estampas ou desenhos; de uma única cor; que tem ou revela retidão, correção, integridade, idoneidade, decência; franco, sincero, verdadeiro; diz-se de músculo cujas fibras não apresentam estriações e apresenta movimento involuntário (Aulete, 2008).

<sup>16</sup> Escorregadio: Em que se pode escorregar facilmente; diz-se de pessoa evasiva, de difícil acesso, ou dada a usar subterfúgios (Aulete, 2008).

Na miséria em que lhe deixou o pai ao se matar, Sílvio viu no trabalho um caminho possível para um lugar melhor, e encontrou no trabalho motivo de honra. Trabalhou muito e sempre, e viu a mãe fazer o mesmo. Tem nela uma heroína a poucas comparável. Entre filho e mãe, um elo forte que sempre lhe garantia a volta para casa - um lugar com ordem própria - depois de relacionamentos amorosos rompidos. Sílvio era o filho favorito de três. Pai de quatro filhas com as quais, pelo caminho, perdeu totalmente o contato. Da penúltima, viu-se no lugar de pai-amante. Flácido e egoísta, teve por bem não viver a castração, entregando-se ao desejo do incesto. Nos tempos de Sílvio é normal que se renda aos próprios desejos. Na cultura da gratificação imediata, as relações baseadas em interesses puramente egoístas vigoram.

Herói e anti-herói encontram-se do lado oposto da lei. Valjean, entretanto, encontra-se ao lado da ética e dos valores altruístas. Sílvio não viveu uma vida perseguido pela justiça, pelo contrário, era homem louvado socialmente. O lugar de pai incestuoso decifra uma ética narcísica, desprovida da dimensão paradoxal e angustiante.

## 5. Considerações finais

Na pós-modernidade o sujeito vivencia não apenas os efeitos da morte simbólica da função paterna, mas principalmente, começa a experimentar os efeitos da morte dele próprio, já que encontra dificuldades em construir e manter identidade e vínculos estáveis, ficando à mercê de uma intensa volatilidade. Um mal-estar advindo dessa instabilidade aparece principalmente em forma de insegurança (Bauman, 1990). Essas características pós-modernas fazem pensar nos sujeitos produzidos e nos vínculos intersubjetivos derivados desse contexto.

Ao longo da pesquisa e dos contatos com os sujeitos incestuosos, instalada em mim esteve a sensação de falência. A empreitada angustiante frente aos laudos, processos e entrevistas, escancarou algo que tento aqui nomear como a miséria do sujeito humano. Enunciadores de uma fragilidade absoluta, mas revestidos de uma performance totalizadora, encontrei-me com sujeitos flácidos, incapazes de responsabilizar-se pelo que enunciam ou pelo que criam. As figuras dos pais dos entrevistados se apresentaram como ausentes, perdidas em um desespero insustentável. O que restou delas nas representações dos filhos são o retrato de homens deslegitimados na família, covardes e, ao mesmo tempo, dilaceradores. Deparei-me com certo esforço destes sujeitos de aplicarem um caráter nobre a si mesmos - trabalhadores idôneos - a verdadeira montagem perversa, ilusória e manipuladora de um lugar afetivo.

As aproximações com os sujeitos dessa pesquisa revelaram a emersão de vínculos precários e descartáveis. Nas construções afetivas de Marquinhos e Sílvia, porta-vozes dessa que é apontada como uma inclinação pós-moderna, a volatilidade dos vínculos intersubjetivos. O sujeito pós-moderno, submerso na ordem do gozo imperativo, em que “tudo é possível” e limites e interditos se enfraqueceram junto à função paterna (Lebrun, 2004 apud Canabarro e Alves 2009), aparecem neste estudo como os legítimos sujeitos incestuosos. Homens que vivem uma exigência de um gozo manipulador, extenuante, invasivo,

construindo personagens predadores do psiquismo do outro que lhe compõe, ou o comporia. A filha ou a enteada que o integra é absorvida, “devorada”, morta e consumida. Sumida, desaparecida, passa a compor o sujeito incestuoso. Dois que se tornam um, *o uno*, que se sustenta na negação da filha, da enteada, do outro.

Por outro lado, consoante à teorização de Roudinesco (2003) sobre a ascensão do feminino e à teoria da invasão da função materna de Lebrum (2004 apud Canabarro e Alves, 2009), as mães dos protagonistas dessa pesquisa são mulheres cujo significado entoa algumas considerações. Na tecedura de relações íntimas com seus filhos, apresentam cumplicidade que se sobrepõem a qualquer possibilidade de castração. Tanto Sílvia quanto Marquinhos mostraram dificuldade para desprender-se da relação maternal promissora de um *gozo ininterrupto*, um cuidado e amor que prometem dar conta de toda falta, num movimento que já aponta para uma falha nas alianças inconscientes incestuosas.

Quando o incesto se estabelece numa família, a sobrevivência do vínculo no campo intersíquico fica impossibilitada pela falha do pacto denegativo, formação intermediária estruturante e defensiva. O resultado dessa condição no campo intrafamiliar é a confusão e o desamparo. Usando palavras de Fígaro (2005) “ninguém sai ileso” da situação familiar de incesto. O paradigma atual de enfrentamento do problema das relações de violência sexual incestuosas tem pré-definições que necessitam ser revistas. O encarceramento do adulto envolvido na relação violenta mantém intactas as dinâmicas intra e intersíquicas que levaram-no à violência. Estratégias pós-modernas que prometem “rápida e simples” resolução do problema social do perpetrador de incesto e dos pedófilos em geral vêm sendo utilizadas. Uma dessas abordagens é a chamada “castração química”, a qual consiste na injeção de substâncias químicas com o objetivo de promover o controle dos impulsos sexuais buscando reprimir a atividade sexual do sujeito condenado. No Brasil, a castração química é proposta em um Projeto de Lei (552/2007), que aguarda por aprovação e sanção. A questão que se

impõe, nesse caso, é a do “corpo do criminoso” frente a novos paradigmas biopolíticos e punitivos. “Inserido no campo como pura vida desqualificada, o corpo do criminoso está aberto para qualquer intervenção” (Ponteli e Sanches Jr., 2010).

No trajeto dessa pesquisa intensos movimentos foram precipitados pelo tema (fantasias, sonhos, atos falhos, resistências). Mas se a profunda repulsa pelos atos do pai e do padrasto incestuosos geravam inicialmente uma relação de absoluta impossibilidade de entendimento e significação, ao final da pesquisa reconheço afetos de outra ordem. Se em algumas esferas identifiquei o perpetrador de incesto como um sujeito com características comuns “familiares” (Butler, 1996), no caminho contratransferencial que percorri com esses sujeitos, me percebi alvo de manipulação e sedução intensas, desconfortantes e invasivas, mas enunciativas, expondo as manobras e investidas do cenário incestuoso.

Atônita, fui me convencendo de que a relação incestuosa transita entre os extremos: da responsabilidade pela criança ao seu uso como objeto, da proteção à violência, do amor inominável ao egoísmo. Onde haveria proibição do sexo, a forma sexual mais impetuosa. Em lugar de o perpetrador ver a ternura do primeiro amor, vê sensualidade num corpo imaturo. No lugar do interdito, a relativização absoluta e sua superação violenta.

Angustiada, ora lesada, ora identificada, ora manipulada, me permiti compreender aos poucos... no pouco da minha rigidez, no lugar moral revisitado, na ordem afetiva contratransferencial. Silvio e Marquinhos são porta-vozes de um tempo pós-moderno em que a efemeridade das relações familiares - na forma de rearranjos afetivos diversos, no caso, descompassados e predadores - e o narcisismo próprio desse tempo abrem espaço para uma configuração vinculativa peculiar. O contrato narcísico prevalece em parte, como representante da função materna sobressalente, voraz, totalizadora e da castração falida, eximida na função paterna dilacerada. Os sujeitos Marquinhos e Silvio, então, revelam-se



como porta-vozes do conteúdo negado pelos pactos denegativos falhos, e promovem contra ele, um ataque inconsciente na forma de violência.

Trabalhar com o sujeito psíquico primitivo, o sujeito incestuoso, é tarefa árdua. Não por serem perigosos, como alguns podem pensar. Mas por pertencerem a outra ordem, que não à da interdição ao incesto, o que pode ser gerador de muita desorganização interna nos que com eles lidam e recusam o pré-concebido discurso comum. Por serem, muitas vezes, sedutores, regredidos e revelarem fragilidade egoica, por detrás de uma aparência totalizadora, podem conquistar empatia. Então, aos que com eles trabalham, é necessária cautela diante das investidas de manipulação. Apesar disso, é, de fato, impossível traçar um perfil de estrutura de personalidade ou de histórico de vida dessas pessoas. Cada caso será único.

O sujeito pós-moderno, que denuncia questões vinculativas por meio de relações incestuosas carece de escuta que o possibilite revisitar as estratégias afetivas apresentadas. Na pesquisa com perpetradores de incesto, a relação transferencial-contratransferencial, ampliada pela proposta psicanalítica, foi reveladora de elementos essenciais para a análise das organizações afetivas dos sujeitos, as quais se mostraram narcísicas, incoercíveis e impermeáveis ao sofrimento. Posta está uma fenda inaugural, o fracasso de uma aliança denegativa estruturante, permeável a uma escravizadora promessa do gozo impossível, em que, guardado de qualquer marca de monstruosidade visível, corre o incesto.

## Referências

- Adichie, C. (2008). *O perigo da história única*. TED (Ideas Worth Spreading). Recuperado em 20/01/2010 de:  
[http://www.ted.com/talks/lang/por\\_pt/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story.html](http://www.ted.com/talks/lang/por_pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html)
- Adorno, T. & Horkheimer, M. Sociologia da família. In: Canevacci, M. *Dialética da família: Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense.
- Alberti, V. (2004). *Manual de história oral*. (2ª ed.) Rio de Janeiro: FGV.
- Almeida, A. C. E. P. (2003). *Abuso sexual de crianças: Crenças sociais e discursos da Psicologia*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho.
- Alonso, J. A. M. (1998). *Dicionário de latim jurídico e frases Latinas*. Vitória: UFES.
- Amatuzzi, M. M. (2007). Experiência: um termo chave para a Psicologia. *Memorandum* 13 p. 08-15. Recuperado em 20/02 /2010, de  
<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a13/amatuzzi05.pdf>
- Amazarray, M. R., & Koller, S. H. (1998). Children victims of sexual abuse: Some aspects observed in their development. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(3). Recuperado em 15 de janeiro de 2007, de  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79721998000300014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000300014)
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Arnold, W., Eysenck H.J. & Meili, R. (1994). *Lexikon der Psychologie* Volume 1. São Paulo: Edições Loyola.
- Assis, M. (1975). *Helena*. Rio de Janeiro: J. Aguilar Editora.
- Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. (1997). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: Autores & Agentes & Associados.
- Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (2003). *Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil – 0800990500 Relatório Abuso Sexual Período: 01 de janeiro de 2000 a 1 de janeiro de 2003*.
- Aulete, C. (2008). *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital.
- Azevedo, M. M. A. (2006). Segredos que adoecem: Um estudo psicanalítico sobre o críptico adoecimento somático na dimensão transgeracional. Tese de doutorado em Psicologia. UFRJ.

- Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. A. (1988). *Pele de asno não é só história: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo: Rocco.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (julho de 2004). Entrevista com Zygmunt Bauman. (entrevista a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke) *Revista Tempo Social - USP*, p. 301-325. Recuperado em 15 de março de 2009, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702004000100015&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702004000100015&script=sci_arttext)
- Berenstein, I. (2003). Reflexões sobre uma psicanálise do vínculo. In : Green, A. (Org.) *Psicanálise contemporânea : Revista francesa de Psicanálise*. Rio de Janeiro : Imago.
- Berliner, L., & Conte, J.R. (1995). The effects of disclosure and intervention on sexually abused children. *Child Abuse and Neglect*, 19(3), 371-384. Recuperado em 18 de março de 2007, de [http://eric.ed.gov/ERICWebPortal/custom/portlets/recordDetails/detailmini.jsp?\\_nfpb=true&\\_ERICExtSearch\\_SearchValue\\_0=EJ501295&ERICExtSearch\\_SearchType\\_0=eric\\_accno&accno=EJ501295](http://eric.ed.gov/ERICWebPortal/custom/portlets/recordDetails/detailmini.jsp?_nfpb=true&_ERICExtSearch_SearchValue_0=EJ501295&ERICExtSearch_SearchType_0=eric_accno&accno=EJ501295)
- Berman, M. (1990). *Tudo que é sólido se desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Birman, J. (2000). *Mal-estar na atualidade: A Psicanálise e as novas formas de subjetivação* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman (22 de novembro 2008) *Perversidade masculina*. (Entrevista a Rinaldo Gama) O Estado de São Paulo.
- Bleger, J. (1984). *Psicohigiene e Psicologia institucional*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bozon, M. (2004). *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV
- Bozon, M., & Heilborn, M. L. (2001) As carícias e as palavras: iniciação sexual no Rio de Janeiro e em Paris. *Novos estudos CEBRAP*, n. 59, p 111- 136.
- Brino, R. F. & Williams, L. C. A. (2003). Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa: Fundação Carlos Chagas*, 119, 113-128. Recuperado em 19 de abril de 2008, de <http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a06.pdf>
- Butler, S. (1996). *Conspiracy of Silence: The trauma of incest*. California: Volcano Press.
- Canabarro, R. C. & Alves, M. B. (Setembro de 2009). Uma pílula para (não) viver. *Mal-estar e subjetividade* , pp. 839-866.
- Canevacci, M. (org) (1981). *Dialética da família: Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense.

Castanho, P. C. G. (2008). Resenha de “Linking, alliances, and shared space:

groups and the Psychoanalyst” René Kaës, 2007 Rev. bras. psicanál, São Paulo, v. 42, n. 4, Dec. 2008. Disponível em <[http://pepsic.homolog.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0486-641X2008000400020&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.homolog.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2008000400020&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 29 de setembro de 2009

Chauí, M. (1985). *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

Chauí, M. (2000). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática

Código Penal Brasileiro – Decreto-Lei 2848 de 1040 (2009). São Paulo: Saraiva.

Coelho, T. (2005). *Moderno pós moderno: modos e versões* (5ª ed). São Paulo: Iluminuras.

Cohen, C. (1993). *O incesto, um desejo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Cohen, C. & Gobbetti, G. (1999). *O incesto: abuso sexual intrafamiliar*. Recuperado em 14 de maio de 2009 de [http://www.cedeca.org.br/PDF/incesto\\_cohen.pdf](http://www.cedeca.org.br/PDF/incesto_cohen.pdf)

Cohen, C. & Gobbetti, G. J. (2002). Bioética e abuso sexual. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 48(2), 99-99.

Correa, O. B. R. (2003). *Transmissão psíquica entre gerações*. Psicologia USP, 14(3), 35-45

Cottet S. & Miller G. (1989). *Lacan*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989.

Cromberg, R. U. (2001). *Cena Incestuosa: abuso e violência sexual*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Duarte, N. (2004). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas: Autores Associados.

Esber, K. M. (2008). Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: Um estudo a partir da teoria sócio-histórica. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

*Estatuto da Criança e do Adolescente* (1990). Recuperado em 15 de setembro de 2006 de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)

Faiman, C. J. S. (2004). *Abuso sexual em família: a violência do incesto á luz da Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ferenczi, S. (1933). Confusão de línguas entre os adultos e as crianças. In: Escritos psicanalíticos. Rio de Janeiro, Taurus.

Ferreira, A. B. de H. (1986). Novo Dicionário Aurélio. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.

- Figaro, C. J. (2005). Famílias incestuosas e sua relação com a Psicanálise: os desafios institucionais do Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso sexual – CEARAS. Recuperado em 8 de julho de 2007, de [http://www.estadosgerais.org/historia/51-familias\\_incestuosas.shtml](http://www.estadosgerais.org/historia/51-familias_incestuosas.shtml)
- Foward, S., & Buck, C. (1989). *A traição da inocência: o incesto e sua devastação*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Freitas, L. A. P. (2001). *Freud e Machado de Assis. Uma interseção entre Psicanálise e literatura*. São Paulo: Mauad.
- Ferraz, F. C. (2000). *Perversão*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Freud, S. (1996/1916). *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 16). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1987/1900). *La interprétation de los sueños*. In: S. Freud. *Obras Completas*. (Vol. IV) Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1974/1914). *A história do movimento psicanalítico* In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996/1913). *Totem e Tabu* In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 13). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996/1930). *Mal-estar na civilização* In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1919/1976). *O estranho*. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago.
- Gabel, M. (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. Trad. Marceline Gabel. São Paulo: Summus.
- Glasser, M. (1988). Psychodynamic aspect of paedophilia. *Psychoanalytic Psychotherapy* Vol.3 N.2 121-135.
- Guareschi, P. A., Pizzinato, A., Krüger, L., Kother, M. M. (Orgs.) (2003). *Psicologia em questão: reflexes sobre a contemporaneidade*. (1ª ed.). Porto Alegre: Edpuers.
- Guerra, V. N. A. (1998). *Violência de pais contra filhos: A tragédia revisitada* (3ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Guerra, V. N. A. (2006). *Como organizar redes de combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes?* Trabalho apresentado no Curso: Administração para Organizações do Terceiro Setor – Módulo III – julho/2006 – Fundação Getúlio Vargas – SP

- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2006). Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 379-386. Recuperado em 24 de julho de 2007, de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v19n3/a06v19n3.pdf>
- Hall, S. (2005). *A identidade Cultural na Pós- modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro (10ª ed.) Rio de Janeiro: DP&A.
- Haugaard, J. J. (2000). The challenge of defining child sexual abuse. *American Psychologist*, 55,1036-1039. Recuperado em 30 de março de 2008, de <http://imagesrvr.epnet.com/embimages/pdh2/amp/amp5591036.pdf>
- Heilborn, M. L. (2004). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV.
- Herrmann, F. A. (2001). *Andaimos do real: Método da Psicanálise*. (3ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Hugo, V. (1962). *Os miseráveis* (Volume I: Fantine/ Livro sétimo: O Processo de Champmathieu/ XI. Champmathieu cada vez mais admirado). Lisboa: Editorial Minerva
- Hugo, V. (1962). *Os miseráveis* (Volume II: Cosette/ Livro segundo: A Nau Orion/ III. De como era preciso que a grilheta tivesse passado por alguma operação preparatória para assim se quebrar com uma só martelada). Lisboa: Editorial Minerva.
- Hugo, V. (1962). *Os miseráveis* (Volume III: Marius/ Livro oitavo: O mau pobre/ IV. Uma rosa na miséria). Lisboa: Editorial Minerva.
- Hugo, V. (1962). *Os miseráveis* (Volume IV: Idílio na Rua Plumet e Epopeia na Rua de Saint-Denis/ Livro nono: Que destino é o seu?/ I. Jean Valjean). Lisboa: Editorial Minerva.
- Irybarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? Agora: Estudos em teoria psicanalítica. v.6 n.1Rio de Janeiro Jan/Jun
- Kaës, R. (1991). *Realidade psíquica e sofrimento nas instituições*. In Kaës, R., Bleger, J., Enriquez, E., Fornari, F., Fustier, P., Roussillon, R. & Vidal, J. P.(1991) *A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (1997). *O grupo e o sujeito do grupo*: São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (2005). *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: Transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Klein, M. (1946). Notas sobre alguns mecanismos esquizóides. In Klein, M. (1978) *Progressos da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Laplanche, J. & Pontalis, J-B. (1998). *Vocabulaire de la psychanalyse* (2ª ed.). Paris: PUF.
- Landini, T. S. (2006). Violência sexual contra criança na mídia impressa: Gênero e geração. *Cadernos Pagu*, 225-252. Recuperado em 12 de julho de 2008, de

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332006000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)

- Lange, A., De Beurs, E., Dolan, C., Lachnit, T., Sjollem, S. & Hanewald, G. (1999). Long-term effects of childhood sexual abuse: Objective and subjective characteristics of the abuse and psychopathology in later life. *Journal of Nervous & Mental Disease*, 187(3):150-158, Recuperado em 16 de dezembro de 2007, de <http://users.fmg.uva.nl/alange/publications/pdf/JNMD1999.pdf>
- Levi-Strauss, C. (1976). *As estruturas elementares do parentesco*. São Paulo: Vozes.
- Lewin, L., Bergin, C. (2001). Attachment Behaviors, Depression, and Anxiety in Nonoffending Mothers of Child Sexual Abuse Victims. *Child Maltreatment* v. 6 n. 4 pp 365-375.
- Lyon, D. (1999). *Postmodernity*. Minnesota: UM Press.
- Maia, M. S. A. (2004). Máquina de expressão: corpo, subjetivação e clínica psicanalítica. In: Peixoto Jr., C. A. P. (org) (2004). *Formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Martins, A. (1998). Desamparo: onipotência, narcisismo e univocidade. *Cadernos de Psicanálise do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro*, ano 20, n° 12. Rio de Janeiro: CPRJ.
- Márquez, G. G. (2001). *Cem anos de solidão*. São Paulo: Editora Record.
- Marques, H. M. V. (2005). *A voz do abusador: Aspectos psicológicos dos protagonistas de incesto*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Brasília.
- Marx, K e Engels, F.(1948). *Manifesto do Partido Comunista*.
- Mata-Machado, E. G. (1986). *Elementos de Teoria do Direito*. Belo Horizonte: UFMG
- Matias, D. P. Abuso sexual e sociometria: um estudo dos vínculos afetivos em famílias incestuosas. *Psicologia em estudo*, Maringá v. 11, n. 2, p. 295-304, mai./ago. 2006
- McDougall, J. (1989). *Teatros do eu*. Trad. Orlando Coddá. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Meira, Y. M. (2003). *Porões de Família*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Méndez, J. L. (2000). *Cómo leer a Gabriel García Márquez: Uma interpretación sociológica*. 3ª ed. San Juan: Universidad de Puerto Rico.
- Meyer, L. (2002). *Família: Dinâmica e terapia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mezêncio, M. S. (2004). Metodologia e pesquisa em psicanálise: uma questão. *Psicologia em revista*: Belo Horizonte, 10 (15), p. 104-113. Recuperado em 15 de março de 2009 de [http://www.pucminas.br/imagdb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20041213115113.pdf](http://www.pucminas.br/imagdb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041213115113.pdf)

- Miguelé, N. B. S. (2007). *Complexo de Édipo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Minayo, M. C. S. & Sanches, O. (1993). Qualitativo-quantitativo: oposição ou complementaridade? [Online] *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 237-248. Recuperado em 3 de outubro de 2008, de <http://www.scielo.org/pdf/csp/v9n3/02.pdf>
- Moisio, O. P. & Suoranta, J. (2006). *Education and the spirit of time: Historical, global and critical reflections*. Rotterdam: Sense Publishers.
- Monti, M. R. (junho de 2008). Contrato narcisista e clínica do vazio. Trad.Roberta Barni. *Revista Latino-Americana de psicopatologia fundamental* , 239-253. Recuperado em 12 de fevereiro de 2010 de <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v11n2/a06v11n2.pdf>
- Neves, A. S., & Romanelli, G. (2006). A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar. *Estudos de Psicologia*, 23(3), 299-306.
- Paixão Netto, J. & Anunciação, A. (2003). *Lexicon: Dicionário Teológico Enciclopédico*. São Paulo: Loyola.
- Penna, R. S. (2005). *Fontes orais e historiografia: avanços e perspectivas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Pereira, G. B. (2007). *Pai, afasta de mim este cálice: um estudo sobre incesto abusivo intrafamiliar pai-filha*. Dissertação de mestrado. Recife: Universidade Católica de Pernambuco.
- Pichon-Rivière, E. (1998). *Teoria do Vínculo*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Pichon-Rivière, E. (2000). *O Processo Grupal*. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Pires, J. M. A. (1999). *Violência na infância: aspectos clínicos*. Brasília: UNICEF. Rotterdam: Sense Publishers.
- Piva, A. B. S. (2006). *Transmissão transgeracional e a clínica vincular*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ponteli, N. N. & Sanches Jr., C. A. (2010). Notas para uma análise sociológica da castração química. *Revista LEVS/UNESP-Marília*. Ed 5 n.5.
- Prado, M. C. C. (2004). *O mosaico da violência*. São Paulo: Vetor.
- Rede de Proteção à Criança e Adolescente em Situação de Risco da cidade de Uberlândia (2008). Relatório anual.
- Rey, G. (2002). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Rocha, Z. (2008). *Freud: novas aproximações*. Recife: UFPE.



- Rosolato, G. (1999). *A força do desejo: o âmago da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Roudinesco, E. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Roudinesco, E. (2003). *A Família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Santos S. S. & Dell’Aglío D. D. (2008). Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. *Estudos de Psicologia*: Campinas 25(4). 596-606.
- Sarti, C.; Barbosa, R. & Suarez, M. (2006) Violência e gênero: vítimas demarcadas. *Psysis*. Rio de Janeiro, v. 16 n. 2 2006 Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312006000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312006000200003&lng=en&nrm=iso)>. access on 03 Apr. 2010. doi: 10.1590/S0103-73312006000200003.
- Schultz, D. P., & Schultz, S. E. (2002). *História da Psicologia Moderna* (15<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Cultrix.
- Silva, L. O. T. (1999). *Freud/Lacan: o desvelamento do sujeito*. Porto Alegre: AGE Editora.
- Silva, M. C. P. (2003). *A herança psíquica na clínica psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Silva, M. E. L. (1993). Uma aventura: a tese psicanalítica (entrevista com Fábio Herrmann). *Investigação e psicanálise*. Campinas: Papirus, p. 133-158.
- Sociedade Americana de Psiquiatria (1994). *Manual de diagnóstico e estatística de distúrbios mentais: DSM-IV* (3<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Manole.
- Souza, M. L. R. (2003). *Violência*. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Szymansky, H.(Org.), Almeida, L. R. & Prandini, R. C. A. R. (2004). *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. Brasília: Líber Livro.
- Teixeira, E. (2006). Pós-modernidade e niilismo – um diálogo com Gianni Vattimo. Rio de Janeiro: *Revista Alceu*. v. 7, n. 13, p 209 – 224.
- Tulha, O. M. P. A. (1989). *Contratransferência*. In Simon, R. & Levinson, G. (orgs.) (2006). *Progressos em psicoterapia psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Trachteberg, A. R., Kopittke, C. C., Pereira, D. Z., Chem, V. D., & Mello, V. H. (2005). *Transgeracionalidade: de escravo a herdeiro: um destino entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Vera-Gamboa, L. (1998). Historia de la sexualidad. *Revista Biomed*, 9, 116-121. Recuperado em 30 de agosto de 2008, de [http://www2.udec.cl/~erhertz/privada/sexualidad/unidad\\_01/historia\\_sexualidad.pdf](http://www2.udec.cl/~erhertz/privada/sexualidad/unidad_01/historia_sexualidad.pdf)

Vidal, J. P. (1991). *O familismo na abordagem “analítica” da instituição. A instituição ou o romance familiar dos analistas.* In KAËS, R., BLEGER, J., ENRIQUEZ, E., FORNARI, F., Fustier, P., Roussillon, R., Vidal, J. P. (1991) *A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

Vigarello, G. (1998). *História do estupro: Violência sexual nos séculos XVI-XX.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

World Health Organization (2003). *Guidelines for medico-legal care for victims of sexual violence.* Geneva, WHO. Recuperado em 15 de março de 2007, de <http://whqlibdoc.who.int/publications/2004/924154628X.pdf>

Zaluar, A. Violência e crime. In: Miceli, S. (1999). *O que ler nas ciências sociais brasileiras.* São Paulo: Sumaré.

Zimmerman, D. & Osório, L. C. (1997). *Como Trabalhamos com Grupos.* Porto Alegre: Artes Médicas.

## 7. Anexos

### 7.1 Anexo 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



INSTITUTO DE PSICOLOGIA

*PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - CURSO DE MESTRADO*

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PSICOLOGIA APLICADA**

Bloco 2C – Sala 46 – Campus Umuarama – Uberlândia MG – CEP 38400-902 – CP 593 -

Fone: (34) 3218-2701

#### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Escravos de um desejo: conhecendo melhor perpetradores de incesto”, sob a responsabilidade de Carolina Moreira Marquez, mestranda no curso de Pós-Graduação em Psicologia Aplicada da Universidade Federal de Uberlândia, orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Anamaria Silva Neves.

O tema da presente pesquisa é o incesto, ou seja, o relacionamento sexual entre parentes consanguíneos (biológicos) ou não. Buscaremos compreender aspectos psicológicos (desejos, fantasias, defesas e conflitos) e vinculativos (vínculos sociais e familiares) de sujeitos acusados de cometerem relações incestuosas. Caso aceite participar, você responderá a um roteiro de perguntas, o que será gravado. Após a transcrição das gravações, elas serão destruídas para sua segurança. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto ou ganho financeiro para participar da pesquisa. O risco que a pesquisa traz para você é de que as entrevistas mobilizem sentimentos desconfortáveis. O benefício é o de promover compreensão sobre os protagonistas de incesto, para que se possa pensar em estratégias de prevenção e cuidado.

#### **Ao aceitar participar desse estudo, tomei conhecimento de que:**

- a) Serei entrevistado e responderei a questões relacionadas à minha vida;
- b) Serão três entrevistas de uma hora e meia cada, as quais serão gravadas em áudio;
- c) Sei que as informações fornecidas por mim poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e que meu nome não será identificado;
- d) Minha participação é inteiramente voluntária e não sofri qualquer forma de pressão;
- e) Estou informado de que eu posso deixar de responder a alguma pergunta ou me retirar da pesquisa, sem sofrer punição por isso.

Em caso de dúvida, você pode entrar em contato com:

Orientadora: Prof. Dra. Anamaria Silva Neves: Av. Pará, nº 1720 - Bloco C, Jardim Umuarama 38405-318 Uberlândia, MG. Telefone: 34-3218 2235-Ramal 31

Mestranda: Carolina Moreira Marquez: Av. Pará, nº 1720 - Bloco C, Jardim Umuarama 38405-318 Uberlândia, MG. Telefone: 34-3218 2701

CEP/UFU: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco J, Campus Santa Mônica – Uberlândia, MG, CEP: 38408-100; Telefone: 34-3239 4531

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Anamaria Silva Neves

\_\_\_\_\_  
Carolina Moreira Marquez

Eu, \_\_\_\_\_, aceito voluntariamente participar da pesquisa citada acima. Recebi cópia deste termo de consentimento, compreendi os esclarecimentos feitos e concordo com os tópicos acima.

## **7.2 Anexo 2**

### **Roteiro temático para entrevista semi-dirigida**

Idade:

Profissão:

Estado Civil:

#### **1 História pessoal**

1.1 Desenvolvimento

1.2 Infância

1.3 Escolaridade

1.4 Puberdade

1.5 História sexual

1.6 Trabalho

1.7 Hábitos

1.8 Lembrança significativa

#### **2 História da família anterior**

2.1 Composição

2.2 Relacionamentos (vínculos)

2.3 Hábitos

2.4 Lembranças significativas

#### **3 História da família nuclear atual**

3.1 Composição

3.2 Relacionamentos (vínculos)

3.3 Hábitos

3.4 Lembranças significativas

#### **4 Sonhos, planejamentos, expectativas para o futuro**